

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais -
Mestrado

Ana Carolina Ferreira Magalhães

**AS GANGUES E OS HOMICÍDIOS NOS BAIRROS E VILAS DA REGIONAL
VARGEM DAS FLORES EM CONTAGEM**

Belo Horizonte
2019

Ana Carolina Ferreira Magalhães

**AS GANGUES E OS HOMICÍDIOS NOS BAIRROS E VILAS DA REGIONAL
VARGEM DAS FLORES EM CONTAGEM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus de Belo Horizonte, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Luciana Teixeira de Andrade.

Área de concentração: Cidades: Cultura, Identidade e Modos de Vida.

Belo Horizonte

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

M188g Magalhães, Ana Carolina Ferreira
As gangues e os homicídios nos bairros e vilas da regional Vargem das Flores em Contagem / Ana Carolina Ferreira Magalhães. Belo Horizonte, 2019. 143 f. : il.

Orientadora: Luciana Teixeira de Andrade
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

1. Gangues. 2. Delinquência juvenil. 3. Vítimas de homicídio - Belo Horizonte, Região Metropolitana de (MG). 4. Violência urbana. 5. Segurança pública. 6. Periferias. I. Andrade, Luciana Teixeira de. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 301.151.56

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva - CRB 6/2086

Ana Carolina Ferreira Magalhães

**AS GANGUES E OS HOMICÍDIOS NOS BAIRROS E VILAS DA REGIONAL
VARGEM DAS FLORES EM CONTAGEM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus de Belo Horizonte, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Prof^a. Dr^a. Luciana Teixeira de Andrade – PUC Minas

Prof. Dr. Luís Flávio Saporì – PUC Minas

Prof. Dr. Luis Felipe Zilli do Nascimento – FJP

Belo Horizonte, 27 de junho de 2019.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo verificar como as modificações nas relações de dominação dos territórios urbanos da regional Vargem das Flores impactaram na incidência dos crimes de homicídios, tentados e consumados, no período de 2013 a 2017. Por mudança nas relações são consideradas as parcerias e rivalidades entre gangues e seus integrantes. Para realização da pesquisa foram realizadas entrevistas com integrantes dos sistemas de justiça criminal e segurança pública, bem como programa da Secretaria de Estado de Defesa Social. Em complementação foram realizadas consultas nos boletins de ocorrência e estatística nos bancos de dados do Estado. A dissertação está estruturada em três capítulos que apresentam o referencial teórico sobre gangues na qual a pesquisa se baseou; o território urbano da regional Vargem das Flores e seu histórico de violência; e a apresentação das gangues identificadas e as relações de parcerias e rivalidades entre elas. Buscou-se com isso compreender as relações sociais de modo seja possível orientar melhor as estratégias de segurança pública.

Palavras-chave: Gangues – Homicídios – Segurança Pública – Rivalidades.

ABSTRACT

This dissertation has the objective to verify how the changes in the domination relations of the urban territories of the regional Vargem das Flores impacted on the incidence of attempted and consumed homicide crimes in the period from 2013 to 2017. Due to the change in relations, the partnerships and rivalries between gangs and their members are considered. To carry out the research, interviews were made with members of the criminal justice and public security systems, as well as a program of the State Department of Social Defense. In addition, consultations were carried out on the police reports and statistics bulletins in the State databases. The dissertation is structured in three chapters that present the theoretical reference on gangs on which the research was based; the urban territory of the regional Vargem das Flores and its history of violence; and the presentation of identified gangs and the relationships of partnerships and rivalries between them. It was sought to understand social relations so that public security strategies can be better oriented.

Keywords: Gangs - Homicide - Public Security - Rivalries.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 AS GANGUES E O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA	20
2.1 OS ESTUDOS SOBRE AS GANGUES	20
2.2 ESTUDOS SOBRE GANGUES E VIOLÊNCIA NO BRASIL	26
2.2.1 <i>As disputas no Rio de Janeiro</i>	30
2.2.2 <i>A centralidade de poder em São Paulo</i>	35
2.2.3 <i>As gangues pulverizadas de Belo Horizonte</i>	40
3 VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO	46
3.1 METROPOLIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA EM CONTAGEM	46
3.2 A REGIONAL VARGEM DAS FLORES	51
3.3 A VIOLÊNCIA NA REGIONAL VARGEM DAS FLORES	59
3.4 OS PROTAGONISTAS DA VIOLÊNCIA	73
3.5 A ESTRUTURA	83
4 AS GANGUES E AS “GUERRAS”	89
4.1 GANGUE DO LAJÃO	91
4.2 GANGUE DA VC TRÊS E VL DEZESSETE	96
4.3 GANGUE DO RETIRO	99
4.4 GANGUE DA RUA PATRÍCIA APARECIDA DOS SANTOS (PAS)	101
4.5 GANGUE DO BECO SÃO JOSÉ	102
4.6 GANGUE DA VILA ESTALEIRO	103
4.7 GANGUE DO LADO B	105
4.8 GANGUE DA GROTA/ GANGUE DA VL TRINTA	108
4.9 GANGUE DA HÉRCULES	110
4.10 GANGUE DO CORETO	111
4.11 GANGUE DO BEIRA CAMPO	114
4.12 GANGUE DO PASTO/ PREDINHOS	115
4.13 O IMPACTO NA REDUÇÃO DOS HOMICÍDIOS	121
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
BIBLIOGRAFIA	137
APÊNDICE	143

1 INTRODUÇÃO

Uma sequência de mortes concentradas em áreas de vulnerabilidade social e econômica podem indicar que os homicídios possuem relações com conflitos entre gangues de jovens envolvidos com a criminalidade. A sequência de mortes e as informações sobre os envolvidos demonstram que os homicídios não são casos isolados, mas fatos desencadeados em resposta a outros fatos anteriores, relacionados ou não entre si. Ou seja, um tipo de ação que faz supor a existência de grupos que se encontram em situação de conflito. Faz supor ainda que os conflitos ocorrem em razão da existência de mais de um grupo/pessoa que pretende controlar o comércio de substâncias entorpecentes ilegais no território, além de resolver conflitos e aplicar sanções.

A dominação dos territórios consiste em demonstração e exercício de poder nas relações sociais entre e sobre os moradores locais. Muitas vezes os territórios são, inicialmente, uma rua ou mais, podendo se estender para todo um bairro ou região. Por isso pode-se notar muitas referências territoriais nas nomenclaturas dos grupos, como por exemplo, “Gangue do Amarante”, em referência a um bairro, ou “Comando Morro Vermelho”, em referência a uma favela. Verificar a existência desses grupos e o histórico da violência na regional Vargem das Flores é o objetivo desta pesquisa.

A regional Vargem das Flores é predominantemente formada por área rural, na divisa do município de Contagem (regional Petrolândia, Sede, Ressaca e Nacional) com Betim, Esmeraldas e Ribeirão das Neves. Teve sua ocupação urbana estimulada, a partir da década de 1970, com a criação da barragem da represa que dá nome à regional, bem como por incentivos habitacionais públicos e pela instalação da Penitenciária Nelson Hungria (PNH), no bairro Nova Contagem. Nova Contagem é o principal polo comercial e urbano da regional, sendo referência para os demais vinte bairros que a compõem. Além dele, destacam-se os bairros polo Darcy Ribeiro, Icaivera e Retiro.

A criminalidade e as ações de prevenção e repressão criminal são assunto recorrente e de importância singular na sociedade brasileira atual. De acordo com os dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2017), em 2016 foram registradas 61.619 mortes violentas intencionais no Brasil, equivalente às mortes provocadas pela explosão da bomba nuclear, em 1945, na cidade de

Nagasaki, no Japão. O número contabilizado corresponde a sete pessoas mortas a cada hora no país. Os milhares de homicídios registrados indicaram o crescimento de 3,8% em relação ao ano de 2015, sendo traduzido em uma taxa de 29,9, no ano, por grupo de 100 mil habitantes. Em 2017, a taxa registrada foi de 31,6 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes (FBSP, 2018).

Houve aumento também nos roubos seguidos de morte, que cresceram 50% entre 2010 e 2016. Em 2016, foram objeto de furto e roubo 1.006.664 veículos automotores, o que corresponde a um veículo subtraído a cada minuto no Brasil. Em contrapartida, o Estado parece estar se afastando do problema, ao menos ao não interferir diretamente sobre ele, já que os gastos da União, Estados e Municípios com políticas públicas de segurança, em 2016, somados chegam a 81 bilhões de reais, o que corresponde a uma redução de 2,6% se comparado ao ano anterior. A maior redução observada (-10,3%) foi nos gastos do governo federal, enquanto a média dos gastos dos municípios foi a única que não apresentou redução. Ainda sobre as reduções observadas, destaca-se a queda de 12,6% na quantidade de armas apreendidas, que computaram 112.708 unidades (FBSP, 2017).

Neste contexto, merece especial atenção os crimes considerados violentos e que são cometidos por grupos criminosos que atuam em territórios dominados. A maneira como os integrantes destes grupos se relaciona influencia a frequência de determinados crimes como o homicídio, o roubo, o uso/consumo e o tráfico de drogas. Por isso, a compreensão mais ampla possível sobre tais relações de dominação territorial é importante para orientar as estratégias dos órgãos de segurança pública, bem como os serviços sociais. Como exemplo, pode-se mencionar o aumento ou redução nas taxas de homicídio em áreas vulneráveis, que podem ser reflexo, não de uma menor ou maior segurança proporcionada pelos órgãos de segurança pública, mas sim em virtude de mudanças nas relações sociais e/ou de poder entre integrantes de determinadas gangues.

Assim, revela-se incontroversa a necessidade de entender como mudanças nas relações entre integrantes de gangues atuantes no local influenciaram na flutuação dos índices criminais da regional Vargem das Flores, no período compreendido entre 2013 e 2017. Optou-se por este recorte temporal tendo em vista que, de 2011 a 2015, observou-se um aumento na quantidade absoluta de homicídios na regional, diferindo da tendência observada no Estado, na capital

mineira e nos municípios situados no vetor Oeste da região metropolitana, bem como, a partir de 2015, verificar-se uma redução brusca destes crimes. Analisar os dois anos anteriores a esta mudança estatística, bem como os dois anos subsequentes, pode auxiliar na compreensão dos fatores que contribuíram para este fenômeno, e saber se houve estabilidade ou reversão dos números.

Desde o ano de 2008, a região apresentava média anual de 71 homicídios, considerando-se juntamente os tentados e consumados. Em 2010, os crimes passaram a apresentar um pequeno aumento anual, mas a principal mudança ocorreu em 2013 e 2014 quando foram registrados, respectivamente, 29% e 36% de aumento nos registros de homicídios. O ano de 2015 foi o mais violento, quando o aumento chegou a 49% em relação à média anual. Desde então se verificou uma redução brusca na quantidade dos homicídios, para uma média menor do que a observada no início da década de 2010¹.

Neste trabalho busca-se compreender como as modificações nas relações de dominação dos territórios do bairro Nova Contagem e suas vilas na regional Vargem das Flores impactaram na incidência dos crimes de homicídio², no período de 2013 a 2017. Para tanto, parte-se da hipótese central de que as relações de dominação territorial das gangues locais com a maior concentração de poder, adquiridas em razão das parcerias e rivalidades estabelecidas influenciaram a incidência dos crimes de homicídio.

Assim, serão analisados os índices criminais dos bairros pertencentes à regional Vargem das Flores, em especial dos bairros que não compõem a parte rural da regional, no período compreendido entre os anos de 2013 e 2017, buscando uma relação entre a flutuação das taxas de crimes e as relações entre as gangues catalogadas no território. O objetivo é verificar como as modificações nas relações de dominação dos territórios urbanos da regional Vargem das Flores impactaram na incidência de tais crimes.

Para tanto, foram definidos três objetivos específicos pelos quais a pesquisa pautou-se. O primeiro foi o mapeamento dos índices criminais da regional Vargem

¹ Dados do Sistema REDS (Registros de Eventos de Defesa Social) para a 38ª Cia PM/18º BPM, responsável pela área territorial da regional Várzea das Flores.

² Neste trabalho serão considerados os homicídios de modo geral, tanto os tentados, quanto os consumados, pois se trata de institutos jurídicos que diferem apenas quanto ao resultado final, qual seja a morte. No homicídio tentado o resultado morte apenas não ocorre por circunstâncias alheias à vontade do agente. Assim, a ação inicial é fundamentada na intenção/vontade do autor em matar a vítima em ambos os casos de homicídio (tentado e consumado).

das Flores, em especial quanto aos crimes de homicídio no bairro Nova Contagem e suas vilas (Estaleiro, Ipê Amarelo, Feliz e Renascer). O segundo foi identificar as gangues que atuaram na região onde os homicídios foram mapeados. Por último foi analisado o histórico da violência na área pesquisada envolvendo as gangues identificadas.

O bairro Nova Contagem, criado na década de 1980 por meio de política pública de habitação, abrigou uma grande concentração de pessoas advindas de outras áreas da cidade e de outros municípios, em razão das dificuldades de moradia causadas pelo processo de industrialização do município. O abandono do poder público ao longo dos anos contribuiu com o processo de segregação urbana e acúmulo da violência, que apresentou pico em 2015, quando foram contabilizados 106 homicídios na região. Isso significa uma média de 8,8 crimes ao mês. No ambiente de pobreza e violência, verificou-se também o mercado ilegal de drogas e a posse/porte de armas de fogo. A regional é local de acumulação de violência, porém, no período de 2011 a 2015, observou-se um aumento nos registros de homicídio que contrariou os números observados no município, em Belo Horizonte e no Estado, de modo geral, que apresentaram constante redução a partir de 2013.

Apesar dos altos índices criminais e a presença de fatores sócio-econômicos de vulnerabilidade social, não existem muitos estudos científicos sobre os bairros que compõem a regional Vargem das Flores. Do que foi identificado, os trabalhos desenvolvidos (MENANDES; LIBERATO, 2010) na região estão voltados para uma análise sociológica urbana macro, que enfatiza por vezes a percepção dos moradores segregados, sendo um dos aspectos tangenciados, mas não detalhado, a criminalidade e a violência. Foi identificado também o estudo realizado por Santos (2011), no qual foi realizada uma análise psicológica das narrativas individuais dos jovens envolvidos com homicídios no bairro Nova Contagem, abordando indiretamente a relação deles com as gangues.

No Brasil, os estudos acerca dos grupos criminosos se concentram nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, em especial nos territórios dominados por grupos criminosos (ZALUAR, 1995, 1997, 2007; ADORNO, 2002, 2007; SOUZA, 2007; FELTRAN, 2010, 2012; MACHADO DA SILVA, 2010; MISSE, 2007, 2008, 2011; DIAS, 2014, 2016). Em Minas Gerais existem estudos sobre o tema em periferias e favelas da região metropolitana de Belo Horizonte (SAPORI, SILVA,

SENA, 2010; ZILLI, 2011; MARINHO, ANDRADE, 2011; BEATO, 2012), que apesar de apresentarem diversas conclusões possíveis de analogias e comparações com outros aglomerados, não necessariamente possibilitam compreender a maneira como o fenômeno ocorre na periferia de outra cidade, ainda que pertencente à mesma região metropolitana.

Apesar de existirem diversas teorias que explicam a ocorrência do crime, mencionando fatores e variáveis a serem consideradas, tais teorias não apresentam modelos aplicáveis a todos os locais e tipos de crimes, justamente por tratar-se de um fenômeno multicausal. Outro motivo que explica a escassez de estudos sobre a organização do crime é a própria dificuldade de aproximação do objeto de estudo e a dificuldade de obtenção dos dados.

Assim, entendeu-se que havia um espaço de pesquisa, ainda não profundamente abordado pelos trabalhos já produzidos, que necessitava ser explorado e analisado. Verificou-se a possibilidade de que o estudo sobre as transformações nas relações entre os integrantes das gangues que atuam nos bairros da regional Vargem das Flores pudessem contribuir para a compreensão acerca da atuação dos órgãos de segurança pública, em especial da Polícia Militar, pautando, inclusive o desenvolvimento de novas estratégias e/ou a manutenção das tradicionalmente já desenvolvidas.

O tema dos grupos criminosos (gangues, quadrilhas, bandos, organizações criminosas, facções e comandos) e do impacto que estes causam nos índices criminais das cidades vem sendo debatido há séculos. Desde o processo de industrialização observado no século XVIII, com reflexos na urbanização, o fenômeno tem recebido atenção, a partir dos conceitos e teorias sociológicas da Escola de Chicago. Em todo o continente americano foram observadas organizações criminosas que, dentre as muitas abordagens possíveis, foram consideradas e conceituadas como gangues. A conceituação até hoje não é unânime, mas as definições formuladas, em sua maioria, contêm algumas características comuns destes grupos, que embasaram o conceito formulado por Zilli (2011) e a partir do qual as gangues foram consideradas neste trabalho de pesquisa.

Zilli (2011) definiu as gangues como “grupos de jovens que compartilham uma identidade comum, sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados” (ZILLI, 2011, p. 134). O processo de formação

das gangues está relacionado à identidade dos jovens, ao processo de urbanização e de exclusão social, à subcultura da violência, à territorialidade, ao conflito e à aprendizagem social, além do envolvimento com atividades criminosas, que a nosso ver, consiste no principal elemento que diferencia essa estrutura social dos demais grupos juvenis.

Para realização da pesquisa de campo referente às gangues existentes em Nova Contagem, as relações conflituosas e de alianças desenvolvidas entre elas, foram realizadas entrevistas com nove pessoas que trabalharam no território investigado no período de 2013 a 2017 e com conhecimento sobre as relações entre as gangues. Todas as entrevistas foram realizadas no mês de março de 2019 e, buscando deixar o texto mais limpo, nas citações a data não será mencionada. Foram estabelecidos codinomes para preservar a identidade de cada um deles, bem como retiradas do texto quaisquer referências que identifiquem o gênero dos entrevistados, sendo, portanto, todos tratados no masculino.

No que se refere à profissão dos entrevistados, cinco são policiais militares, dois são policiais civis, um é promotor de justiça e um oficineiro do Programa Fica Vivo. Os entrevistados identificados neste trabalho como “Policial Militar 01” e “Policial Militar 04” trabalharam no GEPAR de Nova Contagem, catalogando as gangues e montando seus organogramas. O “Policial Militar 02” trabalhou na companhia Tático Móvel realizando apoio ao policiamento empregado ordinariamente em Nova Contagem, com vistas a prevenção de homicídios e operações de repressão qualificada para apreensões de armas e drogas, e prisão dos envolvidos. Outro policial militar trabalhou no GEPAR, tendo sido um dos percussores da atividade em Nova Contagem e na companhia Tático Móvel, sendo identificado neste trabalho como “Policial Militar 03”. Já o “Policial Militar 05”, trabalhou em Nova Contagem nos anos 2000.

Fora da esfera da polícia militar, foram entrevistados dois policiais civis que trabalharam na delegacia responsável por apurar os crimes ocorridos no bairro Nova Contagem no período pesquisado, os quais são identificados no trabalho como “Policial Civil 01” e “Policial Civil 02”. O representante do Ministério Público é identificado como “Promotor de Justiça” e trabalhou na comarca de Contagem, no período abrangido pela pesquisa. Já o “Oficineiro do Fica Vivo” trabalhou na

atividade, em contato direto e diário com os jovens de Nova Contagem desde a criação do projeto, englobando o período pesquisado.

Durante as entrevistas foi solicitado que os entrevistados falassem sobre suas atividades laborais em Nova Contagem, em especial, o período em que trabalharam no território e como se davam as suas relações com os jovens integrantes das gangues. Após a explanação sobre quem eram e como obtiveram acesso às informações que seriam repassadas, foi solicitado que os entrevistados narrassem situações de violência, em especial de homicídios, ocorridos no período de 2013 a 2017. Muitos deles precisaram recorrer a fatos ocorridos anteriormente ao período indicado para explicarem os crimes ocorridos nessa época, além de indicarem o envolvimento dos personagens com o tráfico de drogas. No processo de narrativa foram feitas interferências pelo pesquisador no sentido de que fossem esclarecidas as relações dos jovens, fossem eles vítimas ou autores, com cada uma das gangues, de modo que fosse possível compreender as rivalidades e alianças de grupos.

As informações coletadas complementam umas às outras e foram organizadas da maneira como o pesquisador julgou mais didática para melhor compreensão do leitor acerca de quais as principais gangues atuantes no tráfico de drogas de Nova Contagem e como elas participaram dos homicídios no período analisado.

Sendo a pesquisadora integrante de órgão de segurança pública, no caso, da Polícia Militar, há questões éticas que foram consideradas para a não realização de entrevistas com jovens envolvidos com as gangues locais, quais sejam: em primeiro lugar, o entrevistado sabendo da condição do pesquisador poderia optar por não fornecer as informações com a sinceridade desejada, comprometendo a pesquisa; bem como, caso não se incomodasse em manifestar a verdade, caso fosse declarado algo que pudesse incriminar o entrevistado, estaríamos diante da questão ética segundo a qual o policial, tendo conhecimento de tais informações, teria o dever de levá-los ao conhecimento da autoridade competente. Esclarece-se, também que a presente pesquisa não teve como objetivo apresentar a perspectiva dos moradores do bairro sobre as relações de criminalidade entre as gangues, até por que as mesmas questões éticas envolvendo a profissão do autor poderiam prejudicar a coleta dos dados.

Com objetivo de tentar solucionar essa questão, foram utilizados trechos de entrevistas concedidas, por jovens integrantes de gangues de Nova Contagem, a Alessandro Pereira dos Santos, ex-oficineiro do Programa Fica Vivo, em pesquisa de mestrado para a Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), realizada em 2011 e intitulada “Por que matarás?”. Na pesquisa o autor aborda o “processo de subjetivação dos jovens membros de gangues que cometem o crime de homicídio doloso” (SANTOS, 2011). Os três jovens entrevistados pelo autor foram identificados por ele pelos codinomes “Cabeça”, “Sorriso” e “Mestre sem título” e suas narrativas foram utilizadas na presente pesquisa com o objetivo de completar, pelo lado dos participantes das gangues, as informações prestadas pelos outros entrevistados.

Para complementação da pesquisa de campo, o pesquisador participou ainda de reunião do Grupo de Intervenção Estratégica (GIE), ocorrida em 2019, quando foram discutidos crimes cometidos por integrantes das gangues que são “alvos” da atenção do poder público. Muitos dos crimes discutidos na reunião ocorreram no período abarcado pela presente pesquisa, estando em fase de apuração ou julgamento. Na reunião são discutidas as ações desenvolvidas por cada órgão para manutenção da redução dos homicídios, em especial, no sentido de identificação dos autores e seu devido tratamento legal, perpassando pela investigação e processo, com celeridade, com vistas a viabilizar que o Estado mantenha encarcerados os autores de homicídio. Trata-se de uma reunião plurisetorial onde são abordados crimes de homicídio e suas autorias, de maneira individualizada e não genericamente.

Por fim, buscou-se por meio dos registros de boletins de ocorrência policiais, denominados no Estado de Minas Gerais como REDS (Registro de Evento de Defesa Social), os fatos narrados pelos entrevistados. Os REDS estão disponíveis no sistema de mesmo nome, operado e acessado pelos órgãos policiais e sistema de justiça penal. Os números desses registros serão compilados em apêndice ao final do presente trabalho em ordem cronológica, e não no corpo do texto ou na ordem em que forem mencionados, evitando-se assim que os envolvidos nos crimes tenham sua identidade exposta. Sempre que a informação ou fato houver sido obtido por meio de tais registros, será utilizado como referência o termo “REDS”. O Sistema REDS é utilizado pelos órgãos de segurança pública estaduais em Minas Gerais, e

apesar de tratar-se de um sistema coordenado pela PRODEMGE³ e ainda não utilizado por todos os órgãos de segurança pública, como por exemplo, a Polícia Federal e as Guardas Municipais (há controvérsias jurídicas quanto à integração de tal órgão ao sistema), todos os registros disponíveis no banco de dados encontram-se georreferenciados, possibilitando assim uma compreensão espacial mais detalhada da distribuição dos crimes no espaço.

No mesmo sentido ético de preservação da identidade dos envolvidos, não foram citados nomes de nenhuma das vítimas ou autores de crimes, bem como de líderes ou integrantes de gangues. Assim também todos os nomes citados na presente pesquisa são fictícios. Nos momentos em que o autor julgou necessário, foram mencionados nomes de bairros ou vilas, além do ano, para facilitar a compreensão do leitor acerca das dinâmicas conflituosas relatadas, mas sem que isso descaracterize a preservação da identidade dos indivíduos envolvidos.

Por fim, é importante dizer que a ação das gangues em Contagem envolve vários atores. No caso desta pesquisa, participaram com seus relatos, integrantes do sistema policial e de justiça, aqui considerado o Programa Fica Vivo enquanto ferramenta de apoio ao Grupo de Intervenção Estratégica (GIE). Considerando o histórico profissional de cada entrevistado com vínculo no território analisado e o acúmulo de informações ao longo do tempo, o material coletado é bastante vasto e ainda pouco explorado em outros estudos.

A dissertação está dividida em três capítulos, além da introdução e as considerações finais. O primeiro capítulo é destinado à apresentação da revisão bibliográfica sobre a questão da dominação territorial das gangues. Para se compreender melhor a possibilidade de variação ao qual a forma associativa está sujeita, em razão da influência dos contextos históricos, sociais, políticos, urbanísticos, estruturais, criminais, econômicos e étnicos foram compilados os principais estudos sobre o assunto. Para tanto, será considerado o conceito de gangues elaborado por Zilli (2011) e acima citado e apresentada uma breve análise sobre como a violência que envolve grupos de jovens delinquentes tem sido estudada no Brasil. Mesmo ciente de que muitos autores não empregam a mesma nomenclatura para se referir a fenômenos semelhantes, os estudos são considerados a partir das características observadas em cada um deles e a forma

³ A PRODEMGE é a empresa de tecnologia da informação do Governo do Estado de Minas Gerais.

como se relacionam com a violência urbana. Destacam-se nessa análise os estudos realizados no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

Abordou-se a situação do Rio de Janeiro, local onde o tráfico de cocaína influenciou os conflitos entre gangues, na década de 1980. Além disso, na mesma época, o fortalecimento de um grupo criminoso estimulou o surgimento de outros conglomerados de grupos que se recusaram a aceitar a dominação daquele. Um dos impactos provocados pelo surgimento do Comando Vermelho (CV), do Amigo dos Amigos (ADA) e do Terceiro Comando (TC) foi a variação do número de homicídios, com crescimento em razão das disputas.

Em São Paulo, apresentando questões socioeconômicas e estruturais semelhantes ao Rio de Janeiro, e observando-se a atuação difusa das facções e gangues em conflitos territorializados, também surgiu um grupo criminoso com capacidade de influenciar os índices criminais. O Primeiro Comando da Capital (PCC), originado a partir de um time de futebol de um presídio, orientou suas ações com vistas à liderança dentre os detentos e com objetivo de impedir as violações dos direitos dos presos. A centralidade e a regulação das condutas por meio de normas próprias e predefinidas possibilitaram que o grupo, a despeito de sua expansão, fosse capaz de influenciar as relações sociais e os crimes, não só no ambiente das vilas e favelas.

Destaca-se a importância central assumida pelo sistema prisional para a transição dos grupos para um nível mais estruturado. Ainda que as gangues já existissem e estivessem envolvidas em disputas territoriais e práticas violentas, o ambiente carcerário proporcionou, em certa medida, uma aproximação entre estes grupos, de modo que um objetivo maior fosse sobreposto às questões individuais anteriores ao encarceramento.

Apesar da violência urbana não ter “surgido” ou ter sido provocada pelas gangues, o recrudescimento da violência está relacionado com os conflitos destes grupos. Principalmente no que se refere aos homicídios de jovens, não brancos, moradores de áreas segregadas, que muitas das vezes são membros dessas gangues. Importante destacar que apesar de muitos destes crimes estarem relacionados ao envolvimento destes jovens com o tráfico de drogas, essa não é a única motivação.

A região metropolitana de Belo Horizonte também possui exemplos de áreas nas quais os conflitos entre gangues que buscam a dominação de territórios impactam nos índices criminais. Apesar de não se verificarem níveis mais elevados de estruturação das gangues, observa-se que as taxas de homicídios, de um modo geral, estão cada vez menores. Os municípios que integram a região metropolitana têm apresentado taxas que correspondem diretamente ao grau de integração do município com a capital⁴. Assim, quanto mais integrados ao polo, mais semelhantes são as taxas destes municípios com as da cidade polo.

No segundo capítulo optou-se pela apresentação detalhada do território objeto da pesquisa, partindo-se de uma análise macro acerca dos efeitos da metropolização do bairro, em especial, urbanos, sociais e criminais. Foi realizada pesquisa documental e revisão bibliográfica que possibilitará uma melhor compreensão dos fatores socioeconômicos da regional Vargem das Flores, por se considerar que a ocupação urbana se relaciona com os grupos criminosos. Esta apresentação do campo de pesquisa foi acrescida das percepções dos entrevistados, ao mesmo tempo em que relacionam a existência e atuação das gangues em conflitos e rivalidades com a história de violência observada nos índices criminais. Portanto foram apresentados os dados quantitativos referentes aos crimes de homicídio na regional Vargem das Flores, no período de 2013 a 2017.

Contagem se urbanizou devido à expansão de Belo Horizonte, a partir do vetor oeste. A cidade surgiu como área industrial e até hoje corresponde a um dos principais polos industriais do Estado. Com a industrialização, apareceram os problemas dela decorrentes, em especial o de habitação. Em diversas áreas da cidade foram criados conjuntos habitacionais para abrigar os trabalhadores da indústria. Alguns destes conjuntos criados nas áreas periféricas do município estimularam a ocupação desordenada de grandes porções de terra. Esse cenário descreve a ocupação da regional Vargem das Flores.

A concentração de homicídios na regional é monitorada pelo governo, tendo sido dedicadas ao local, ações específicas, tais como a implantação do Grupo

⁴ A definição dos níveis de integração dos municípios que compõem as regiões metropolitanas levou em consideração os seguintes indicadores: “grau de concentração/distribuição da população, produto, rendimentos e fluxos de população em movimentos pendulares para trabalho e/ou estudo entre municípios de aglomerações, assim como realização de funções específicas e fundamentais à realização das atividades econômicas e suporte aos fluxos interaglomerações” (ANDRADE, MENDONÇA, DINIZ, 2015, p. 123). Assim, quanto mais altos os valores observados, mais integrados ao polo metropolitano o município está.

Especial de Patrulhamento em Área de Risco (GEPAR), da Polícia Militar, em conjunto com o Programa Fica Vivo, em 2005. A atuação policial, pautada em duas vertentes, a social e a repressiva, busca monitorar as gangues que atuam no bairro, de modo a prevenir ciclos de conflitos caracterizados por violência e vingança. Estes policiais compõem um portfólio de serviço da Polícia Militar implantado em áreas de vulnerabilidade social onde há concentrações históricas de homicídios, tráfico de drogas, circulação de armas de fogo e atuação de gangues, que possam caracterizar situação de descontrole social com a evolução para o crime organizado. Os policiais empregados nessa atividade são orientados por três pilares: a mobilização social, a prevenção e a repressão qualificada da violência, com vistas a melhorar a prestação do serviço de segurança pública nas áreas de vulnerabilidade socioeconômicas.

Foi apresentada juntamente com a descrição do histórico de violência, em especial conflitos de grupos e homicídios, as narrativas dos entrevistados que corroboram com o conteúdo. Esta narrativa passa pela situação socioeconômica dos moradores, a hierarquia interna das gangues e os conflitos históricos, muitos dos quais originados por fatores diversos do tráfico de drogas.

O terceiro capítulo será destinado a apresentação das principais gangues catalogadas no território, bem como a sua localização no espaço e suas relações com outras gangues, segundo os relatos vivenciados pelos entrevistados e/ou apresentados em boletins de ocorrência policiais. Trata-se de gangues com grande referência territorial e de dominação, algumas originadas de conflitos envolvendo torcidas organizadas e rivalidades decorrentes de brigas colegiais, mas que foram potencializadas pelo envolvimento dos jovens com o tráfico de drogas e consequentemente ao acesso às armas de fogo. As principais gangues identificadas foram: Gangue do Lajão, Gangue da VC Três e Gangue da VL Dezesete, Gangue do Retiro, Gangue da Rua Patrícia Aparecida dos Santos (PAS), Gangue do Beco São José, Gangue da Vila Estaleiro, Gangue do Lado B, Gangue da VL Trinta e Gangue da Grota, Gangue da Rua Hércules, Gangue do Coreto, Gangue do Beira Campo e a Gangue do Pasto ou dos Predinhos. Apesar da pluralidade de gangues, o território de atuação delas, em conjunto, corresponde a uma área de aproximadamente 20 (vinte) quilômetros quadrados.

Ao longo da narrativa sobre os conflitos, rivalidades, homicídios e as relações de parcerias desenvolvidas pelos integrantes das gangues, em especial suas lideranças, é possível observar os ciclos de vinganças e a presença de centralidade na regulação dessas relações. É possível compreender também como os órgãos de segurança pública e justiça criminal, especialmente aqueles integrantes do Grupo de Intervenção Estratégica (GIE), atuaram no sentido de prenderem e manterem encarcerados os integrantes identificados como líderes das gangues ou como responsáveis por vários homicídios, bem como tal ação do Estado contribuiu para o enfraquecimento e/ou fortalecimento de determinadas gangues. Apesar de tais gangues ainda existirem, é possível perceber ao longo da narrativa um processo de amadurecimento dos envolvidos e da regulação, ainda que não centralizada dos conflitos, muito em razão da aplicação da lógica econômico-financeira do tráfico de drogas.

Para finalizar, serão apresentadas as considerações finais do autor sobre a pesquisa. Buscou-se relacionar o impacto das relações de parceria e rivalidade entre as gangues com o impacto na variação dos índices de homicídio nos territórios de atuação. Mais do que isso, buscou-se uma reflexão sobre como a criminalidade organizada se beneficia da atuação dos órgãos de segurança pública e justiça criminal, no sentido das consequências da atuação pública, em especial, da política de encarceramento. Propõe-se que seja dada atenção constante às relações sociais entre integrantes de gangues e comunidade dos territórios, após a redução dos homicídios, evitando que a redução seja confundida com a pacificação ou com a presença de segurança pública.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo À Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

2 AS GANGUES E O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA

Este capítulo abordará a temática das gangues a partir de estudos das ciências sociais, assim como as suas relações com o crime violento no espaço urbano. Em um primeiro momento será apresentada a importância que o tema assumiu, desde o século XX, a partir das pesquisas da Escola de Chicago. Ao contemplar diferentes teorias, espera-se também poder mostrar como novos aspectos vieram à tona à medida que grupos de jovens delinquentes, em diferentes lugares e tempos, foram estudados. O objetivo desta ambientação teórica é destacar a relevância das teorias que abordam a relação do crime com o espaço urbano, além da importância assumida pelo processo de exclusão social, e as consequências destes aspectos traduzidos como incapacidade da comunidade em exercer controle social sobre seus membros.

Em seguida será apresentada uma visão sobre o fenômeno desses grupos delinquentes e a relação de dominação territorial e a regulação do crime em algumas cidades brasileiras. Será dado destaque para a realidade observada no Rio de Janeiro e em São Paulo, por tratar-se de cidades que acumulam maior volume de estudos sobre o tema, muito em razão das dimensões que os grupos criminosos assumiram, pela mídia e pelo governo, como responsáveis pela violência urbana.

Posteriormente será abordado o estudo sobre a criminalidade em Belo Horizonte, já que se trata do polo metropolitano com o qual a cidade de Contagem encontra-se integrada. Na cidade de Contagem está localizada a regional Vargem das Flores, composta por vinte e dois bairros, que é objeto de estudo desta pesquisa. O que se verifica em Belo Horizonte é a forma pulverizada de atuação das gangues que significa a ausência de centralidade que oriente as suas ações (ZILLI, 2011). Entretanto, merecem destaque as características estruturais e sociais observadas nestas gangues, já que se assemelham às observadas nos bairros da regional estudada.

2.1 Os estudos sobre as gangues

Os estudos que têm como objeto as gangues não são recentes e têm seus primeiros registros aproximadamente a partir de 1920, em Chicago, referente a

grupos de jovens que dominavam os territórios divididos, muito em razão da etnia (ZALUAR, 1997). Apesar disso, o fenômeno tipicamente urbano, foi observado em diversas cidades e países após iniciados os processos de industrialização. Nova York, Chicago e Los Angeles nos Estados Unidos, México, Panamá, Nicarágua, Guatemala, Belize, Honduras, Costa Rica, El Salvador, Argentina, Equador, Colômbia e Brasil, são alguns desses exemplos. Como a formação das gangues é um processo complexo, o qual decorre da relação de diversos fatores e contextos étnicos, migratórios, criminais, urbanos, sociais, políticos, culturais e econômicos de cada local, não é possível dizer, categoricamente, como surgem as gangues e quais as características que elas assumem na sociedade (ZILLI, 2011).

Por essa razão, não há uma definição conceitual que abarque todos os fenômenos observados. A definição resulta em escolher alguns aspectos que receberão maior destaque e atenção no estudo, e com isso, esse recorte acaba por não abarcar todos os fenômenos. Porém, dessa maneira, evita-se certa generalidade que inviabiliza qualquer análise (ZILLI, 2011). Utilizar-se da definição teórica para lançar um olhar inicial sobre um estudo de caso orienta o pesquisador nos aspectos de maior relevância, sem impedir que os detalhes sejam apontados no estudo, individualizando o objeto da pesquisa.

Em estudos pioneiros sobre as formas associativas de jovens delinquentes no Brasil, Zaluar (1997) diferencia as gangues norte americanas, das galeras européias e das quadrilhas brasileiras. As galeras diferem das gangues, pois além de não apresentarem-se a partir de uma organização (liderança, regras de comportamento, nome comum, processos de iniciação, etc.), não tinham como objetivo a concretização de aspirações econômicas e sociais. As galeras não tinham inimigos comuns, apesar de manterem rivalidades não violentas com galeras de outros bairros. Além disso, o envolvimento das gangues com o crime organizado e a facilidade do acesso às armas de fogo, tornaram os jovens americanos muito mais suscetíveis à vitimização do que os jovens europeus, inseridos na cultura da civilidade e da pacificação dos conflitos (ZALUAR, 1997).

Já no caso brasileiro, a política de pacificação das relações que envolviam as famílias e as associações foi prejudicada pelo afastamento e separação social dentro das próprias famílias, seja em razão das religiões, dos comandos e da guerra entre polícia e bandidos. O processo de destruição das instituições familiares e de

vizinhanças facilitou o domínio dos traficantes sobre os membros das comunidades, acentuando ainda mais o enfraquecimento dos laços sociais, o individualismo e o isolamento. Esse processo de enfraquecimento dos laços sociais e familiares não ocorreu nos Estados Unidos nem na Europa (ZALUAR, 1997).

As quadrilhas são grupos menores de jovens que se unem para praticar atividades criminosas com o objetivo de obterem vantagens econômicas e financeiras. Nestas quadrilhas os jovens se envolvem progressivamente com o crime, inclusive utilizando armas de fogo pelo poder a que fazem alusão. Normalmente, os membros das quadrilhas ocupam posições funcionais (chefe, gerente, etc.), sendo que o líder empresta seu nome ao grupo. As quadrilhas apresentam características semelhantes às das gangues americanas no que se refere ao uso de armas de fogo, o medo imposto aos membros da comunidade, a preocupação com o nome da associação (a exemplo, comandos e falanges), a virilidade masculina, o controle territorial e os conflitos e rivalidades que causam a morte de muitos jovens. As galeras diferem das quadrilhas, pois não se relacionam com a atividade criminosa, mas com atividades de recreação, em espacial, musical, além de não terem uma liderança instituída (ZALUAR, 1997).

Para o estudo sobre as relações de dominação territorial das gangues dos bairros da regional Vargem das Flores, será tomada como referência a definição de gangues formulada por Zilli (2011, p. 134), segundo a qual seriam “grupos de jovens que compartilham uma identidade comum, sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados”.

Importante, porém, ressaltar que este conceito traduz elementos estruturais e sociais, os quais foram tratados em diversas teorias que buscaram abordar o fenômeno conceitualmente. As teorias estruturais buscaram compreender como os processos de urbanização e exclusão social influenciaram na concentração dos crimes, em especial, na sua concentração socioespacial, tomando-se por base a baixa capacidade regulatória que se verificou nesses locais. Já as teorias sociais buscaram estudar como as gangues e seus membros se relacionam, e a subcultura relacionada ao fenômeno. Estas teorias foram testadas empiricamente e demonstraram alta capacidade de comprovação (ZILLI, 2011).

As teorias estruturais apresentavam os indivíduos como “objetos”, cujo comportamento estava predeterminado, sugerindo certa passividade em suas ações.

As críticas quanto à essas teorias se deram, em especial, pelo fato de que elas não explicavam o motivo pelo qual apenas uma pequena parcela dos pobres, residentes em áreas periféricas, se envolviam com atividades criminosas. As teorias críticas do positivismo inerente às teorias estruturais buscaram demonstrar como o comportamento dos indivíduos estava relacionado com os tipos de associação que integravam na sociedade, e como essas formas associativas se relacionavam na sociedade mais ampla. As formas associativas são respostas sociais à divisão do espaço urbano, marcado, muito acentuadamente pelo individualismo. Nos bairros mais pobres e favelas brasileiras essa resposta pode ser observada, inicialmente, na forma de escolas de samba e times de futebol, e posteriormente nas quadrilhas, comandos e gangues (ZALUAR, 1997).

A partir das teorias e estudos de caso, é possível identificar cinco eixos que devem ser considerados na análise do fenômeno das gangues, quais sejam: i) o contexto socioespacial; ii) os aspectos simbólicos e subculturais; iii) a noção de territorialidade e seus conflitos; iv) o processo de aprendizagem social dos jovens com seus pares e v) os níveis de estruturação das atividades criminais desenvolvidas pelas gangues (ZILLI, 2011).

Com relação ao contexto socioespacial, insta mencionar que as pesquisas desenvolvidas em Chicago buscaram relacionar o crime com a estrutura urbana. Enquanto alguns utilizavam conceitos ecológicos tais como “competição”, para explicar a forma como os indivíduos se relacionavam e ocorria o crime, outros o relacionavam à desorganização social do ambiente, e outros com a ausência de eficácia coletiva no controle social (ZILLI, 2011). A desorganização social provocada pela imigração de grandes contingentes populacionais para as áreas precárias da cidade contribuiu para o enfraquecimento dos valores tradicionais e redução da capacidade de regulação dos comportamentos pelas instituições informais (família, vizinhança) (ZALUAR, 1997).

A ausência de eficácia coletiva, que consiste, em uma de suas formas, no controle social mantido pela sociedade sobre os jovens, fazendo com que ajam de acordo com os valores médios daquela sociedade, está relacionada ao desenvolvimento de gangues. Nas áreas desorganizadas, com baixo grau de “eficácia coletiva”, as gangues capazes de exercer controle territorial e poder

destroem as formas usuais de controle social, tais como a escola, a família e o poder público, caracterizado pelos órgãos de segurança (BEATO, 2012).

O crime pode ser observado como resultado da privação relativa e de sua relação próxima com a privação absoluta, segundo a Teoria da Frustração (ZALUAR, 1997). A privação relativa está relacionada à percepção do indivíduo quanto a sua posição econômica em relação aos seus objetivos na sociedade, consistindo a violência em um “processo de frustração” daqueles que não conseguiram atingir tais objetivos pelos meios legítimos. Já a privação absoluta está relacionada à pobreza, em si, como motivação da violência, em razão das limitadas opções para superar a questão econômica (BEATO, 2012). De acordo com a teoria, a segunda geração de imigrantes é que se envolvia com as atividades criminosas, em razão da frustração provocada pela desigualdade entre as aspirações de ascensão social e as oportunidades que eles tinham para concretizá-las (ZALUAR, 1997). Destaca-se, porém, que a pobreza é uma condição necessária, mas não suficiente para justificar a violência, tanto que existem áreas pobres que não apresentam concentração de violência (ZALUAR, 1995; BEATO, 2012).

Outro aspecto é quanto ao processo segundo o qual o pertencimento às gangues influencia os jovens no cometimento dos crimes. Por meio do convívio dentro das gangues os membros aprendem qual o comportamento adequado que se espera deles para que sejam aceitos naquele grupo. O processo de aprendizado social pode ser influenciado pela estrutura social, baixo controle e supervisão, já que no caso do comportamento criminoso, são repassados valores que diferem dos valores gerais. Destaca-se, porém que, o envolvimento com crimes decorre do processo de engajamento na gangue, e não o contrário (de que o envolvimento com as gangues se dá em razão do cometimento dos crimes) (ZILLI, 2011). Muitos jovens se referem a esse processo de aprendizagem como a “escola do crime” (ZALUAR, 1997, p. 50).

As questões subculturais e simbólicas com as quais as gangues se relacionam, envolvem outras características, tais como o aprendizado social do crime e as disputas pelo controle territorial. Tudo isso envolve um arcabouço normativo que passa a orientar as condutas dos membros das gangues, diferenciando-os dos demais indivíduos que compõem uma sociedade e se orientam de acordo com o conjunto normativo dela (ZILLI, 2011).

Em pequenos ambientes como as favelas, bairros ou presídios é comum que o surgimento de uma gangue provoque o surgimento de outra. A rivalidade entre elas, os conflitos armados, a disputa pelo controle dos territórios para garantir vantagens competitivas ante as outras gangues, são uma das principais características das gangues que se encontram no primeiro estágio de estruturação proposto por Zilli (2011). Isso por que os membros das gangues aderem às formas privadas de violência na resolução de conflitos comunitários e interpessoais, gerando um grande impacto nos índices de crimes violentos, em especial, os homicídios.

Quando algum contorno espacial-comunitário se desenha, quando uma “territorialização” pode ser identificada, a questão parece ganhar uma dimensão política completamente diferente daquela que se encontra na criminalidade pulverizada, seja ela convencional ou não. Se, por um lado, essa territorialização reforça estereótipos e estigmatiza importantes segmentos sociais do espaço urbano, por outro, *passa a constituir efetivamente* novas redes de sociabilidade, que emergem das relações de poder que demarcam esses territórios. (MISSE, 2007).

Para que a gangue exerça controle sobre os seus membros é necessário que exista certo grau de organização interna do próprio grupo. Algumas gangues apresentam níveis maiores ou menores de organização, mas ele pode sempre ser notado. A organização de algumas gangues chega a se desenvolver tanto, a ponto de envolver relações de corrupção com os agentes de segurança pública e justiça criminal (MISSE, 2007), que alguns autores optam por utilizarem nomenclaturas diferentes para eles. Entretanto, para fins deste trabalho, o grau de organização da gangue será considerado como característica da fase de organização em que se encontra, não influenciando em sua nomenclatura.

Zilli (2011) considera que existem fases evolutivas de organização e estruturação social das atividades criminosas, com características específicas para cada fase. A primeira fase é marcada pelos conflitos entre membros de gangues, por razões mais pessoais e ausência de organização do crime. A segunda fase é caracterizada pela competição mais violenta entre os membros das gangues, sendo os conflitos mais orientados pela lógica econômica e racional voltada para a manutenção da lucratividade do tráfico de drogas e a possibilidade de controlar outras formas de crimes. Nessa fase algumas gangues podem ser extintas, seja por terem sido dizimadas pela violência dos rivais, seja por terem se fundido a outras

gângues para evitar a morte de seus membros. Já na última fase a estruturação das atividades criminosas envolve a redução dos conflitos armados em razão da dominação de um território muito amplo, onde pode ser possível desenvolver atividades mais complexas, segundo uma lógica de mercado e com bases políticas e envolvendo altos níveis de corrupção. Estamos de acordo que no Brasil não existem organizações criminosas que se encontrem na última fase de abrangência global, tal como o narcotráfico colombiano. Entretanto, verifica-se que o caminho evolutivo que leva ao nível mundial perpassa pelos domínios territoriais e seus conflitos decorrentes, característicos das disputas protagonizadas pelas gângues (ZILLI, 2011; BEATO e ZILLI, 2012).

2.2 Estudos sobre gângues e violência no Brasil

No final da década de 1970 e nos anos iniciais da década de 1980, o Brasil viveu um aumento dos crimes violentos, principalmente o homicídio de jovens, que afetou várias cidades em diferentes Estados. Estudos apontaram que esse aumento esteve relacionado com a entrada de armas de fogo e drogas no país, em maior volume, possibilitando a popularização de seus usos. As armas por serem utilizadas como instrumento de força e poder nas disputas entre grupos criminosos, e nos assassinatos, e as drogas por aumentarem a lucratividade do mercado ilegal. Os jovens, com idade entre 15 e 29 anos foram os mais impactados por essas mudanças, seja como vítimas, seja como autores dos crimes (ZALUAR, 2007).

A conformação urbana é elemento central na desorganização da sociedade, contribuindo para que surjam oportunidades de desenvolvimento de formas variadas de crimes. As políticas públicas voltadas para a solução dos problemas de moradias causados pelo acelerado processo de industrialização de algumas cidades, o qual não foi acompanhado pelo processo de urbanização adequado, contribuíram para o surgimento de ambientes segregados. Os reassentamentos, que consistem em realocar grandes contingentes populacionais em um mesmo ambiente, seja com a construção de conjuntos habitacionais, seja com o consentimento da ocupação de grandes faixas de terra situadas nos limites dos municípios, assumiram papel de destaque a partir da década de 1950, no Brasil. Nesses ambientes concentraram-se

populações de baixa renda e, muitos deles, atualmente, apresentam graves problemas de segurança pública (BEATO, 2012).

Vários estudos de caso sobre gangues, dominação territorial, ambiente segregado pela concentração de pessoas pobres e falta de infraestrutura urbana relacionada com a violência concentrada nessas áreas, já foram elaborados no Brasil. Importa para a presente análise, aqueles que relacionam a concentração das taxas de determinados crimes (em especial o homicídio) com os conflitos entre as gangues e as relações de dominação territorial. Isso por que a regional Vargem das Flores apresenta a maior concentração de desvantagens sociais, contrastando com as outras áreas da cidade de Contagem.

Parte-se do pressuposto segundo o qual uma sequência de mortes em ambientes segregados, nos quais ocorrem disputas territoriais, não devem ser analisados como fatos isolados, desconsiderando-se a relação entre uns e outros. Essas mortes não podem ser consideradas como crimes passionais, relacionados a desentendimentos cotidianos, sem nenhuma relação com o fato de que as vítimas, em sua maioria, são membros de gangues envolvidos com diversos crimes. Isso por que, muitas situações de conflitos entre gangues que disputam os territórios para assegurarem vantagens competitivas em relação aos demais, materializam-se na violência como forma privada de solução destas demandas.

Por isso, analisar os crimes nas áreas de concentração de desvantagens socioeconômicas dominadas por gangues é relevante. No Brasil, desde a década de 1980 notou-se um aumento dos níveis de violência em vários Estados e concentração dos homicídios periferias, vilas e favelas (ZALUAR, 1995; BEATO, 2012). Além disso, a lógica do crime cometido por membros de gangues também pode explicar a lógica dos demais crimes (MISSE, 2011). Esse ponto merece destaque, pois, verifica-se que, em ambientes totalmente dominados por uma única gangue, nos quais já não fazem sentido as disputas pulverizadas, em razão da adoção da lógica racional/econômica, os crimes são regulados, ou seja, tendem a ocorrer menos.

De acordo com Misse (2011), verifica-se que no território dominado pelas gangues, os crimes por ele intitulados “comuns”, diminuem. Crimes comuns seriam aqueles não relacionados à própria atividade criminosa com a qual a gangue esteja envolvida, como o tráfico de drogas. Pode-se citar como exemplo o roubo, o furto, o

homicídio, o estupro, dentre outros. Esse tipo de crime, no ambiente dominado pela gangue, é reprimido violentamente pelas gangues que exercem controle social e poder no território, sendo comum que os moradores das áreas dominadas por elas, sejam os membros do grupo ou não, não cometam estes crimes naquele ambiente. Com isso, a gangue apresenta certo poder regulatório e de proporcionar segurança, garantindo que os moradores daquele território não sejam vítimas de crimes contra o patrimônio (furtos, roubos) ou contra a pessoa (homicídio, estupro), apresentando redução nos índices. Isso não significa, porém que o crime, de modo geral, seja reprimido pelos seus membros, mas sim que ele é reprimido naquele local, mas muitas das vezes permitido em outros (como no resto da cidade).

O que se verifica nas áreas que não correspondem ao território da gangue (demais áreas da cidade, como bairros residenciais e áreas comerciais) é um aumento nas diversas modalidades dos crimes comuns. Para Misse (2011), o aumento está relacionado a três fatores que podem estar ocorrendo nos territórios das gangues.

O primeiro é o aumento da repressão policial ao tráfico de drogas, que faz com que os criminosos migrem, ainda que momentaneamente, para outros tipos de crimes, com o objetivo de suprir as suas necessidades econômicas. Nesse caso, os criminosos abandonam o tráfico de drogas nos territórios das gangues e praticam outros crimes (furto, roubo) nas demais áreas da cidade (MISSE, 2011).

O segundo fator é a diminuição da repressão policial ao tráfico de drogas, que pode proporcionar o aumento do fluxo do tráfico, exigindo mais meios de transporte para as substâncias a serem comercializadas. Assim, o resultado seria o aumento dos roubos de veículos nas outras áreas da cidade, já que nos territórios dominados, crimes contra o patrimônio não são permitidos pelas gangues (MISSE, 2011).

Já o terceiro fator refere-se ao fato de que muitos consumidores de drogas cometem crimes contra o patrimônio para obterem meios de pagarem pelas substâncias entorpecentes. Isso está relacionado à dependência química provocada pelas drogas, na qual o indivíduo sente necessidade de utilizar a substância, mas, por muitas vezes, por não possuir recursos financeiros legítimos para adquiri-la, pratica pequenos crimes para conseguir esses recursos. Nesse caso, o medo da reação violenta das gangues faz com que esses crimes sejam praticados fora do território dominado por elas, ainda que bem próximos (MISSE, 2011).

Nesse sentido, destaca-se a fala de um jovem membro de uma gangue de Belo Horizonte, sobre a regulação do crime dentro da área de dominação, que foi entrevistado por Zilli (2011), enquanto se encontravam cumprindo medida sócio educativa por cometimento de atos infracionais⁵:

“Tem que aceitar. Segurança no morro quem é que faz? É os mano. Por que que não tem roubo dentro da favela? Porque se tiver, os cara vem e mata. Privilégio pra quem? Para os morador. Então eles não tem que falar nada se mata na porta da casa deles, se vende droga. É segurança”. (Informante 29, Aglomerado da Serra *apud* ZILLI, 2011, p. 203)

Não só no Brasil, mas também nos Estados Unidos, América Latina e América do Sul, o sistema penitenciário assumiu papel de destaque na regulação dos crimes. Adorno e Salla (2007) afirmam que as políticas públicas de encarceramento em massa (incriminações de mais tipos penais, aumentos de penas, restrições para o cumprimento da pena e progressão de regime), implementadas com o objetivo de conter a expansão do poder dos grupos criminosos, não está funcionando. Do contrário, ela tem estimulado a percepção de injustiça entre os presos. Esse ambiente facilita a legitimação das ações violentas pelos grupos e o fortalecimento do sentimento de solidariedade entre eles (ADORNO, SALLA, 2007).

No ambiente carcerário, membros de gangues que alimentavam rivalidades fora dos presídios, ao serem expostos ao ambiente de hostilidade da prisão, identificaram um inimigo comum a todos, contra o qual deveriam se unir. Fossem outros conglomerados de gangues mais fortes, sejam as origens étnicas ou as questões políticas, seja o próprio Estado, ali representado pelos agentes das forças de segurança pública e penitenciária, fato é que sempre se observa um ponto de rivalidade comum. Nesse ambiente formaram-se alianças e lideranças que buscaram desenvolver uma identidade comum, ainda que pela definição do inimigo e posicionamento oposto ao dele. Observou-se que esse cenário apresentou reflexos nas dinâmicas das relações entre membros das gangues mesmo fora dos presídios, possibilitando transformações nos níveis de estruturação.

⁵ Atos infracionais são as condutas das crianças e adolescentes que configuram crimes ou contravenções penais, conforme previsto no art. 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente contido da Lei 8069, de 13 de julho de 1990.

Para a melhor compreensão sobre como estas dinâmicas ocorreram no Brasil, e a importância dos aspectos estruturais, ambientais, sociais, históricos e criminais assumidos em cada caso, serão apresentadas análises sobre o processo de estruturação das gangues no Rio de Janeiro e São Paulo, nos estágios iniciais e em Belo Horizonte. Como a violência está disseminada por todo o país, foi preciso realizar um recorte para balizar a análise dos estudos já realizados.

Será tratado inicialmente sobre o fenômeno da violência no Rio de Janeiro, pois lá, cronologicamente, verificou-se, pioneiramente, o processo de transformação das gangues territorializadas em níveis mais elaborados, tais como as facções e comandos. Em seguida, será apresentada a situação verificada em São Paulo, em especial, por se tratar do local onde é possível observar um nível ainda mais elaborado de estruturação do crime, que envolve gangues territorializadas, com destaque para a centralidade do poder de dominação de uma facção. A abordagem sobre Belo Horizonte segue em seguida, por proximidade com o tema objeto da presente pesquisa, pela atenção que vem recebendo nos últimos anos com estudos sobre criminalidade e pela semelhança entre as características das gangues na regional Vargem das Flores.

2.2.1 As disputas no Rio de Janeiro

Entre as décadas de 1950 e 1970, o Rio de Janeiro foi destino de um alto fluxo migratório de populações das cidades do sertão. O processo de concentração populacional em áreas periféricas e segregadas, a partir de 1964, foi impulsionado também pela política pública de remoção de ocupações urbanas (vilas e favelas) para áreas menos prestigiadas da cidade, como as periferias (MISSE, 2008). Inicialmente a oferta de habitação ficou a cargo da iniciativa privada, e posteriormente, dada a ineficiência, foi objeto de ações de governo mais específicas. Em um primeiro momento as ações públicas tinham como objetivo extinguir as favelas e vilas por meio de ações habitacionais e sanitárias (MACHADO DA SILVA, 2010).

Quando a imprensa carioca passou a retratar crimes contra o patrimônio nas áreas nobres e centrais do Rio de Janeiro, a partir da década de 1950, na sociedade de classe média e alta a violência apareceu como algo “novo”. Mas na verdade, o

que ocorreu foi a publicidade dada ao fenômeno que já afetava as favelas e, principalmente, os seus moradores jovens e do sexo masculino (ZALUAR, 1995). A sensação de insegurança generalizada proporcionada pela mídia pode ter contribuído para o surgimento do ideal de justiça que motivava o uso da violência contra autores de crimes (em especial, os ladrões) (MISSE, 2008).

O problema da violência nas favelas do Rio de Janeiro não teve origem com o surgimento dos “comandos” e do tráfico de drogas. Antes deles a violência era difusa e pouco estruturada, ficando a cargo da atuação policial e dos próprios moradores, uns em desfavor dos outros, sem que isso ocupasse as manchetes dos jornais (ZILLI, 2011). Inicialmente, no Rio de Janeiro, o jogo do bicho era considerado o principal mercado ilegal, estruturado em territórios conflituosos até 1970 e posteriormente, orientado por uma “cúpula” com capacidade de dominação e redução dos conflitos. A operacionalização das transações e estruturação do jogo do bicho se assemelha muito com o comércio de drogas atual (MISSE, 2007).

O comércio de drogas, ainda que não coordenado hierarquicamente por um grupo centralizado, tem uma estrutura horizontal que facilita a distribuição de armas e drogas na cidade. Os “comandos”, organizados em redes de distribuição geográficas, tinham relações de aliança ou rivalidade com outros comandos. Tanto por questões portuárias, ou pela facilidade de acesso às armas de fogo, os grupos criminosos do Rio de Janeiro encontraram maiores facilidades para se armarem e estas armas tornaram os conflitos territorializados mais violentos e letais (ZALUAR, 2007).

Uma das principais organizações criminosas que opera, atualmente, no Rio de Janeiro teve suas origens nas prisões, durante o regime militar. Em razão da Lei de Segurança Nacional (LSN), membros de diversos grupos políticos armados de esquerda, que cometeram assaltos para arrecadarem fundos para financiar seus ideias políticos, foram encarcerados, por anos, juntamente com presos comuns, no presídio de Ilha Grande. Durante este período os presos políticos se organizaram para reivindicarem seus direitos, enquanto os presos comuns se organizaram, para além de reivindicarem direitos, exercerem domínio e liderança dentro do presídio (MISSE, 2011).

A organização formada pelos presos comuns foi inicialmente denominada Falange Vermelha e posteriormente Comando Vermelho (CV). Em 1979 os presos

políticos foram colocados em liberdade graças à anistia concedida aos crimes políticos. Os presos comuns, que não foram alcançados pela anistia, passaram a utilizar o lema “Paz, Justiça e Liberdade”, até hoje proclamado pelos membros da organização criminosa (MISSE, 2011).

No primeiro mandato de Leonel Brizola como governador do Rio de Janeiro (1983-1987), ele atuou em prol dos direitos civis dos presos e das populações residentes nas favelas, vítimas da ação repressiva da polícia. Uma das medidas adotadas pelo governo foi a proibição das operações policiais de repressão em massa nas periferias, em decorrência de um acordo entre o governo e as lideranças locais. Após o fim do governo militar, a violência urbana não política passou a se espalhar pela cidade, deixando de se concentrar e “esconder” na periferia. Houve uma onda de crimes violentos, e principalmente homicídios. Em algumas vilas e favelas, os criminosos andavam livremente pelas ruas e vielas, mostrando armas de fogo, sem demonstrar qualquer preocupação com o controle social formal e informal (MACHADO DA SILVA, 2010).

Na adolescência, o jovem do sexo masculino procura se afirmar enquanto homem, e dentre as várias aspirações e dificuldades sociais, se vêem atraídos pela posição social de respeito e admiração que os bens adquiridos com o dinheiro obtido com atividades criminosas irão lhes proporcionar. O uso explícito das armas pelos jovens decorre da necessidade de imprimir medo e receio nos rivais e na polícia, já que se constituem em sinal de poder e status social. Além disso, a arma de fogo compõe a identidade masculina e viril que muitos jovens buscam afirmar na adolescência (ZALUAR, 1995).

Outro aspecto simbólico e psicológico que envolve a questão é a fascinação, o prazer e o interesse dos jovens pelo próprio exercício de poder, que consiste no fato de provocarem medo nas outras pessoas. As armas não têm apenas um significado simbólico, mas também prático: as “guerras” que os jovens travavam entre si. O jovem, que não está totalmente socializado, que convive com as rivalidades próprias da juventude, acabam por se iludir com o poder que a arma de fogo lhes proporciona na resolução desses conflitos interpessoais (ZALUAR, 1995).

Nas décadas de 1980 e 1990, o Comando Vermelho se tornou conhecido fora dos presídios, em razão da fuga de detentos e/ou pela colocação de outros em liberdade. Fora do sistema penitenciário, as ideias do Comando Vermelho se

espalharam, passando a normatizar os conflitos territorializados, possibilitando que os grupos se estruturassem melhor para a prática de crimes de execução mais complexa, tais como os roubos a bancos, sequestros e tráfico de drogas (ZILLI, 2011).

Inicialmente, no Rio de Janeiro, o comércio de maconha era chamado de “Movimento” (MISSE, 2007). Com relação ao tráfico de drogas, é preciso destacar que, a popularização da cocaína na América do Sul, a partir da década de 1980, contribuiu para a maior lucratividade do mercado ilegal de drogas (ZILLI, 2011). Para Machado da Silva (2010), a entrada da cocaína no mercado do tráfico no período de transição e retomada da democracia, com a aproximação entre os pequenos traficantes e os narcotraficantes, e a ausência de proteção institucional contra a dominação desses criminosos, desencadeou uma reação de violência privada. Como nem todas as gangues aceitaram o controle do tráfico local pelo Comando Vermelho, surgiram outras facções formadas por grupos até então independentes que, sozinhos, não conseguiriam resistir às investidas de dominação pelo Comando Vermelho, provocando aumento dos conflitos armados e mortes.

Com o surgimento de outras facções, em especial o Terceiro Comando e o Amigo dos Amigos, o Comando Vermelho não conseguiu oligopolizar o mercado de drogas. Assim iniciou-se a corrida armamentista da década de 1990, na tentativa das gangues de protegerem os territórios já dominados e conquistar outros, que deu origem a uma onda de violência armada que vitimou inúmeros jovens nas periferias e foi responsável pelas altas taxas de homicídio durante anos (MISSE, 2011).

As facções são confederações criminosas que atuam em ambiente urbano e prisional, formadas por outros grupos criminosos e gangues menores e estritamente territorializados. Trata-se de franquias, bandeiras, às quais as gangues aderem, e ao se filiarem, assumirem algumas implicações decorrentes. Menciona-se como exemplo, a possibilidade de aderir a conflitos de outros grupos filiados, ignorando em alguns momentos, a territorialidade e as rivalidades dos grupos individuais. Eles se unem em nome de uma bandeira para “aumentar o seu poder transacional”, como no caso de confrontar outra grande facção, criando outra, ou para enfrentar o próprio Estado, materializado em seus cotidianos como agente cerceador e violador de direitos (ZILLI, 2011).

As grandes facções do Rio de Janeiro são um reflexo do contexto histórico, urbanístico, político, social e criminal específico, mas pode-se compará-las com o fenômeno das gangues observado em outras cidades. Para Zilli (2011) essa comparação é possível em razão da semelhança observada na essência destas facções com as gangues, conforme esclarece:

(...) grupos formados por jovens, moradores de favelas e bairros de periferia, nascidos e criados em contextos de forte exclusão social, racismo, segregação espacial e violência institucional e cujo pertencimento às facções lhes garante melhores condições competitivas para transacionar bens simbólicos, pessoais, sociais e materiais em ambientes extremamente hostis. (ZILLI, 2011, p. 85)

Em cada território o tráfico se estruturou com certa hierarquia e divisão de funções, permanecendo em operação durante anos. A presença deste modelo organizacional nas comunidades compôs o “repertório cultural” das novas gerações, que acabaram por compor, reciprocamente, e de maneira voluntária, a estrutura da organização, ao assumir o lugar de membros presos ou mortos. Desenvolveu-se um referencial simbólico de identidade local (pela própria ausência de outra identidade coletiva no ambiente socialmente vulnerável das favelas e conjuntos habitacionais), ainda que sem relação direta do jovem com o movimento (MISSE, 2011). Destaca-se ainda que o caráter assistencialista assumido por algumas gangues favoreceu a formação de vínculos entre elas e as comunidades, já que atuavam excepcionalmente preenchendo as lacunas deixadas pelo Estado (FELTRAN, 2010; ZILLI, 2011).

Os “comandos” são considerados “redes constituídas pelos acordos (tácitos, precários) entre “donos” de várias áreas” de comércio de drogas, sendo que estas lideranças, em sua maioria cumprem pena privativa de liberdade em presídios de segurança máxima (MISSE, 2007). Importa ressaltar que:

Não há uma rede geral, única, como se pensou que houvesse em meados dos anos 1980, nem jamais houve uma única liderança reconhecida em todas as áreas e por todos os “donos”. Há contatos intermitentes entre “donos” que se dizem “amigos” e contatos regulares entre um “dono” e seus gerentes nas várias áreas, como também permanentes conflitos entre “donos”. (MISSE, 2007)

Com o declínio dos “comandos” a partir do ano 2000, houve aumento dos roubos e implantação de novas formas de exploração econômica fundamentadas no

controle territorial e das propinas. Uma das alternativas econômicas mais comuns foi a formação das milícias, inicialmente compostas por policiais moradores de conjuntos habitacionais ou pequenas favelas, que cobravam dos moradores para impedir a instalação de pontos de vendas de drogas no local, e posteriormente passou a abranger serviços antes dominados por traficantes, a exemplo, a comercialização de botijão de gás e os serviços clandestinos de televisão por assinatura (MISSE, 2007).

2.2.2 A centralidade de poder em São Paulo

Em São Paulo, o processo de estruturação das gangues também teve contribuições históricas, urbanísticas, criminais e sociais. Em especial, deve-se dar destaque para o processo de segregação socioespacial e a acumulação social da violência nas áreas pobres. Da mesma forma que no Rio de Janeiro, as gangues e, posteriormente, as grandes facções não foram responsáveis pelo surgimento da violência. Em São Paulo, o Primeiro Comando da Capital (PCC), que é uma grande facção do crime organizado, é considerado responsável por suprimir, ainda que, provisoriamente, as ações e retaliações de violência (ZILLI, 2011).

O desenvolvimento da cidade de São Paulo assemelha-se ao verificado no Rio de Janeiro, entre as décadas de 1950 e 1970. A concentração urbana em áreas segregadas e periféricas, bem como as iniciativas públicas de remoção de massas populacionais para outras áreas, sem o devido aporte estrutural e de assistência aos serviços básicos, contribuiu para o processo de segregação socioespacial das vilas e favelas que se formaram (MISSE, 2008). Para Adorno (2002) os diversos estudos que relacionam pobreza e concentração de crime indicam, em verdade, que estes ambientes proporcionam mais condições para a existência de conflitos interpessoais e sociais.

A violência urbana, caracterizada pelos homicídios, a partir da década de 1980, tinha como principais vítimas e autores os jovens do sexo masculino. O recrudescimento da violência se relaciona, além de outros fatores, com as modificações nas características do crime. Podem ser mencionados, a organização da atividade, o uso de armas de fogo mais potentes, o enfraquecimento das formas convencionais de controle social e a corrupção dos agentes públicos que acabam

por gerar desequilíbrio nas relações sociais dos criminosos entre si. A descrença no sistema de justiça, tanto criminal quanto civil, contribuiu para que as pessoas apelassem para formas privadas de segurança, proteção e resolução de conflitos. A parcela da população que não dispunha de recursos para aderir às formas regulares e privadas, acabou por, ou aderir às formas alternativas de violência privada, ou a elas se submeter (ADORNO, 2002).

As gangues surgem como alternativa para os grupos de jovens que buscam melhores condições para se protegerem no ambiente hostil em que vivem. A violência difusa, decorrente das rivalidades e conflitos entre várias gangues foi transportada para dentro do sistema penitenciário onde se retroalimentava. Essa ausência de ordem pode ter levado a estruturação do PCC e a rápida adesão dos demais presos ao grupo, dada a promessa de regulação dos conflitos (ZILLI, 2011).

Tal qual o processo verificado no Rio de Janeiro, do surgimento de uma gangue que evoluiu para uma estrutura mais ampla, de facção, a partir do sistema penitenciário, pode se observar em São Paulo. O PCC, considerado uma das maiores organizações criminosas do país, foi criado na Casa de Custódia de Taubaté, interior de São Paulo, em 1993, por oito presos recém-transferidos da capital, que formaram um time de futebol denominado Comando da Capital para disputar um torneio interno. Para garantir a segurança e integridade dentro da casa de detenção, os presos formularam um acordo, segundo o qual eles deveriam proteger uns aos outros, mediante um sentimento de solidariedade (SOUZA, 2007).

Os componentes do time tomaram a liderança da Casa de Custódia após matarem os então líderes da cadeia durante uma partida de futebol, usando formas, até então, pouco usuais de violência como a decapitação (SOUZA, 2007). A liderança foi aderida por outros detentos sob o argumento de que precisavam se unir para resistirem aos abusos cometidos pelos seguranças do local. Essa união se expandiu para a maioria dos presídios de São Paulo e, em um segundo momento, para fora deles, mais precisamente para as comunidades pobres da periferia, inclusive com a existência de um “estatuto” onde estão as orientações para a conduta dos integrantes (DIAS, 2009). A expansão do PCC, em certa medida, é considerada a partir das relações de proximidades desenvolvidas entre os presos durante o cumprimento das penas.

Apesar de desde 1997, existirem especulações sobre a existência e capacidade de mobilização do PCC, narradas por jornalistas a partir do envio do Estatuto do PCC para publicação na mídia (SOUZA, 2007), foi em 18/02/2001, que a facção realizou sua primeira demonstração de força e extensão. Nesse dia foi desencadeada uma grande rebelião, ocorrida simultaneamente em 29 (vinte e nove) penitenciárias. A rebelião que contou com a adesão de aproximadamente 30 (trinta) mil presos durou vinte e sete horas (ZILLI, 2011). Em resposta o Estado tentou isolar as lideranças da facção dentro do sistema prisional, o que parece não ter surtido o efeito esperado pelas autoridades, já que em 2006, a facção desenvolveu ações que atingiram mais bruscamente a sociedade (DIAS, 2016).

Em 12 de maio de 2006, o PCC ordenou uma sequência de ataques que duraram meses. Os primeiros dias foram os mais intensos e acumularam 439 mortes por arma de fogo, dentre os quais agentes de segurança pública e civis, estes em grande maioria. Os ataques tinham como alvo bens, prédios públicos e agentes de segurança, como retaliação ao Estado pela transferência de líderes do PCC para presídios nos quais permaneceriam em Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), após informações sobre a possibilidade de fuga de tais detentos (DIAS, 2016).

Enquanto em 2001 os resultados das rebeliões e demonstração de poder do PCC se concentraram dentro dos presídios, estimulada pela política de encarceramento em massa. Em 2006, o que se observou foi a facilidade de relação e comunicação do ambiente interno com o externo, em decorrência da rede de apoio que o grupo criminoso criou (ADORNO, SALLA, 2007).

Esse cenário foi capaz de determinar mudanças nas estratégias tanto do Estado quanto da facção, no que se refere ao estabelecimento de estratégias, ainda que precárias e instáveis, mas capazes de manter a ordem dentro dos presídios. Esta relação fortalece mutuamente a facção e a política pública, gerando dependência uma da outra. A facção se fortalece na medida em que o Estado reconhece sua influência sobre a ordem mantida nos presídios e a segurança dos agentes públicos nas ruas, além da importância de manter esta relação para garantir a segurança pública no Estado. A política pública de encarceramento em massa se fortalece, na medida em que o PCC precisa assegurar uma quantidade razoável de detentos filiados à organização nas penitenciárias (DIAS, 2016).

A crise, que teve reflexos que duraram meses, exigiu, se não negociação, ao menos diálogo, entre o governo e a facção, que definiram novos contornos para a relação dos presos com a administração prisional. Dias (2016) considera que o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), instituto jurídico criado para dificultar a comunicação dos presos com um detento específico, e consequentemente, desarticular organizações e grupos, tornou-se ineficaz e objeto de barganha entre presos e autoridades prisionais. Conclusão confirmada ao se verificar a pequena quantidade de detentos, principalmente lideranças do PCC, em cumprimento ao regime disciplinar e a ausência de grandes rebeliões após os episódios de 2006 (DIAS, 2016).

O controle, poder e capacidade de manutenção da ordem pelo PCC podem ser verificados, atualmente, ao se analisar os “tribunais do crime”, institucionalizados no “mundo do crime”, em São Paulo, graças a uma normatividade própria e considerada legítima dentre moradores, delinquentes ou não, de comunidades determinadas. Essa seria a explicação para a queda nas taxas de homicídios em São Paulo: quem controla os homicídios é a regulação do PCC sobre as ações dos seus membros, e não as ações preventivas e repressivas desencadeadas pelo governo (FELTRAN, 2010).

Não é verdade que os moradores não reconhecem as instâncias formais de resolução de conflitos ou que neguem o Estado e sua legalidade, mas sim que, conforme a natureza do conflito a ser solucionado, optam pela instância formal de justiça (poder judiciário), as instâncias assistenciais e midiáticas (ONG e imprensa), a divina (igreja) ou as locais ilegais (autoridades do “mundo do crime”). O poder exercido nos territórios pelos criminosos passou a impactar na vida dos moradores não relacionados ao crime quando, demandas e conflitos não relacionados ao “mundo do crime” passaram a ser solucionados pelas “autoridades locais do crime”, principalmente após as instâncias formais (ex: polícia e poder judiciário) terem falhado. O uso da violência armada como última forma de legitimidade e autoridade, precedida de argumentos de justiça e “regras de proceder” também contribuiu para a legitimação das normas locais e da unicidade de comando (FELTRAN, 2010).

O homicídio é muito regulado nos territórios dominados por organizações criminosas como o PCC, e a decisão sobre a vida ou a morte de alguém não cabe a uma única pessoa, mas a um grupo de pessoas que pontuam suas decisões em

critérios de firmeza da organização, de justiça e de interrupção da cadeia de vingança privada, o que reflete, diretamente, na redução da quantidade de homicídios (FELTRAN, 2010). Zilli (2011), porém, destaca que a normatização dos homicídios não se confunde com a “pacificação” ou estabelecimento da paz, já que os grupos utilizam de violência para solucionarem os conflitos privados. Há, em verdade, uma racionalidade econômica na resolução dos conflitos em detrimento da lógica comunitária e interpessoal da vingança (ZILLI, 2011).

Desde os anos de 1990, os homicídios em São Paulo são influenciados por dois regimes políticos, quais sejam o estatal e o criminal. As políticas públicas, tais como o encarceramento em massa, a instituição de Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), o combate ao tráfico de drogas, as modificações legislativas para aumento de penas e redução dos benefícios de execução penal, dentre outras, não impedem a hegemonia da facção criminosa, em especial do Primeiro Comando da Capital (PCC). A redução das taxas de homicídio, apresentadas pelo governo como indicador de sucesso das políticas de segurança pública, foram causadas por um conjunto de fatores, tendo o Estado contribuído indiretamente (FELTRAN, 2012).

Os sujeitos não percebem o governo e o crime como redes de significados que os representem, mas sim, possuem uma noção binária de que existem verdades em cada um dos mundos (do governo e do crime) que são opostas, em especial quanto à sua legitimação. Porém, tanto o “mundo do crime” como o governo são “matrizes morais de justificação das práticas e crenças desses sujeitos e instituições, que atualizam o dispositivo de administração da ordem urbana” (FELTRAN, 2012, p. 235), dando sentido para a vida e para a morte dos sujeitos, e influenciando a gestão da ordem pública. Ao definir o governo e o crime como matrizes de juízo de valor, importa diferenciar que o governo é uma “matriz de discursos e práticas” da política de segurança pública, enquanto o mundo do crime é uma “matriz de referência de discursos, identificação de sujeitos, práticas e sentidos produzidos em torno das atividades ilegais da droga, do roubo de carros e dos assaltos especializados” (FELTRAN, 2012, p. 234), ou seja, matriz de sujeitos coletivos, institucionalizado no PCC.

Em outras palavras, o governo é responsável pela tomada de decisões e o crime o responsável pela manutenção/operacionalização da ordem nos territórios. O que se percebeu a partir de 2006, em São Paulo, foi a terceirização da segurança

pública para o crime, quando o governo percebeu que o PCC era capaz de reduzir as taxas de homicídio (que tanto incomodam o governo ao serem escancaradas na mídia) sem que isso refletisse uma mudança política significativa (FELTRAN, 2012). Destaca-se, porém, que esse entendimento, não é consensual entre os sociólogos.

2.2.3 As gangues pulverizadas de Belo Horizonte

Para alguns autores (SAPORI, SILVA e SENA, 2010) a estrutura social que desenvolve o tráfico de drogas em Belo Horizonte não está, necessariamente, hierarquizada e rígida. A estrutura se assemelha mais a uma rede, com uma grande quantidade de conexões, que quando modificadas, resultam em mudanças na rede. As conexões da rede, além de serem voluntárias, possibilitam autonomia aos componentes. Dentre os vários tipos de redes de venda de drogas, destacam-se as “redes centralizadas”, nas quais é possível observar a presença de pessoas (“gerentes”) responsáveis pela coordenação dos outros funcionários envolvidos na venda varejista. O gerente não se confunde com o “patrão”, que é o responsável por fornecer a droga, ou seja, ele é o proprietário do produto que será comercializado (SAPORI, SILVA e SENA, 2010).

Apesar de não haver estudos que comprovem a existência, em Minas Gerais, de formas mais elaboradas do crime organizado, tais como os “comandos” ou da centralidade do PCC, o fenômeno da violência que envolve gangues está disseminado. Como ocorrido em outros centros urbanos, a estruturação de gangues na capital mineira também se relaciona com o processo urbanístico e de configuração ambiental (ZILLI, 2011).

Desde a década de 1950, as cidades no entorno de Belo Horizonte sofreram intensamente com o processo de urbanização. Nestas cidades concentraram-se populações, em grande parte, de forma desordenada e irregular. Formou-se assim o polo metropolitano de Belo Horizonte, composto pela capital, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Ibirité, Santa Luzia, Sabará e Vespasiano. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estas cidades apresentaram taxas de crescimento até dez vezes maiores do que a cidade polo (Belo Horizonte), com destaque para Contagem, que apresentou 9.914% de

crescimento populacional no período de sessenta anos, contra 573% em Belo Horizonte (ZILLI, 2011).

Esse processo de urbanização caracterizado pelo modelo “centro-periferia”, possibilitou a formação de vilas e favelas onde se concentram desvantagens sociais, e são contabilizadas altas taxas de homicídios (ZILLI, 2011). O grau de interação social dos municípios da região metropolitana com a cidade polo⁶ está relacionado às taxas de homicídios. Quanto mais integrados os municípios estão à cidade polo, maiores são as taxas de homicídio. O processo de metropolização (desenvolvimento da região metropolitana) está relacionado ao processo de concentração da violência em áreas com concentração de desvantagens socioespaciais, além da mudança no tipo de crime verificado (MARINHO, ANDRADE, 2011).

No início do século XX predominavam os “crimes de sangue” decorrentes de vinganças perpetradas por conhecidos em ambiente privado. O cenário mudou após a segunda Guerra Mundial, quando, a partir de então os crimes violentos tornaram-se mais raros (ZALUAR, 1997, p. 24). Em Belo Horizonte, até a década de 1980, os crimes que dominavam o cenário dos noticiários e as delegacias de polícia, eram crimes contra o patrimônio. Os crimes cometidos com emprego de violência eram esporádicos e passionais (PAIXÃO, 1983).

Analisando a dinâmica temporal dos homicídios em Belo Horizonte, nos anos de 1990 a 2009, alguns autores (SAPORI; SILVA; SENA, 2010) relacionaram a inserção do crack no mercado ilícito de drogas da cidade, em 1995, com o aumento gradativo das taxas de homicídio a partir de 1997. Esse crescimento foi observado até o ano de 2005, época que coincide com altos investimentos na segurança pública em Minas Gerais. Até meados da década de 1990, o homicídio apresentava números estáveis, com ligeiro aumento ao longo dos anos. Para testar a hipótese de que o aumento da violência estava relacionada à entrada do crack no tráfico, foram analisados inquéritos policiais para catalogar a motivação principal para o crime e verificado que em 18,5% dos casos, os crimes estavam relacionados diretamente ao comércio de drogas (SAPORI; SILVA; SENA, 2010).

Entretanto, Beato (2012) entende que a explicação não é capaz, por si só, de justificar a concentração destes crimes em algumas áreas em detrimento de outras. Considera-se que a presença das gangues seja o fator central para explicar os

⁶ A cidade polo das regiões metropolitanas “concentram mais de 50% da população, do PIB e da renda” da região (ANDRADE, MENDONÇA, DINIZ, 2015, p. 125).

períodos de altas e baixas nas taxas de homicídios de algumas localidades. Dos oitenta e um conglomerados urbanos de Belo Horizonte, apenas seis apresentaram concentração espacial dos homicídios, o que corrobora com a teoria de que a favela, por si só, não é causa da violência, apesar de que em todas as favelas onde a concentração dos homicídios ocorreu, foi constatada disputa de grupos rivais pela dominação do território (BEATO, 2012).

A variedade sistêmica de violência associada a droga envolve guerras por territórios rivais, agressões e homicídios cometidos no interior da hierarquia de “vendedores” como forma de reforço de códigos normativos, roubos de drogas, com retaliações violentas por parte dos traficantes e de seus patrões, eliminação de informantes e punições por vender drogas adulteradas ou não conseguir quitar débitos com vendedores. (BEATO, 2012, p. 174).

Em Belo Horizonte e na região metropolitana existem diversas gangues que atuam nos territórios de maneira fragmentada, e não como no Rio de Janeiro e São Paulo, onde atuam sob as bandeiras de grandes confederações criminosas. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte as gangues adotam o nome das ruas ou vilas que correspondem ao espaço territorial de atuação, e não o nome das favelas nas quais as vilas estão inseridas. Algumas rivalidades são reflexos dos conflitos que datam do processo de ocupação do espaço urbano, das disputas por espaços e recursos. Assim, nesse cenário de desconfiança e rivalidade os jovens foram socializados. Parte considerável dos homicídios documentados nas áreas de concentração tem como vítimas os jovens membros das gangues (ZILLI, 2011).

Zilli (2015) estudou as dimensões simbólicas do “mundo do crime” e da “lei da favela” entre os jovens membros das gangues da região metropolitana de Belo Horizonte para compreender o conjunto de aspectos morais e normativos que orientam os casos de violência. As vítimas dos episódios de violência são, normalmente, jovens, moradores de centros urbanos, pretos ou pardos, com idade entre 15 e 24 anos, baixa escolaridade, sendo o crime cometido com uso de arma de fogo e em local público. O perfil social dos autores não diverge do perfil das vítimas, que muitas das vezes residem próximos uns dos outros, em uma distância média de 1,5 quilômetros. A distribuição espacial dos crimes está concentrada nas favelas e/ou bairros periféricos, locais onde reside a população de baixa renda e são ofertados poucos serviços públicos, além da baixa presença do poder público e infra-estrutura precária. Isso significa que há uma relação direta entre os indicadores

de vulnerabilidade social e as altas taxas de homicídio (ZILLI, 2011). O objeto especial de análise escolhido por muitos pesquisadores é o homicídio, muitas vezes por ser considerado o crime com menor subnotificação, característica que torna sua incidência mais próxima da realidade.

Ao analisar o contexto socioespacial das vilas e favelas de Belo Horizonte, verificou que são locais de concentração de desvantagens socioeconômicas e estruturais, que surgiram a partir de ocupações irregulares, por vezes estimuladas pelo poder público. As narrativas dos jovens demonstram que a sociabilidade violenta⁷ se relaciona com o surgimento de gangues nesses locais, a partir da fragmentação dos territórios e dos conflitos constantes (ZILLI, 2011).

No contexto simbólico e subcultural, os jovens confirmam a existência da “lei da favela” e do “mundo do crime”/“lei do crime”, em referência ao conjunto de valores e normas particulares que respaldam, em especial, as condutas violentas dos jovens envolvidos em gangues (ZILLI, 2011). Para Zilli a diferenciação entre “Lei da Favela” e “Mundo do crime” aparenta ser muito mais uma estratégia para análise científica do que estruturas diversas interpretadas pelos jovens. A “lei da favela” está relacionada aos valores e práticas que regulam a relação das gangues com as comunidades locais. Já o “Mundo do Crime” seria o conjunto de significados e práticas inerentes aos membros das gangues, referindo-se à conduta deles como integrantes dos grupos (ZILLI, 2011).

Quanto às dinâmicas da territorialidade e do conflito verificou-se que elas não surgiram em razão do tráfico de drogas. Os conflitos coincidem, inicialmente, com as disputas territoriais e de reforço de uma identidade coletiva, como parte do processo de sociabilidade violenta com o qual os jovens estão relacionados (ZILLI, 2011). As relações de interação social, tradicionalmente, possuem certa profundidade, mas no caso da sociabilidade violenta, os indivíduos perdem a capacidade de mediar suas relações com os outros indivíduos, sem qualquer profundidade. Com essas relações rasas, de medo, desconfiança e insegurança, os indivíduos tendem a evitarem o

⁷ De acordo com Machado da Silva (2010) a “sociabilidade violenta” é uma maneira de vida complexa, na qual a força física deixa de ser um meio de ação regulado pelos fins que se deseja obter, para se transformar em um princípio que coordena e orienta as ações. A violência deixa de ser regulada simbolicamente pelo conjunto de valores que a considerava como meio (legítimo ou não) para obter aquilo que se deseja. Ela passa a constituir um fim em si mesma, que se auto regula e se explica. Machado da Silva considera os traficantes donos das bocas de fumo das periferias do Rio de Janeiro como exemplos típicos dos indivíduos portadores da sociabilidade violenta.

contato com os outros, prevenindo assim eventuais conflitos. As classes sociais que dispõem de meios ambientais (como a distância) e materiais (como condomínios isolados e áreas particulares) se afastam dos perigos decorrentes da sociabilidade violenta, qual seja, a violência urbana. Já as classes menos favorecidas, que não dispõem nem de meios ambientais, nem materiais, convivem com ela e se expõem a essa violência (MACHADO DA SILVA, 2010).

Além disso, a ação violenta inicial de um conflito dá início a uma sequência de ações e retaliações em círculos, que resulta em uma grande quantidade de mortes. Ou seja, um motivo inicial produz inúmeras vítimas para os grupos envolvidos no conflito. Dentro do sistema prisional os conflitos ou “guerras” são deixados de lado, apesar de persistir o clima de tensão, a partir de um compromisso informal ao qual os detentos aderem, segundo o qual os conflitos originados dentro do sistema prisional podem ser resolvidos nesse ambiente, as os originados da rua devem ser resolvidos fora das cadeias (ZILLI, 2011).

Quanto ao processo de aprendizagem social com outros jovens, a associação com as gangues ocorre gradualmente a partir da infância, no ambiente das vilas e favelas. Os jovens, os quais não possuem supervisão dos pais ou responsáveis, são atraídos pela ostentação das armas de fogo e os recursos econômicos provenientes do tráfico de drogas. Incluídos nas gangues, os jovens estão expostos a uma gama de aspectos simbólicos e subculturais que envolvem o processo de sociabilidade violenta. O emprego da violência, ou no mínimo, a disposição de empregá-la são pressupostos para aceitação do jovem ao grupo. Esse processo de associação cria laços fortes entre os membros das gangues, mas aparentemente estes laços se enfraquecem quando os jovens são retirados do ambiente hostil de concentração de desvantagens socioespaciais e de violência, como quando são presos (ZILLI, 2011).

Não há uma lógica progressiva que explique a estruturação de todas as gangues. Isso por que as gangues são formas associativas adaptadas de resposta dos jovens aos contextos culturais, sociais, econômicos, ambientais, políticos e criminais nos quais estão inseridos. Algumas gangues possuem estrutura e hierarquia bem definidas, já outras atuam de maneira pulverizada e avulsa. Os níveis de organização das gangues podem ser percebidos a partir da lógica que orienta os conflitos. Quanto mais racional e econômica for a explicação para os conflitos, mais organizada pode se dizer que a gangue está. Quanto mais orientado

por questões pessoais e comunitárias forem os conflitos, menos organização se verifica. As relações e contatos entre membros de gangues rivais durante encontros informais explicam parte da transição dos tipos de conflitos. Alguns encontros ocorrem sem previsão em eventos festivos e no próprio ambiente carcerário, possibilitando uma aproximação entre eles que pode refletir na regulação indireta dos conflitos, reduzindo-se com isso a quantidade dos homicídios (ZILLI, 2011).

3 VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO

3.1 Metropolização da violência em contagem

Contagem é um dos trinta e quatro municípios situados na região metropolitana de Belo Horizonte, na porção oeste, tendo limites territoriais em divisa com as cidades de Belo Horizonte, Ribeirão das Neves, Esmeraldas, Betim e Ibirité (IBGE). Contagem aparece como extensão do município pólo (Belo Horizonte), na região metropolitana, em razão do seu avançado processo de metropolização. A segregação socioespacial é perceptível, já que as áreas mais vulneráveis estão localizadas nas regiões periféricas do município e as áreas mais ricas e menos vulneráveis, concentradas nas regiões centrais (ANDRADE; MENDONÇA; DINIZ, 2015).

FIGURA 1 – LIMITE TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM



Fonte: Prefeitura de Contagem (2009)⁸.

⁸ Disponível em <<http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/comunicacao/atlascontagem.pdf>>. Acesso em 05/06/2018.

A origem do nome da cidade é controversa, mas a versão considerada oficial aponta que na localidade foi instalado, em 1701, pela Coroa Portuguesa, um posto de fiscalização e arrecadação, denominado “posto de registros”, local onde eram contadas as cabeças de gado que seguiam da região do Rio São Francisco, em direção à região das minas, onde hoje estão localizadas as cidades de Ouro Preto e Mariana. A instalação do posto possibilitou o desenvolvimento de um pequeno povoado, cuja população ergueu uma capela para São Gonçalo do Amarante, protetor dos viajantes e, desde então, padroeiro local. São Gonçalo da Contagem das Abóboras foi o nome dado ao arraial, que teve seu desenvolvimento lento em razão do pequeno volume de ouro estocado no posto de registro. A ocupação no entorno do posto de registro, local onde atualmente funciona a Casa da Cultura, deu origem à região da sede municipal. Antes de ser elevada a município, em 1911, Contagem pertenceu ao distrito de Sabará (1701) e posteriormente à comarca de Esmeraldas (1901) e de Betim (1938), após perder sua autonomia, retomada apenas em 1948 (REVISTA HISTÓRICA DE CONTAGEM, 2017).

FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO ADMINISTRATIVA DAS REGIONAIS DE CONTAGEM



Fonte: Prefeitura de Contagem (2009)⁹.

⁹ Disponível em <<http://www.contagem.mg.gov.br/?og=887306&op=apresentacao>>. Acesso em 29/11/17.

O desenvolvimento urbano de Contagem, a partir do século XX, esteve atrelado ao desenvolvimento de Belo Horizonte. Considerando a impossibilidade de expansão industrial na região do Barro Preto, em Belo Horizonte, e diante da tentativa de consolidar a cidade como principal polo de desenvolvimento econômico de Minas Gerais, a partir de 1941, foi criado o “distrito industrial”, que atualmente situa-se na divisa com a região oeste de Belo Horizonte e recebe o nome de Cidade Industrial Coronel Juventino Dias. Até então Contagem era considerada uma localidade rural, cuja atividade econômica era agropastoril. Para a construção do distrito que concentraria diversas indústrias, uma grande área (770 hectares) foi desapropriada e iniciou-se um processo de urbanização precária e desvio de linhas férreas para a região. Após a re-emancipação do município em 1948, teve início o processo de expansão urbana e estruturação, com a abertura de ruas, instalação de redes de água, energia elétrica, transporte público, saúde, educação e assistência social. Com a construção do Complexo da Pampulha, na região norte de Belo Horizonte, verificou-se grande concentração populacional da região limítrofe, onde posteriormente desenvolveu-se a regional Nacional. Apesar do desenvolvimento de outras áreas da cidade (posteriormente intituladas regional Sede e Eldorado), nunca foi deixado de lado o foco da expansão da regional Industrial. Como exemplo, cita-se a iniciativa pública da prefeitura em facilitar a aquisição de lotes nas regionais Sede, Eldorado e Industrial para os trabalhadores das indústrias instaladas no polo industrial. As companhias privadas se encarregaram de lotear precariamente as demais regiões da cidade para abrigar esses trabalhadores (REVISTA HISTÓRICA CONTAGEM, 2017).

Já na década de 1970, com a constatação da necessidade de implementar um novo sistema de abastecimento de água, a prefeitura criou a barragem Várzea das Flores, em uma grande área rural limítrofe aos municípios de Betim e Esmeraldas. A criação da barragem atraiu centenas de novas indústrias para a cidade, sendo desenvolvido um novo centro industrial mais próximo a ela. A região recebeu o nome de CINCO (Centro Industrial de Contagem) e situava-se entre a regional Sede e Eldorado. No mesmo período o município já se mostrava também como polo comercial (e não apenas industrial), momento em que foi criada a Companhia Urbanizadora de Contagem (CUCO), responsável por reestruturar o projeto da cidade. Com o rápido desenvolvimento do CINCO, foi criada nova área

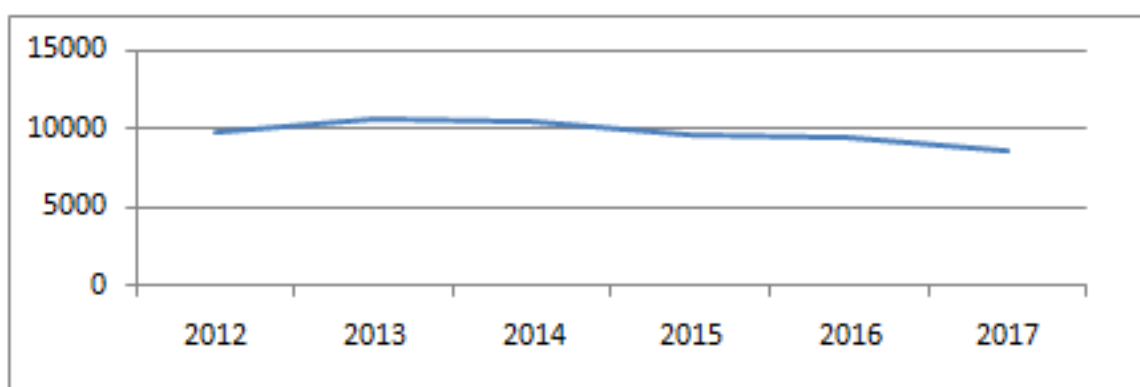
industrial denominada “Cincão”, nas margens da BR-040, onde se desenvolveram outras vias de acesso atualmente consideradas as principais do município. No fim dessa década foi construído o núcleo urbano “Nova Contagem”. Nesse período, até o início da década de 1980, Contagem apresentou o maior crescimento (REVISTA HISTÓRICA CONTAGEM, 2017).

Na década de 1980, na tentativa de resolver os problemas da falta de moradia para os trabalhadores das novas indústrias, a prefeitura desenvolveu um programa de financiamento de conjuntos habitacionais e pavimentação da via de acesso ao bairro Nova Contagem. No mesmo período a prefeitura interveio nos trâmites para implantação de unidades da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, objetivando melhorias na segurança pública do município. Já no final dessa década, a região do bairro Nova Contagem recebeu incentivos, ainda tímidos, na área da saúde e educação. Os poucos serviços públicos de saúde e educação, além de não suprirem à demanda da população existente, eram utilizados também por moradores de novos bairros que surgiram a partir da expansão de Nova Contagem. Já no final da década de 1990, a administração municipal passou por grave crise financeira que retraiu a amplitude das obras, iniciadas na década anterior, e projetos de desenvolvimento urbano para a região do bairro Nova Contagem. A crise vivida pelo município foi agravada com a implantação da montadora FIAT (Fábrica Italiana Automobilística de Turim), em Betim, cidade vizinha, que acabou por provocar uma evasão industrial em Contagem. Nos anos seguintes, projetos nas áreas de educação, saúde, segurança pública e assistência social foram priorizados em detrimento das obras de desenvolvimento urbano (REVISTA HISTÓRICA CONTAGEM, 2017).

De acordo com estimativa do CENSO 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população de Contagem em 2017 seria de aproximadamente 658.580 habitantes, distribuída em uma área territorial de, aproximadamente, 195.045 km². A densidade demográfica em 2010, cuja população era de 603.442 habitantes, era de 3.090,33 habitantes por quilômetro quadrado (hab/km²). Destaca-se o dado de que, em 2015, apenas 34% da população (220.699 habitantes) no município estava ocupada, no que se refere ao trabalho, e o salário dos trabalhadores formais era de, em média, 2,6 salários mínimos.

As taxas de homicídios e violência estão relacionadas ao grau de integração dos municípios da região metropolitana com a cidade polo está relacionado, de modo que quanto mais integrados os municípios estão à cidade polo, maiores são as taxas de homicídio (MARINHO, ANDRADE, 2011). Assim, relaciona-se a concentração da violência ao processo de metropolização. Como Contagem é o município da região metropolitana com maior nível de integração com o município polo (Belo Horizonte), notam-se taxas tão altas de homicídios e crimes violentos na cidade, quanto às da capital mineira.

GRÁFICO 01 – HOMICÍDIOS TENTADOS E CONSUMADOS EM MINAS GERAIS DE 2012 A 2017

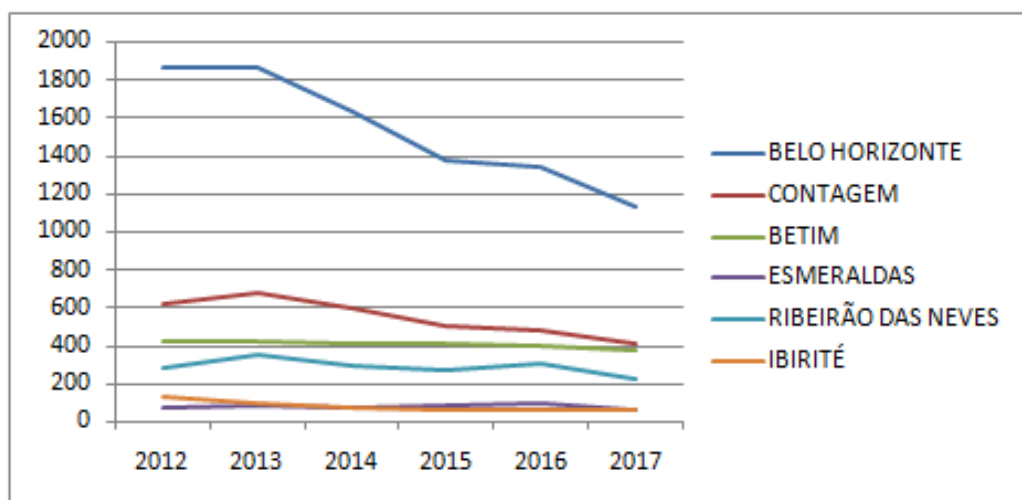


Fonte: Registros de Eventos de Defesa Social. Elaborado pelo autor, 2018.

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017), a taxa de homicídios do Estado de Minas Gerais apresentou aumento entre os anos de 2011 a 2015. Em 2011, a taxa no Estado era de 21,60 homicídios por 100 mil habitantes, em 2012 aumentou para 22,97, e a partir de 2013 passou a apresentar reduções, sendo registradas as taxas de 22,90 em 2013, 22,70 em 2014 e 21,71 em 2015 (IPEA, 2017).

Já o município de Contagem apresentou redução ao se analisar os dados de 2011 e 2015, em que as taxas (por 100.000 habitantes) eram de 55,03 e 41,46, respectivamente. Neste intervalo o município passou por uma alta, chegando a apresentar a taxa de 59,41 em 2013 (IPEA, 2017). Destaca-se que, aproximadamente sessenta homicídios para cada grupo de cem mil habitantes é uma taxa extremamente alta, superando em muito a taxa estadual.

**GRÁFICO 2 - HOMICÍDIOS TENTADOS E CONSUMADOS EM CONTAGEM E
MUNICÍPIOS LIMITROFES, DE 2012 A 2017**



Fonte: Registros de Eventos de Defesa Social. Elaborado pelo autor, 2018.

Nota-se que de 2012 a 2013, as cidades da região metropolitana que possuem limites territoriais comuns com Contagem, exceto Ibirité, tiveram um leve aumento na quantidade de homicídios, da mesma forma que no Estado. A partir de 2013 todas estas cidades seguiram a tendência do Estado de redução observada até 2017. Excetuaram-se as cidades de Esmeraldas e Ribeirão das Neves, em 2016, que apresentaram um pequeno aumento em relação ao ano anterior, mas que em relação ao início do período analisado, apresenta redução.

3.2 A Regional Vargem das Flores

O município de Contagem, dada a sua extensão e diversidades, é dividido administrativamente em oito regionais (Eldorado, Industrial, Nacional, Petrolândia, Ressaca, Riacho, Sede e Vargem das Flores). A área territorial cuja dominação será analisada na pesquisa está situada na regional Vargem das Flores, que é formada pelos bairros Nova Contagem A e B, Ipê Amarelo, Retiro das Esmeraldas, Bouganville I e II, Aparecida, Santa Filomena, Icaivera, Nazaré, Tupã, Darcy Ribeiro, Vila Nova Esperança, Vila Estaleiro I e II, Vila Formosa, Vila Soledade, Vila Renascer, Vila Feliz, Condomínio San Remo, Campo Alegre e Capim Rasteiro (estes últimos, área rural). Destes, o bairro Nova Contagem é o mais populoso. Os bairros que compõem a regional Vargem das Flores compartilham limites territoriais com os

municípios de Betim, Esmeraldas, Ribeirão das Neves, e com a regional Nacional, Ressaca, Sede e Petrolândia, todas de Contagem (REVISTA HISTÓRICA DE CONTAGEM, 2017).

Ao longo dos anos, porções do bairro Nova Contagem, dada a expansão que se observava, foram assumindo autonomia e reconhecimento administrativo no município. Assim, muitas vilas e bairros que compõem, atualmente, a regional eram há até poucos anos atrás, pertencentes ao bairro Nova Contagem. A ocupação do território pela população, porém, não foi acompanhada de desenvolvimento social e de infraestrutura equivalente. O afastamento da área central e urbanizada da cidade, e a dificuldade de acesso à região, agravaram o processo de segregação sócio espacial.

FIGURA 3 - MAPA DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE CONTAGEM E SEUS PRINCIPAIS BAIRROS



Fonte: Prefeitura de Contagem (2009)¹⁰.

A ocupação da regional Vargem das Flores, à época com uma ampla área rural, teve início na década de 1970, com a construção do Conjunto Habitacional Nova Contagem, com a finalidade de propiciar moradia à população de baixa renda

¹⁰ Disponível em <<http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/comunicacao/atlascontagem.pdf>>. Acesso em 05/06/2018.

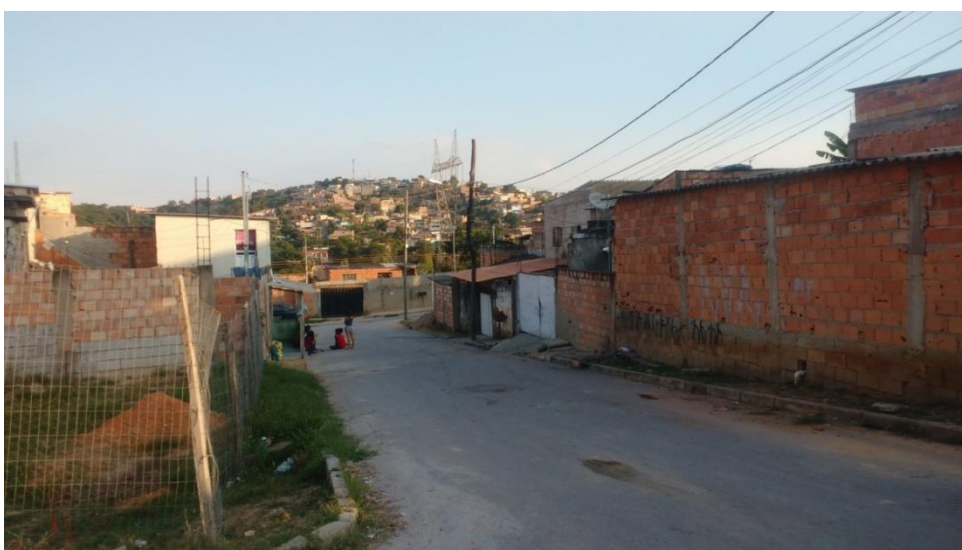
e desabrigados do município. A construção do conjunto foi resultado de uma parceria entre a Prefeitura e a população realocada, por meio da autoconstrução (MENANDES; LIBERATO, 2010). A regional recebe esse nome, pois se originou a partir da implantação da represa Várzea das Flores (REVISTA HISTÓRICA DE CONTAGEM, 2017).

IMAGEM 1 – VISTA PARCIAL DO BAIRRO NOVA CONTAGEM



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

IMAGEM 2 – VISTA PARCIAL DA VILA ESPERANÇA NAS IMEDIAÇÕES DA PENITENCIÁRIA NELSON HUNGRIA



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

A ocupação se deu de forma desordenada, com ausência ou precariedade dos serviços públicos, tendo sido intensificada a partir de 1988, em razão da instalação da unidade prisional de segurança máxima, Penitenciária Nelson Hungria (PNH), que mantém detentos condenados ao cumprimento da pena privativa de liberdade em regime fechado (REVISTA HISTÓRICA DE CONTAGEM, 2017).

O bairro planejado Nova Contagem foi criado dentro dos limites de duas ruas, a Via Principal Um (VP Um) e a Via Principal Dois (VP Dois), ocupando uma área de aproximadamente dezessete quilômetros quadrados. Porém, de acordo com os entrevistados, Policial Militar 02 (2019) e Policial Militar 05 (2019), com o crescimento populacional e, principalmente, após a instalação da Penitenciária Nelson Hungria (PNH), ocorreu uma ocupação urbana desordenada dos territórios que estavam no entorno da VP Um e da VP Dois, especialmente nas vilas Estaleiro, Esperança e Ipê Amarelo, situadas no entorno da penitenciária, tal qual ocorrido na cidade vizinha de Ribeirão das Neves¹¹:

Nova Contagem surgiu como um conjunto habitacional. Mas o entorno de Nova Contagem tem uma característica parecida com [Ribeirão das] Neves, que é família de preso da Nelson Hungria. Então foi isso que veio pra cá. Nova Contagem é essa avenida do contorno aqui, tá vendo? Nova Contagem é isso. Quando eles meteram a penitenciária aqui, aí começou, você vê aqui oh, esticou pra cá, e esticou pra cá né? E aí depois veio o pedacinho mais complicado, um dos pedaços mais violentos, Vila Esperança, Estaleiro, esse negócio todo, é o que surgiu no entorno da penitenciária, que é Ipê Amarelo, tá vendo. É o que surgiu no entorno da penitenciária. Aqui tem uma característica meio parecida com [Ribeirão das] Neves, que é parente de preso. (Policial Militar 02, 2019)

O processo de favelização, que consiste na ocupação de uma área formando um aglomerado urbano desprovido de condições sociais dignas, o processo de adensamento populacional no entorno da Penitenciária, em direção às demais áreas da regional e a presença intensa de população que faz movimento pendular são características que marcam Nova Contagem. A construção do conjunto foi também um instrumento de desfavelização de outras regiões do município, já que para o novo bairro foi deslocada população que ocupava inicialmente as favelas próximas da regional Industrial, em áreas consideradas de maior valor econômico, tendo em

¹¹ Ribeirão das Neves é um município que compõe a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), um dos mais populosos de Minas Gerais. Trata-se de município dormitório e vulgarmente denominado “cidade carcerária” em razão das seis unidades prisionais instaladas. A concentração de presídios atraiu familiares que ocuparam desordenadamente o território do entorno deles.

vista o desenvolvimento do vetor Oeste de Belo Horizonte (MENANDES; LIBERATO, 2010).

Os moradores da região do bairro Nova Contagem compõem uma população de baixa renda, porém, nas vilas que se formaram no entorno da penitenciária estão concentradas as maiores áreas de pobreza e miséria, em especial a Vila Renascer, local onde, segundo o Oficineiro do Fica Vivo (2019), já se registrou o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região metropolitana de Belo Horizonte. De acordo com pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro, em 2006, Nova Contagem apresentava o menor IDH do município, com percentual de 0,712¹² (AGÊNCIA MINAS GERAIS, 2006).

IMAGEM 3 – BAIRROS E VILAS DO TERRITÓRIO



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Em 2010, a regional Vargem das Flores tinha uma população de aproximadamente 26 mil habitantes (DINIZ; MENDONÇA, 2015), mas estima-se que chegue a 100 mil atualmente. A grande maioria da sua população compõe a classe

¹² O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) leva em consideração a combinação de resultados da educação, renda e estimativa de vida dos moradores (AGÊNCIA MINAS GERAIS, 2006).

econômica mais baixa. A principal atividade econômica da regional é o micro empreendimento, concentrado em sua maioria no bairro Nova Contagem (VP Um, ruas VL Seis, VC Dois e VC Cinco). A principal concentração comercial também fica no bairro (VP Um e Praça do ABC), mas existem outros pequenos focos, localizados em ruas de alguns bairros espalhados na regional (Bairro Icaivera, Vila Esperança, Ipê Amarelo e Darcy Ribeiro) (REVISTA HISTÓRICA DE CONTAGEM, 2017).

A distância (aproximadamente 18 km) do Conjunto Habitacional Nova Contagem até a regional Sede e Eldorado (áreas de maior valor comercial) contribuiu para que a população deslocada se mantivesse afastada das demais áreas do município em razão da situação econômico-financeira, bem como pelas questões deficientes de mobilidade que, até hoje, não se resolveram. Nos anos 1990 foram desenvolvidos projetos no intento de elevar a regional à Distrito, porém, por questões legais isso não se concretizou (MENANDES; LIBERATO, 2010). A segregação socioespacial e econômica é tão acentuada, que somente em 2015 foi instalada na regional uma agência bancária para auxiliar a única casa lotérica da região no atendimento à população (REVISTA HISTÓRICA DE CONTAGEM, 2017).

Neste ponto, cabe mencionar que a distância da regional ao centro industrial e econômico de Contagem, tal como ocorrido em Brasília com a separação do centro administrativo e comercial das cidades satélites, intensificou o processo de segregação socioespacial, possibilitando que ele seja percebido de forma mais intensa nestes locais. De acordo com Waiselfisz (1998 *apud* ZILLI, 2011) o planejamento da capital federal possibilitou a criação de cidades satélites afastadas da grande área central, dificultando que as populações dessas áreas se cruzem, cotidianamente, nos espaços públicos, potencializando a exclusão social dos moradores de áreas periféricas. Em Nova Contagem, por exemplo, o trânsito de pessoas se limita a seus próprios moradores e dos bairros circunvizinhos, além dos raros trabalhadores (de escolas, unidades de saúde e prisional) vindos de outras áreas.

De acordo com os entrevistados (Policial Militar 03; Policial Militar 04; Oficineiro do Fica Vivo, 2019), por meio das conversas que tiveram com os jovens ou pelos contatos que já tiveram nas residências, a população local é carente de alimentos, de educação, de cultura, de informação, de emprego e de acessibilidade, assim comenta o entrevistado sobre a realidade da população:

[...] crianças e adolescentes não conhecerem o centro de Contagem, não conhecer o Eldorado, que é o polo de Contagem. Eles ficam muito fechados aqui. E isso eu vejo, é a distância de Nova Contagem, como que Nova Contagem foi criado, afastado assim de tudo. Dificuldade de acesso a tudo. E transporte público muito caro. Por que a maioria das famílias aqui é Bolsa Família¹³, infelizmente. (Oficineiro do Fica Vivo, 2019)

Além dos problemas financeiros que atingem a população local, a ausência de atenção do poder público à formação deles, enquanto sujeito de direitos, é apontada pelo Promotor de Justiça (2019) entrevistado como fator importante que influencia os jovens a se envolverem com a criminalidade. Segundo ele, não existem atividades esportivas e culturais suficientes ou de formação profissional em Nova Contagem e suas vilas. Não existem também indústrias ou polos de emprego, sendo a atividade local meramente comercial e exercida apenas em uma pequena parte do bairro. Assim, com exceção do período em que a criança ou o adolescente está matriculado na escola, a ociosidade ocupa seu cotidiano. Sobre essa relação o entrevistado opina:

Isso pra mim está na gênese do problema, inclusive em Nova Contagem. É um problema que tem que ser enfrentado com o direito penal? Tem, também! Por que o direito penal não vai resolver não. Direito penal eu falo todas as estruturas repressivas do Estado. Essas respostas, mudanças, elas têm que vir na esteira de viabilização de acesso aos bens e serviços da vida. Que essas pessoas não têm. (Promotor de Justiça, 2019)

Nesse sentido de viabilização de acesso da população aos bens e serviços públicos, a partir de 2010, verificaram-se diversas intervenções do poder público na região do bairro Nova Contagem, conforme conta o entrevistado:

Aqui não tem posto de saúde. Aqui tem PSF e a UPA. Programa de Saúde da Família [...]. A implantação do CREAS, do CRAS, sempre teve, mas a melhoria na qualidade do atendimento ao usuário melhorou muito. (Oficineiro do Fica Vivo, 2019).

Além de melhorias na qualidade dos serviços prestados à população, segundo os entrevistados (Oficineiro do Fica Vivo, Policial Civil 02, 2019), o poder público municipal desenvolveu também projetos de melhorias urbanas. Desde então,

¹³ Bolsa Família é um programa do Governo Federal do Brasil para transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no país. O recebimento do benefício está vinculado ao atendimento das famílias à requisitos e cumprimento de compromissos na área de saúde e educação (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2019).

quase todas as ruas de Nova Contagem foram pavimentadas e receberam sinalização de circulação de trânsito, foram realizadas obras sanitárias e a transformação de becos em vias urbanas. Ocorreu ainda grande investimento em iluminação pública possibilitando, se não a ocupação, ao menos o uso dos espaços públicos pela comunidade, após o anoitecer, horário em que o tráfico de drogas era realizado com mais intensidade nas vias públicas escuras. Estas melhorias urbanas ocorridas após 2010 foram mencionadas pelo Policial Civil 02 (2019):

Quando eu cheguei em Nova Contagem, muita rua não era nem asfaltada, quando era, era só esburacada. Não tinha sinalização, não tinha “Pare”, não tinha aquela faixa amarela dividindo a rua, não tinha nada. Era terra de “seu ninguém”. O processo foi acontecendo, todas as ruas passaram a ser pavimentadas. Tudo isso foi no processo de diminuição de homicídios. Pode até ser uma coincidência e uma utopia minha, mas eu não acredito que seja. A escuridão, breu que existia lá, acabou, por que eles colocaram iluminação pública em tudo. Uma quadra que estava desativada, eles colocaram uma ONG que começou a administrar essa quadra. Eles fechavam a avenida pra caminhada [...]. Na “ilha” em frente à delegacia, eles usavam drogas ali. Aí colocaram aquela academia ao ar livre, quando você via, tinha mãe com bebê passeando, idoso fazendo caminhada. (Policial Civil 02, 2019)

Uma das políticas públicas de urbanização desenvolvidas nesse período foi a construção de conjunto habitacional no bairro Retiro, próximo à estrada LMG-808 (estrada de acesso que liga o município de Contagem a Esmeraldas).

IMAGEM 4 – CONJUNTO HABITACIONAL CONHECIDO COMO “PREDINHOS DO RETIRO”



Fonte: Google Maps, imagem de outubro de 2018 da Rua Barragem do Retiro. Acesso em 01/06/19.

De acordo com o Policial Militar 01 (2019) e o Oficineiro do Fica Vivo (2019), os imóveis foram construídos para alojar famílias retiradas da área central do bairro Nova Contagem, especialmente, das imediações do córrego que margeava a extinta Vila Rato Molhado, as ruas Hércules e Via Local (VL) Vinte e Seis, dentre outras. No local de onde as famílias foram retiradas, o poder público abriu ruas e uma grande avenida, construiu praça, restaurante popular, além do prédio da Área Integrada de Segurança Pública (AISP) onde passaram a funcionar, em conjunto, a Companhia da Polícia Militar e a Delegacia de Polícia Civil (DIÁRIO DE CONTAGEM, 2010).

De acordo com os entrevistados (Oficineiro do Fica Vivo, Policial Militar 01, Policial Civil 01, Policial Civil 02, 2019), apesar dos moradores terem sido retirados de uma mesma área territorial, alguns deles eram rivais em razão da proximidade das áreas controladas por cada uma das gangues. Ao serem realocados no conjunto habitacional, passaram a residir, em alguns casos, no mesmo bloco de apartamentos. A perda de parte do território onde as gangues comercializavam drogas e a existência de uma gangue consolidada no local para onde se mudaram, possibilitou o desenvolvimento de um cenário de disputas e reestruturação:

O poder público, quando fez aqueles predinhos, não fez uma discussão com os órgãos de segurança pública [...]. Eles colocaram, no mesmo bloco, no mesmo prédio, pra ser mais assim né, um inimigo de frente para o outro, sem ter essa discussão [...]. E isso que proporcionou vários homicídios. (Oficineiro do Fica Vivo, 2019)

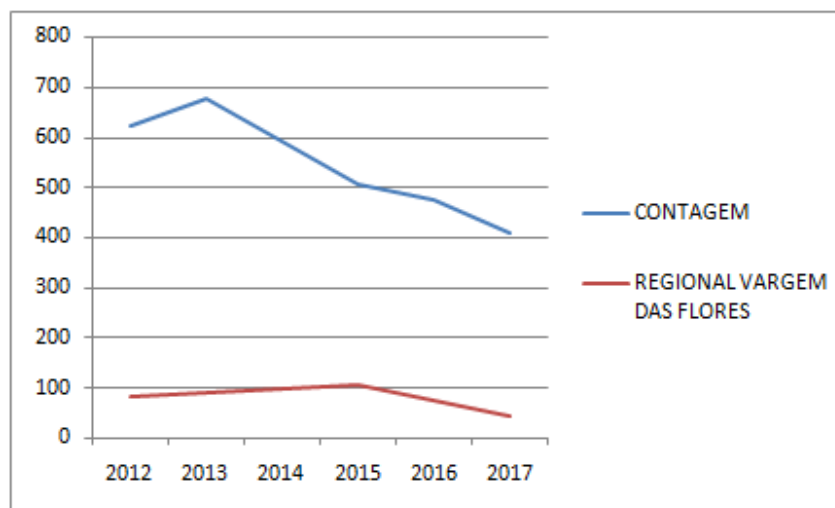
Acerca de como esta intervenção urbana impactou nos registros de homicídio nos anos seguintes, o assunto será abordado com mais detalhes ao tratarmos das principais gangues. Antes disso, porém, cabe uma apresentação sobre o histórico de violência em Nova Contagem e quem são os jovens, vítimas e autores desses crimes.

3.3 A violência na Regional Vargem das Flores

A região da Vargem das Flores é considerada uma das mais violentas de Contagem, bem como a principal e mais abrangente área de risco e vulnerabilidade social da cidade. Contagem, seguindo a tendência observada no Estado, vem apresentando, desde 2013, redução gradual na quantidade absoluta de homicídio. De 2013 a 2017 foi registrada redução de 40,82% dos homicídios (consumados e

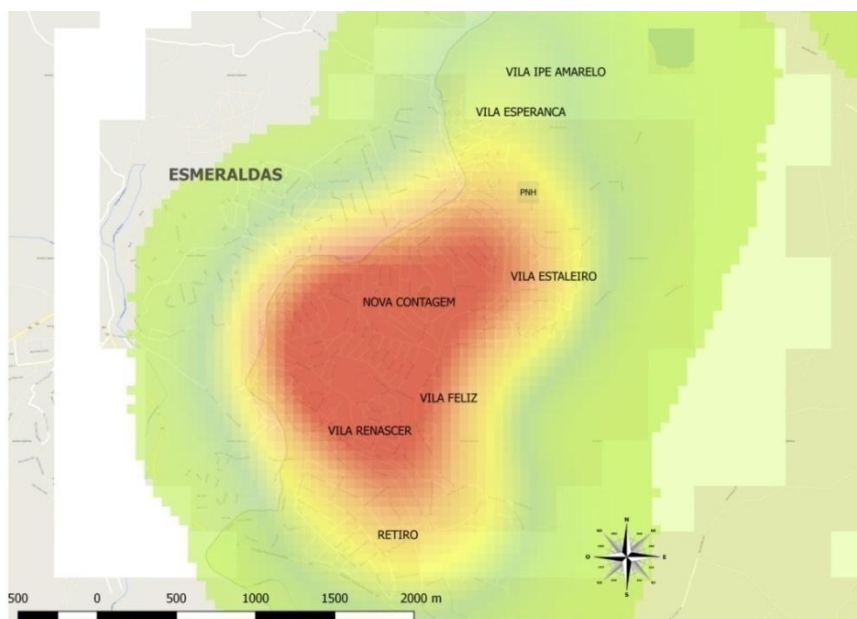
tentados) no município (REDS). Destes, separando-se os crimes consumados dos tentados, observa-se que houve redução de 36,73% dos homicídios consumados no período de 2013 a 2017 (REDS).

GRÁFICO 03 - HOMICÍDIOS TENTADOS E CONSUMADOS EM CONTAGEM E NA REGIONAL VARGEM DAS FLORES, DE 2012 A 2017



Fonte: Registros de Eventos de Defesa Social. Elaborado pelo autor, 2018.

IMAGEM 5 – MAPA DE KERNEL DOS HOMICÍDIOS TENTADOS E CONSUMADOS DO TERRITÓRIO DE 2013 A 2017

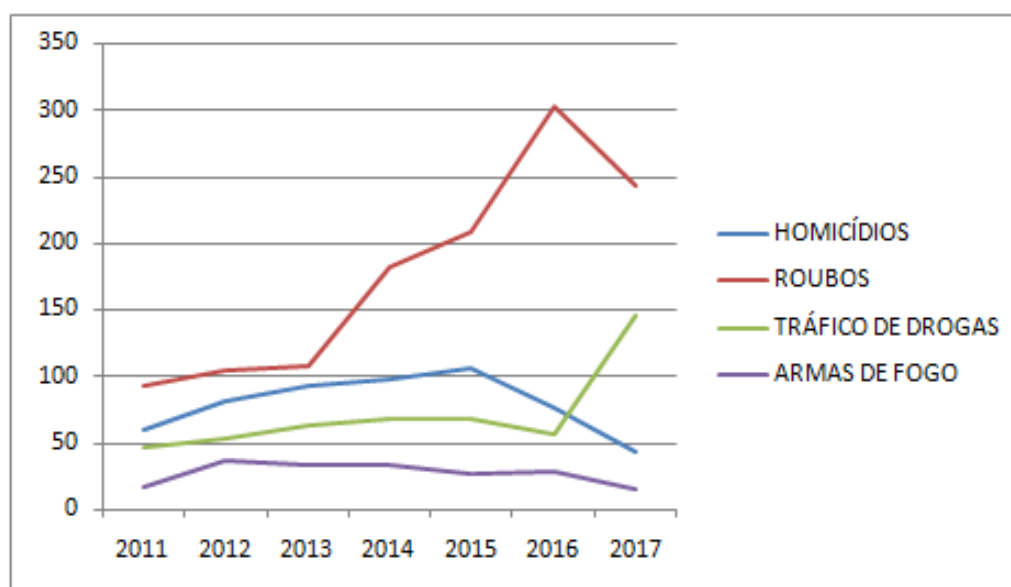


Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

No ano de 2013, os homicídios da regional equivaliam a 13,60% dos registrados no município (REDS). Em 2014, esse percentual subiu para 16,44%, e em 2015 para 20,90% do total do município, o qual vinha apresentando redução (REDS). Nos anos seguintes, observou-se uma grande redução no impacto dos homicídios da regional para a estatística do município, já que em 2016 eles correspondiam a 18% do total e em 2017 a 11,02% (REDS). No período de 2013 a 2017 a regional acumulou uma redução de 53,26% dos homicídios, sendo que, após 2015 foi observada a redução de 59,43% (REDS), conforme se observa no gráfico abaixo:

Beato (2012) esclarece a importância de analisar a dinâmica da violência não só a partir de uma análise municipal, mas sim intraregional. Assim, a localização de atividades e populações é que determina a direção e o sentido dos fluxos de pessoas, mercadorias, dinheiro, informação e crime.

**GRÁFICO 4 - CRIMES REGISTRADOS NA REGIONAL
VARGEM DAS FLORES DE 2011 A 2017**



Fonte: Registros de Eventos de Defesa Social. Elaborado pelo autor, 2018.

De acordo com os dados, até 2013 os registros de homicídios (tentados e consumados), roubos (tentados e consumados) e tráfico de drogas cresceram de forma homogênea. A partir de 2013 o roubo passou a crescer exponencialmente até 2016 e em 2017 houve reversão na tendência, onde se observou redução. Já os

registros de tráfico de drogas aumentaram em 2017, de maneira oposta aos roubos e os homicídios que cresceram até 2015 e passaram a reduzir desde então. Apenas a apreensão de armas de fogo se comportou apresentando redução desde 2012.

Como a presente pesquisa busca compreender o alto índice de homicídios ocorridos até 2015, é preciso buscar nos anos anteriores os elementos que contribuíram para os conflitos. De acordo com os policiais militares entrevistados, o início dos anos 2000 foram extremamente violentos no território, a ponto de “ter, por mês, mais de quarenta mortes” (Policial Militar 05, 2019). Muitos homicídios resultaram de situações de conflitos e desavenças, também conhecidas como “guerras”, outros em decorrência da própria reestruturação interna das gangues e sua auto-organização, outros tantos como forma de intimidação e punitividade inerentes ao poder que se deseja demonstrar:

O homicídio lá em Nova Contagem principalmente, acho que em todos lugares, ele tem as várias vertentes. Você tem o homicídio que ocorre por confronto de gangues, você tem o homicídio que acontece por desavenças dentro da gangue, ou então por desavenças internas, você tem o homicídio que é realizado como meio de correção, meio de intimidação, meio de punição e de intimidação dos demais membros, entendeu? É, demonstração de poder, às vezes, do líder da gangue. Em alguns casos raros, até como iniciação. (Policial Militar 02, 2019)

Sobre esse processo de iniciação, segundo o qual um jovem é estimulado por algum membro da gangue a cometer um crime de homicídio, ou outra forma de violência, em Nova Contagem, tal qual nas demais gangues de Belo Horizonte (ROCHA, 2015). Não se trata de uma prática essencial e corriqueira, mas pode ocorrer. Cabe salientar o relato de um dos jovens entrevistados por Santos (2011), que apesar de não consistir em um momento específico de ato ponderado para ingresso em uma gangue, consiste em um estímulo para a criminalidade violenta em que são reforçados hábitos, justificativas e valores com os quais o jovem já teve contato em seu cotidiano (ROCHA, 2015):

Os caras lá? Eu falo assim, eles não aceitava ninguém roubar na casa dos outros. Eles era bandido, mas não era desses bandido que matava só por covardia não. Eles mesmo fazia a lei deles, matava mais era quando cara vacilava mesmo. Eu lembro até hoje, eu tinha uns 13, 14 anos, um cara roubou lá em casa lá, eu fui e falei, com o ele. Aí ele falou “vamo matar ele?” Uai, vamo. Nós foi lá e o cara tava deitado. Aí o Diego falou “corta a mão dele.” Aí eu falei: ah nem, não vou corta não! Ele falou “corta sô.” [...] Ele falou “o cara roubou sua casa. Cê vai dar mole? Não vai cortar não?” [...] Aí eu falei: ah, é mesmo né. Eu era meio doidinho. Aí eu disse: me dá essa

faca aí. E meti a faca no braço dele, cortei (Sorriso *apud* SANTOS, 2011, p. 81)

Em todos os casos, porém, nota-se nestes homicídios o desprezo pela vida humana, conforme trechos das entrevistas realizadas por Santos (2011) com jovens integrantes de gangues de Nova Contagem:

Passava nada. Passava nada não. Ah, matar era divertido. Na hora que você dava a primeira e o cara “aiaiaiai” aí eu já rachava os talo “PAPA” enquanto o cara “ai.” Eu ria, eu já matava era rindo sô, covardia. Primeiro ocê dava um tiro no cara e ele “ai, socorroooo.” Saía gritando. Aí, eu já rachava os talo e falava: corre, corre fiu, que oce já era. E já metia bala, e ia atrás, tá ligado, atrás do cara. Eu saía atrás, quando eu queria matar, saía atrás e não tava nem aí. Se a polícia pegasse eu, não tava nem aí não sô, eu tava indo atrás e saía matando mesmo (Sorriso *apud* SANTOS, 2011, p. 87)

Um dos entrevistados que convivia com os jovens em programa social e participava suas narrativas sobre os crimes, tinha a mesma percepção:

[...] pra eles não fazem diferença enquanto ser, enquanto indivíduo, sujeito de direitos e deveres, essa execução [...]. Falava assim “ah, normal, fiz isso, depois eu usava um cigarro de maconha, tirava a roupa que eu estava e voltava lá pra ver se tinha feito o serviço direito”. (Oficineiro do Fica Vivo, 2019)

Essa desconsideração do outro enquanto sujeito de direitos, em especial, da própria vida, é tratada por Machado da Silva (2010) como “sociabilidade violenta”, segundo a qual os indivíduos perdem a capacidade de mediar suas relações uns com os outros, utilizando a violência com um fim em si mesmo, tomando por base um conjunto de valores.

Com a expansão do tráfico de drogas e do mercado consumidor no bairro e nas vilas formaram-se pequenos grupos, principalmente nas vilas situadas no entorno da Penitenciária Nelson Hungria (PNH), quais sejam, a Vila Ipê Amarelo, a Vila Esperança e a Vila Estaleiro. Estes grupos, segundo o Policial Militar 01 (2019), apesar de pouco estruturados, eram formados por indivíduos com grande disposição para matar, conhecidos popularmente como “matadores”, que buscavam por meio da violência demonstrar poder para delimitação do território utilizado no comércio de drogas. Essa demonstração de violência influenciou muitas crianças e adolescentes que, anos depois, se envolveram com o crime, conforme se percebe:

Ah véio! Eu já comecei a intrujá mesmo assim, com bandido, assim. Comecei a intrujá [...]. Você já conheceu Diego, Roberto? Os cara matador da antiga daqui, eu era mulequinho e já ficava no meio deles. Já via tudo que eles fazia e eu disse: nó, véio, no dia que eu crescer quero ser igual vocês, doidão e PA [...] (Sorriso *apud* SANTOS, 2011, p. 81)

Notamos aqui um exemplo da Teoria do Aprendizado Social, segundo a qual os comportamentos são aprendidos por meio da interação social, vulgarmente conhecida como “escola do crime” (ZALUAR, 1997).

Esses grupos de jovens delinquentes, apesar de existirem no início dos anos 2000, não possuíam uma característica importante que é a marca das gangues atuais, qual seja a identidade de grupo, de pertencimento. Eram relações mais efêmeras. Eram consideradas quadrilhas, de acordo com o revogado conceito do Código Penal Brasileiro¹⁴, conforme afirma um policial: “Antes de 2005 não consideravam estes grupos como gangue, mas sim como quadrilha, grupo. Eles não tinham identidade” (Policial Militar 05, 2019). Sobre a percepção destes grupos criminosos que existiam no início dos anos 2000, outro entrevistado explica que eram grupos não necessariamente envolvidos com o tráfico de drogas:

[...] turmas, as gangues né. Mas não gangues engajadas no narcotráfico. Gangues sobretudo de ladrões, roubadores, assaltantes, que por uma questão estritamente territorial descarregava essa energia agressiva contra os grupos de outras vilas. Mas isso nas bordas de Nova Contagem [...] na Vila Ipê Amarelo, na Vila Nova Esperança, entendeu? (Promotor de Justiça, 2019)

Naquela época, a questão territorial era muito forte na composição da identidade dos moradores, ainda que individualmente, conforme conta o Oficineiro do Fica Vivo (2019): “eles têm uma identidade, pertencimento, com o local, com o território. Eles têm uma referência disso, uma identidade com isso”.

Segundo o Policial Militar 01 (2019), nesta época, o bairro Nova Contagem era dividido em duas áreas, tomando-se por base as linhas de ônibus A e B. A linha “A” do transporte público atendia a parte mais antiga do bairro, onde está situada a área comercial, nas proximidades das vilas Feliz e Renascer. Já a linha “B” atendia a parte mais nova do bairro, situada próximo à Penitenciária Nelson Hungria, além das vilas Ipê Amarelo, Esperança e Estaleiro.

¹⁴ REVOGADO – “Quadrilha ou bando - Art. 288 - Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes: Pena - reclusão, de um a três anos. Parágrafo único - A pena aplica-se em dobro, se a quadrilha ou bando é armado.” – Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei no 2.848, de 07 de dezembro de 1940).

Esta separação territorial perdura há anos e é um dos fatores de rivalidade entre as gangues, conforme se vê na narrativa de um jovem:

[...] Que nem aqui, a minha vó mora aqui. Aqui é dividido tem dois lados. Tem lado A e lado B. Antigamente o lado B não gostava do lado A de jeito nenhum. Não podia nem subir lá. Só que tem os traficantes lá [...]. E tem a feira. A feira fica no meio. Eu moro perto da feira agora. De vez em quando desce os caras do A e do B. E quando encontram ai [...]. Ai é só bala [...]. Bala pra todo lado (Mestre sem título *apud* SANTOS, 2011, p. 101)

De acordo com o Policial Militar 01 (2019), nos anos 2000 o território foi marcado também pelo conflito protagonizado por jovens membros de duas torcidas organizadas de times de futebol mineiros, em tentativas de delimitar o acesso dos torcedores rivais a determinadas áreas. De 2008 a 2010, foram identificados diversos registros de ocorrências policiais de rixas, ameaças e lesões corporais envolvendo as torcidas organizadas em Nova Contagem, bem como registros de dano e depredação ao patrimônio, em especial, ao ônibus do transporte coletivo (REDS). Como o sistema informatizado REDS só foi implantado efetivamente, no município de Contagem em 2008, não foi possível realizar o levantamento dos registros nos anos anteriores.

Para compreender o alto número de inquéritos de homicídios tentados em apuração na delegacia de Nova Contagem, ocorridos até o ano de 2012, o Policial Civil 02 (2019) realizou um levantamento de todos os fatos, desconsiderando os homicídios consumados que são de competência da Delegacia Especializada. Segundo ele, dentre todas as naturezas de crimes cuja delegacia sediada no bairro tinha competência para apurar, em torno de um terço era de homicídios tentados.

Durante a leitura dos inquéritos, o policial concluiu que os crimes giravam, em sua maioria, em torno das rivalidades e parcerias estabelecidas pelas gangues, em razão da identidade de grupo desenvolvida tomando por base o território ou os times de futebol:

Grande parte desses inquéritos era em relação a briga de gangue. Só que em muitos deles o “A” tentou matar o “B”. Então o “B” foi lá e revidou e matou o “A”. Então esse primeiro inquérito eu tenho que arquivar já que houve extinção de punibilidade [...]. Mas a grande parte dos homicídios se dava em relação a briga de torcida organizada. (Policial Civil 02, 2019)

Assim, além de compreender o organograma das gangues catalogadas pela polícia, foi possível compreender a relação dos conflitos e rivalidades com os crimes registrados. O Policial Civil 02 (2019) concluiu que os protagonistas dos fatos também se repetiam, seja como suspeito, seja como vítimas, e em muitos homicídios se observava a presença de elementos e motivações relacionados às torcidas organizadas de times de futebol:

E com base nesse levantamento eu fui vendo que os dados giravam em torno de um mesmo fato, sabe? Eu percebia que eram gangues muito definidas [...]. Mas que o pano de fundo tinha a ver com torcidas organizadas. (Policial Civil 02, 2019)

Muitos jovens não tinham compreensão sobre, nem sabiam esclarecer, o motivo da rivalidade e do conflito do qual participavam, dado que não vivenciaram o período inicial de conflitos entre as torcidas. Durante os contatos que o Policial Civil 02 (2019) teve com os autores dos homicídios, era comum que descrevessem as vítimas como “folgados”, mas sem mencionarem interações sociais mais tensas que geraram tal percepção. Ao integrar a gangue, o jovem se apropria do discurso de rivalidade e passa a vivenciar o conflito, ativa e passivamente, ainda que sem compreender a sua origem, assim “ele não tinha nem conhecimento do porquê ele odiava aquele pessoal. Eles não tinham conhecimento do porquê da inimizade.” (Policial Civil 02, 2019).

Destaca-se a fala de um jovem, ex-líder de uma das gangues, sobre materializar a raiva nutrida por uma pessoa em violência contra qualquer outra:

Ah, é de repente. Igual, na primeira oportunidade que eu tive de comprar um revólver, o quê que eu fiz? Eu comprei o revólver e pensei: vou matar qualquer um que aparecer no meu caminho. Aí, o primeiro que aparece, na raiva, você descarrega toda aquela vingança que você tinha de um, descarrega no outro (Cabeça *apud* SANTOS, 2011, p. 68)

Para o Policial Civil 02 (2019) as ações violentas de agressão e homicídios não eram definidas pelas relações pessoais entre agressor e agredido, mas sim pela identificação visual ou verbal da vítima enquanto torcedor do time rival. Conforme afirma: “Eles iam para a Praça do Coreto, chegavam lá, eles viam alguém com a blusa do atlético, e eles atiravam” (Policial Civil 02, 2019).

Como no início de 2010 quando, aproximadamente, três jovens atiraram contra um grupo de torcedores do Cruzeiro que estavam em um ponto de ônibus no

centro comercial de Nova Contagem (REDS, 2010). Uma das vítimas, que foi atingida por um disparo de arma de fogo na cabeça, era integrante de uma gangue cujo líder era presidente da torcida organizada do Cruzeiro. O Policial Militar 01 (2019) explicou que os suspeitos do crime eram moradores da Vila Estaleiro, integrantes da Gangue da PAS, abreviação das iniciais do nome da rua onde possuíam ponto de venda de drogas, qual seja Patrícia Aparecida dos Santos.

Como consequência, um integrante da torcida organizada do Cruzeiro tentou matar um torcedor do time rival, mas dias depois foi morto nas proximidades da Vila Estaleiro, pela própria vítima que conseguiu sobreviver (REDS, 2010). Assim, a rivalidade entre os torcedores, marcada por ameaças e homicídios, fazia com que muitos jovens buscassem acesso a armas de fogo (REDS, 2011).

O processo de formação de identidade das gangues, além de contar com as questões territoriais e de futebol, foi potencializado pela expansão do tráfico de drogas, enquanto atividade rentável. De acordo com o Policial Militar 01 (2019), com o enfraquecimento das questões desportivas e o envolvimento com o tráfico de drogas, muitos desses jovens passaram a integrar gangues do bairro e das vilas que o circundam. Zaluar (1997) explica que a formação das gangues é uma resposta associativa comum nos bairros mais pobres, inicialmente na figura de escolas de samba ou times de futebol, e posteriormente como gangues.

Sobre a identidade de grupo formada e a relação com o conflito, o promotor entrevistado explica:

O conflito cria identidade né? Por que o conflito cria pertencimento. O conflito cria o senso de pertencimento. Se não há conflito não há senso de pertencimento pra ser forjado. E se não há conflitos também não se criam alianças, nem entre sujeitos, nem entre grupos. (Promotor de Justiça, 2019)

Simmel (1964) aponta que o conflito tem um significado sociológico importante, qual seja o de fazer surgir ou modificar grupos com interesses comuns. Em tempos mais modernos, Rocha (2015) entende que os grupos de jovens só adquirem característica de gangue ao se envolver em conflitos com outras gangues, isso por que para ele, o conflito gera a identidade coletiva. Salienta-se que o conceito de gangues adotado neste trabalho é aquele formulado por Zilli (2011), no qual o elemento “conflito territorializado” é fundamental em sua elaboração.

Para os entrevistados, muitos jovens desenvolveram relações pessoais entre si em razão do pertencimento à mesma torcida organizada. Estas torcidas não tinham como objetivo o tráfico de drogas nos territórios, mas posteriormente, as relações de parceria e rivalidade estabelecidas nessa época refletiram nos conflitos e parcerias firmados pelas gangues envolvidas com o tráfico de drogas. Conforme opina o Policial Civil 02 (2019): “Eu acredito que esse pode ter sido um dos fatores que separou quem tá do lado de quem”:

Depois eu percebi que essas mesmas brigas que começaram com torcida organizada, foram transferidas para a questão do tráfico de drogas. Eu pegava um inquérito de fato que tinha acontecido dois, três anos antes de eu chegar, que envolvia uma tentativa de homicídio por causa de time de futebol, e anos depois, pelos nomes dos envolvidos, eu via que essa situação de homicídio já era uma briga por tráfico de drogas (Policial Civil 02, 2019)

Da mesma forma que a rivalidade oriunda dos times de futebol influenciou nos conflitos das gangues, as parcerias estabelecidas pelo convívio e pertencimento nas torcidas influenciou as relações de parceria e alianças. Sobre isso destaca o entrevistado: “Entre eles não havia guerra, entendeu. É como se houvessem subgangues dentro de uma gangue maior, sabe? E normalmente essas gangues tinham alguma questão relacionada à torcida organizada.” (Policial Civil 02, 2019).

Como no caso da parceria entre os líderes da Gangue do Lado B e da Gangue da Grota, afirma o Policial Civil 02 (2019). E o Policial Militar 01 (2019) explica que, apesar de cada um possuir o seu ponto de venda de drogas, eles não eram rivais, pois seus líderes pertenciam a mesma torcida organizada.

Assim, se “você colocasse o mapa das gangues, sobreposto ao mapa dos conflitos dos times, você via que era a mesma coisa” (Policial Civil 02, 2019), referindo-se à localização geográfica dos crimes. As rivalidades e os conflitos que se sobrepõem ao longo dos anos, com uma mescla de novos e antigos envolvidos, estes últimos que não se envolveram pessoalmente na origem do conflito, mas que a ele aderiram, não é um fato único, observado apenas em Nova Contagem (ZILLI, 2011; ROCHA, 2015). Essa constância de crimes de homicídio, concentrados nos mesmos espaços territoriais, possibilitou que os órgãos de segurança pública identificassem as áreas que necessitavam de intervenção imediata.

Nas comunidades urbanas, onde predomina o tráfico de drogas e o domínio das gangues e facções, consideradas como áreas de risco, o Estado tem utilizado

projetos, como o Fica Vivo, em Minas Gerais, na tentativa de restabelecer os mecanismos de controle, em especial dos homicídios (BEATO, 2012). O Decreto nº 43.334/03 criou o Programa de Controle de Homicídios - “Fica Vivo”¹⁵, destinado a contribuir para a prevenção e a redução dos homicídios dolosos de jovens moradores de áreas nas quais esses crimes se concentram (MINAS GERAIS, 2016). O público alvo do programa são os jovens de 12 a 24 anos, para os quais são desenvolvidas oficinas, atendimentos e projetos locais e institucionais. Dentre os programas destaca-se o de mediação de conflitos.

Em Nova Contagem, o programa Fica Vivo foi implantado no ano de 2006, alguns meses após a Polícia Militar destinar um grupo composto por 18 (dezoito) policiais militares com treinamento específico para atuar em áreas de risco, por meio do GEPAR (Grupo Especial de Policiamento em Área de Risco). Trata-se de um serviço da Polícia Militar implantado em áreas de vulnerabilidade social onde há concentrações históricas de homicídios, tráfico de drogas, circulação de armas de fogo e associação infanto-juvenil, que possam caracterizar situação de descontrole social com a evolução para o crime organizado. Os policiais empregados nessa atividade são orientados por três pilares: a mobilização social, a prevenção e a repressão qualificada da violência, com vistas a melhorar a prestação do serviço de segurança pública nas áreas de vulnerabilidade socioeconômicas, conforme previsto na Instrução nº 3.03.20/2016-CG que regulamenta o serviço (MINAS GERAIS, 2016). O GEPAR tem como objetivo o trabalho preventivo de monitoramento e acompanhamento de conflitos de grupos criminosos de modo a evitar os crimes de homicídio, por meio da identificação de possíveis vítimas e autores. Além de identificar os membros das gangues, realiza monitoramento das relações destes com os membros de outros grupos, percebendo rivalidades e conflitos antes da ocorrência dos crimes, e agindo de modo a tentar evitá-los.

O Promotor de Justiça (2019) acredita que o entrosamento do GEPAR de Nova Contagem com a comunidade contribui para a obtenção de informações que auxiliaram as ações de repressão qualificadas da polícia, bem como com a obtenção de provas para investigações e processos. Com relação à confiança e credibilidade adquirida pelos policiais militares do GEPAR dentro da comunidade, de modo a aproximar o contato entre polícia e sociedade:

¹⁵ Trata-se de uma política pública executada pela Secretaria de Estado de Defesa Social.

Tanto que eu tenho uma ocorrência que eu não esqueço. Como a gente começou a conversar muito com os comerciantes, com o cidadão de bem ali na rua, passava diretamente ali na rua três, quatro vezes no dia. Por que como a nossa função era patrulhar somente a zona de risco, então tinha essa possibilidade de passar, duas, três vezes na mesma rua. E um certo dia a gente passou dentro do bairro Vila Esperança e um comerciante veio, parou a gente e falou assim “Eu estava doido pra ver vocês, porque como vocês são do GEPAR, a gente conhece vocês, eu tenho informação pra passar pra vocês. Passaram aqui já três viaturas da polícia militar, e como eu não conhecia o pessoal eu não passei pra eles”. (Policial Militar 03, 2019)

Sobre a relação da Polícia Civil com o GEPAR, destaca-se a narrativa de um policial civil entrevistado:

Às vezes, com os policiais normais, de outros portfólios, de patrulhamento, a gente não tem um contato direto e fica muito aquela questão de “ah, não vou passar informação” [...]. Cada um quer segurar informação pra si, não quer dividir, e acaba que ninguém consegue nada. E com o GEPAR a gente tem uma relação muito próxima e isso resulta em excelentes trabalhos. As informações que eles trazem são muito boas, eles pedem muita informação pros meninos da delegacia e eles passam [...]. A gente trabalha muito em conjunto. (Policial Civil 02, 2019)

O GEPAR foi criado pela Polícia Militar, em 2002, inicialmente no aglomerado “Morro das Pedras” em Belo Horizonte, e posteriormente estendido como estratégia institucionalizada para redução e prevenção dos homicídios em áreas de vulnerabilidade social. O objetivo é que os policiais permaneçam exclusivamente nessas áreas, atuando como “polícia cidadã” e desenvolvendo estratégias comunitárias, e não apenas como instrumento de controle social. O programa atua mediante dois eixos: proteção social e intervenção estratégica, e têm como base o Programa Fica Vivo. O primeiro eixo consiste em um grupo de proteção social composto por órgãos municipais, estaduais e não governamentais que oferecem serviços variados aos jovens, na tentativa de evitar que os jovens trabalhem no tráfico de drogas. O segundo consiste em compor o Grupo de Intervenção Estratégica (GIE) formado por órgãos de segurança pública e justiça criminal que tem como objetivo identificar e prender os líderes das gangues e principais autores de homicídios que atuam nas áreas (MINAS GERAIS, 2016).

Desde o ano de 2010, o Grupo de Intervenção Estratégica (GIE) passou a atuar de forma mais intensa e produtiva no bairro Nova Contagem. O Policial Civil 02 (2019) explicou que os órgãos integrantes do GIE tentavam retirar determinados

jovens de livre circulação no território, como estratégia de prevenção ao homicídio e preservação da vida. De acordo com ele, tendo por base as prisões, apreensões de drogas e homicídios era possível identificar quais seriam as próximas vítimas. Tem-se como exemplo a circunstância de que uma destas possíveis vítimas estivesse cumprindo pena em regime semi-aberto ou aberto e tomando-se conhecimento de que alguma das medidas auxiliares não havia sido cumprida pelo envolvido, buscava-se fundamento e legalmente obter a regressão do regime, com o imediato encarceramento e retirada do convívio social. Para o Policial Civil 02 (2019), as intervenções pontuais foram eficazes, porém, como consequência, os traficantes se fortaleceram, uma vez que a população local e a mídia não se incomodam com esse tipo de crime, mas sim com os crimes de sangue e contra o patrimônio:

A gente unia forças, Polícia Militar, Polícia Civil e Ministério Público, pra gente tentar prendê-los no tráfico de drogas, por mais que não desse uma condenação muito grande. Por que a gente tirava ele de cena. E tirando ele de cena a gente evitava o homicídio. Mas o que acontecia? A gente aumentava o poder do traficante que ficava. Aí é que eu falo que a gente construía grandes traficantes [...]. A gente reduziu o homicídio lá de forma muito drástica, mas dessa forma, despiando um santo pra vestir outro (Policial Civil 02, 2019)

No estudo criminológico é comum identificar a “teoria/diagrama de Pareto”, segundo a qual muitos fatos envolvem poucas pessoas e poucos lugares. Essa é a lógica de concentração dos crimes nas zonas quentes de criminalidade. No fenômeno da criminalidade, a teoria de Pareto pode ser traduzida na seguinte lógica: há uma concentração de crimes cometidos por um número “pequeno de delinquentes que, após cometerem os primeiros delitos, tornam-se reincidentes contumazes” (BEATO, 2012, p.152). Ou seja, a prisão de alguns autores de crimes que cometem intensamente os delitos poderia explicar a variação na redução dos índices do crime específico, após a sua prisão. Nessa lógica, a prisão de alguns líderes de gangues responsáveis pelas mortes de muitos jovens é considerada como uma hipótese para explicar a redução do crime.

Lado outro, para o Policial Civil 02 (2019), a presença de conflitos, muitas vezes como se viu em Nova Contagem, com uso de violência e as prisões, morte ou fugas subsequentes possibilitam a reestruturação das gangues e o aparecimento de novos protagonistas:

Quando a gente começou a prender todo mundo, ainda houve alguma disputa, por que saia um e às vezes acontecia até uma disputa dentro da própria gangue pra ver quem vai assumir a liderança. Então na medida em que a gente vai tirando, isso possibilita uma reestruturação, e nem sempre ela é pacífica. (Policial Civil 02, 2019)

Nesse mesmo sentido de que a prisão ou retirada de um líder do território, os conflitos e os homicídios contribuíam no processo de reestruturação da gangue:

Por exemplo, um líder ia preso. Aí enfraquecia o grupo. Aquele grupo que o líder foi preso ou abaixo do líder, naquela escala deles, louca né? [...]. Aí o grupo ficava um pouco sem orientação, sem uma coordenação, naquele momento. Então, o grupo de lá, via esse enfraquecimento, eles tentavam conquistar aquele território. E pra conquistar aquele território, em alguns momentos eles entendiam que tinham que fazer a execução, ou a tentativa da execução de alguns meninos que eram ligados e que poderiam assumir aquele lugar. (Oficineiro do Fica Vivo, 2019)

Destaca-se que, os líderes das principais gangues de Nova Contagem foram presos, a partir de 2013, por interferência do Grupo de Intervenção Estratégica (GIE) que atua em conjunto com representantes dos órgãos de segurança pública e justiça criminal, e muitos deles, juntamente com outros integrantes dos grupos, passaram a cumprir a pena privativa de liberdade na Penitenciária Nelson Hungria (PNH). Esta proximidade proporcionada pelo confinamento pode ter possibilitado a aproximação entre líderes e integrantes de grupos rivais, e de alguma forma, contribuído para as mudanças nas relações de dominação e conflito territorial, porém não dispomos de dados que comprovem essa hipótese. Considera-se ainda que, a forma de atuação e relação das gangues da regional Vargem das Flores se dá de maneira diversa das já estudadas por sociólogos, ou seja, as organizações criminosas (atualmente mais complexas) que atuam nos estados do Rio de Janeiro e em São Paulo.

No que se refere à relação dos três elementos “tráfico de drogas”, “armas de fogo” e “homicídio”, Rocha (2015) explica que o tráfico de drogas acelera o ciclo de violência e vingança entre as gangues, pois facilita o acesso do jovem às armas de fogo, bem como aos recursos financeiros necessários à sua aquisição. Na visão do Policial Militar 02 (2019) o acesso que o tráfico de drogas proporciona às armas de fogo e a ausência de limites e respeito pelo outro indivíduo, fazem com que os jovens utilizem a violência na resolução dos seus conflitos. Sobre como a violência é utilizada enquanto meio de resolução de conflitos, destaca-se o trecho abaixo:

Ah é um [...]. É, tipo assim, o cara [...] A primeira mulher que eu tive menino com ela, até que ele faleceu dois meses atrás, ele tava mexendo. Todo dia

ela passava e ele mexia com ela. Aí, ela pegou e me falou que ele tava mexendo. Aí, eu fui lá e falei com ele numa boa. Mas, ele já queria partir para violência. É. Aí eu falei “oh mano, eu não gosto de resolver nada no braço não. E ele, “ah, não sei o que, eu quero”. Ah, então demorou, eu já tava em cima. Aí, na hora que eu arranquei e ele “não, não, não, desculpa. “Desculpa o caralho meu irmão, agora não tem boi mais não. E sentei o dedo nele” (Sorriso *apud* SANTOS, 2011, p. 88)

Sobre a presença de armas de fogo no território o Oficineiro do Fica Vivo (2019) apresenta sua percepção:

[...] alguma coisa relacionada, não sei assim, a questão das armas. Por que eles têm muitas armas aqui. Pelo menos nessa época de 2015, tinham fácil acesso à arma. A palavra é essa, fácil acesso a arma. E umas armas muito potentes. E eles não tinham abertura ao diálogo. Quando via, já tinha acontecido o homicídio. Eles anunciavam o homicídio. Algumas vezes era possível ver esse conflito tão intenso, que é o sinal de anúncio do homicídio. E eles iam lá e executavam. (Oficineiro do Fica Vivo, 2019)

Nesse mesmo sentido que relaciona o uso de armas de fogo com o tráfico de drogas está a percepção do pesquisador, razão pela qual acredita que o tráfico de drogas possa, portanto, ser apontado indiretamente na relação de causalidade do ciclo de homicídios. Não se trata, porém, de uma justificativa isolada ou direta para o histórico de violência de Nova Contagem, mas não se pode ignorar o fato de que as armas de fogo, empregadas nesses crimes, são utilizadas enquanto instrumento para demonstração de poder na resolução de conflitos, ainda que não relacionados diretamente ao tráfico de drogas e segurança. Apesar de ter sido apresentada uma breve observação na introdução deste trabalho acerca da variação no registro policial de ocorrências de tráfico de drogas e apreensão de armas de fogo, não é objeto desta dissertação a análise detalhada da relação de variação entre tais crimes e os homicídios, por tratar-se de um tema demasiadamente complexo para ser discutido em poucas linhas.

3.4 Os protagonistas da violência

Buscando compreender quem são os jovens integrantes das gangues de Nova Contagem, foram realizados questionamentos aos entrevistados para que descrevessem situações e observações sobre as famílias, rotinas e características desses jovens. Salienta-se que se trata da percepção dos entrevistados acerca das pessoas com as quais tiveram contato.

Por esses relatos, os jovens envolvidos com as gangues de Nova Contagem não diferem daqueles envolvidos com gangues nas demais regiões do Brasil, no que se refere às características de gênero, idade, escolaridade e impessoalidade dos conflitos, sendo, em sua maioria jovem do sexo masculino, com idade entre 15 e 29 anos (ZALUAR, 2007), morador de áreas de concentração de baixa renda (ROCHA, 2015) e não brancos (pardos ou pretos) e com pouca escolaridade (ZILLI, 2011). Porém, optou-se por detalhar três características que apesar de comum à outros resultados de pesquisas, merece destaque já que constituem fatores considerados pelas teorias desenvolvidas a partir dos Estudos da Escola de Chicago, como relevantes na formação das gangues. O primeiro é o enfraquecimento das instituições sociais, tais como família e escola, importantes no processo de socialização do jovem. O segundo é o processo de aprendizagem social das práticas criminosas, ainda na infância, especialmente no ambiente familiar. O terceiro é o fator econômico enquanto justificativa moral, além do engajamento e processo de formação de identidade do jovem. O quarto é a participação das mulheres nos crimes.

Ao questionar o Policial Civil 02 (2019) sobre quem são os jovens envolvidos com o tráfico de drogas e com a violência, com os quais já teve contatos em razão de sua profissão, respondeu: “quase tudo filho de mãe solteira, com sete irmãos, cada um de um marido, de um pai” (Policial Civil 02, 2019). O número sete mencionado pelo entrevistado não deve ser interpretado literalmente, mas sim em referência ao grande número de filhos presente nas famílias, conforme também se expressa outro entrevistado: “Em sua maioria as famílias são chefiadas pelas mulheres que possuem filhos de diferentes pais. Cada família chega a ter em média cinco a seis filhos” (Policial Militar 03, 2019).

No que se refere às famílias dirigidas por mulheres, o Policial Militar 03 (2019) salienta a ausência da figura paterna ou, muitas vezes, quando presente na pessoa do padrasto, tios e irmãos exercendo influência negativa na vida dos jovens. A pertinência dessa percepção do entrevistado pode ser observada em um trecho da entrevista concedida por um jovem de Nova Contagem a Santos (2011):

[...] porque 80 ou 90% dos caras que é do crime hoje ou não teve pai ou perdeu o pai quando era mais novo ou o pai não criou ou o pai não morou junto. Faz muita diferença. Faz diferença, porque o meu irmão quando era mais novo ele jogava bola, ajudava a cuidar da gente. Aí meu pai saiu fora

de casa, na época que ele ficou preso aí meu irmão já começou ir pra [...], começou a andar com os caras loução demais que matava mesmo, a chegar bêbado, foi ficando ruim (Mestre sem título *apud* SANTOS, 2011, p. 99).

Ressalta-se aqui que não se trata de afirmação segundo a qual todos os filhos de mães solteiras se envolvem com gangues, mas apenas de uma constatação sobre um grande número de situações em que os entrevistados observaram tal característica nas famílias com as quais tiveram contato.

À essa situação familiar, o Policial Militar 03 (2019) e o Promotor de Justiça (2019) destacam que se soma o fato de muitas destas mães e pais trabalharem fora de casa durante todo o dia, período no qual os jovens permanecem sem supervisão de um adulto e sem atividades extracurriculares que preencham o tempo ocioso.

No início do envolvimento com a criminalidade, em especial, o tráfico de drogas, muitos jovens tentam esconder de suas famílias esse envolvimento. Isso não perdura muito tempo, já que o comportamento, as relações de amizade e o dinheiro proveniente da atividade ilícita denunciam às famílias que o jovem passou a integrar essas gangues:

Esses meninos tinham essa dinâmica tão pertencente ao indivíduo deles, que a família tentava de tudo e não conseguia reverter essa situação. O tráfico ponderava mais nessa atuação do que a intervenção da família. A mãe tentava intervir “não pode, não pode, não pode”. Eles são tão aliciados por esse trabalho que prevalecia era a determinação dos chefes locais. Eles respeitam mais a dinâmica do tráfico, as regras do tráfico, do que as disposições familiares (Oficineiro do Fica Vivo, 2019)

Nessa fala, podemos observar o enfraquecimento da eficácia coletiva das instituições de regulação do comportamento, como escola e família, diante dos valores médios do círculo social com o qual o jovem passou a se relacionar, conforme Zaluar (1997) e Beato (2012) explicam ao abordar a Teoria da Eficácia Coletiva.

No que se refere à educação, o Policial Militar 01 (2019) e o Oficineiro do Fica Vivo (2019) apontam que muitos desses jovens permanecem frequentando a escola, ainda que não regularmente. Mas para o Policial Militar 02 (2019), isso ocorre pelo fato de haver nas escolas um mercado consumidor, além de ser um ambiente de articulação no qual o adolescente pode demonstrar poder, tornando-se admirado pelos seus semelhantes:

A escola proporciona pra ele comércio, a escola proporciona pra ele acesso pras meninas, a sexo, a um monte de coisas. É um meio dele se socializar, e também de impor respeito. Na escola, por exemplo, ele afronta a professora, então ele chega na sala de aula, ele tem uma plateiazinha pra presenciar aquilo dali, então ele pode por terror, ele pode gritar, ele pode dar tiro na escola, ele tem uma plateia pra assistir. (Policia Militar 02, 2019)

Como grande parte da população local obtém renda por meio de programa Bolsa Família, no qual a frequência dos filhos na escola é requisito para manutenção da assistência financeira, é preciso considerar que a permanência de alguns deles possa se dar por tal razão. Apesar de que, na perspectiva do autor não seja esse o motivo, já que a remuneração obtida pelo jovem com o tráfico de drogas possibilita a ele uma renda maior do que a sua frequência escolar viabiliza para sua família¹⁶.

Porém, de acordo com o Policial Militar 01 (2019), quanto mais engajado na atividade ilícita e mais bem posicionado na hierarquia funcional da gangue, maior a probabilidade de que o jovem abandone os estudos, já que as demais funções exigem um território de atuação maior fora do ambiente escolar e com maior dedicação de tempo. Segundo o Policial Militar 02 (2019) e o Policial Militar 03 (2019), estes jovens costumam ser abordados por policiais militares em pontos de venda de drogas, em diferentes horários, no período da manhã, da tarde e da noite, em dias seguidos, demonstrando uma dedicação exclusiva ao trabalho ilícito.

Segundo o Oficineiro do Fica Vivo (2019), esses jovens não conseguem obedecer às regras e ao regimento escolar, muito em razão da ausência de imposição de limites no ambiente familiar, o que pode contribuir para a evasão escolar no decorrer do tempo.

Apesar de muitas famílias se verem atadas diante do poder exercido pelo crime na vida dos seus entes, tendo assim que conviver silentes com a criminalidade, algumas famílias agem de maneira diversa. Segundo o Promotor de Justiça (2019) nas famílias dos líderes das gangues há incentivo e concordância ativa, muitas das quais participando efetivamente das atividades no tráfico, integrando o organograma das gangues. Ao tratar do envolvimento intrínseco dos familiares com as gangues, Rocha (2015) entende que o território ocupado por

¹⁶ O Programa Bolsa Família paga R\$ 41,00 para cada criança (entre 06 e 15 anos) matriculada na escola com frequência acima de 85% e R\$ 48,00 para cada jovem (entre 16 e 17 anos) com frequência escolar acima de 75%. Em todos os casos as famílias devem atender aos requisitos legais e respeitar os limites de acumulação do benefício (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2019).

algumas gangues é ao mesmo tempo público e privado. Privado por considerar que as relações nele desenvolvidas envolvem muitas vezes parentes e vizinhos e não sujeitos anônimos; e público por estarem pautadas em uma lógica ou ordenamento não formal que regule as condutas, ao invés da relação patriarcal/matriarcal existente na família.

Para o Policial Militar 01 (2019), alguns jovens se envolvem com gangues pela proximidade de convívio com o tráfico de drogas e outras formas de criminalidade pelo fato de terem algum tipo de parentesco com integrantes de gangues. Essa percepção é corroborada pelo depoimento do jovem entrevistado por Santos (2011) ao utilizar o termo “já vem no sangue”, conforme se vê: “Ah, aí depende do cara. Se na família dele já tiver gente já nessa vida mesmo, já vem no sangue. Agora, outros não. Igual, eu já entrei nesse trem já sem saber de nada. Então, eu fui aprendendo aos poucos” (Cabeça *apud* SANTOS, 2011, p. 61).

Ainda sobre a influência familiar no crime e na criminalidade exercida pelo jovem, o adolescente narra como o exemplo do tio contribuiu na sua formação:

Ah, meu tio era um cara muito doido. Ele entrava dentro da casa dos outros e não tava nem aí não. E ele era assim [...] parecia que ele não tinha coração não, ele matava até o pai e a mãe da pessoa se fosse preciso, se não achasse o cara. Você vai morrer então, fio, no lugar dele. [...] Na família praticamente era todo mundo doido, na família do meu pai. Aí se eles fosse assim, me desse conselho “ah, vai pra escola, ah não sei o quê.” Eles não. Eles já me incentivava era ao mal mesmo. [...] É, uns tio doido. Que morreu já também. Eles me incentivava ao mal mesmo. Eles dá um tiro aí, faz isso, faz aquilo. [...] É. E eu era bobo né, eu ia no meio. [...] Eu ia. Aí eu fui começando a gostar. Já crescer no crime né. Aí acabei gostando e cometi esses sete homicídio aí (Sorriso *apud* SANTOS, 2011, p. 79)

Rocha (2015) explica que nos territórios, os jovens integrantes das gangues cometem atos ilícitos, mas também participam das atividades coletivas não ilícitas, se relacionando com os demais moradores, mas que isso não significa que todo jovem morador desses territórios seja envolvido com o crime, mas que essa proximidade e convivência possibilita maiores chances para que se envolvam (ROCHA, 2015; MARINHO, 2016).

Segundo o Oficineiro do Fica Vivo (2019), a violência praticada pelo jovem não ocorre apenas em ambiente público, onde se materializam grande parte dos homicídios, mas também no ambiente familiar. As mulheres que compõem as famílias são as principais vítimas, sejam elas mães, irmãs, filhas e esposas. Como

no exemplo de violência doméstica citado por ele, que envolve um casal cujo agressor esteve envolvido com a criminalidade desde a juventude e chegou a cometer atos de tortura contra a esposa, permanecendo por aproximadamente quarenta e oito horas martelando pregos no corpo dela.

O Policial Civil 01 (2019) destacou também as inúmeras agressões contra a mãe (REDS 2013; 2014) e a irmã (REDS, 2013) cometidas, nos anos de 2013 e 2014, por um adolescente, o qual foi considerado pelos órgãos de segurança pública, um dos principais homicidas de Nova Contagem, em meados de 2015.

De acordo com a percepção do Policial Civil 02 (2019) e do Promotor de Justiça (2019), são raros os casos em que o ingresso na gangue ocorre após a maioridade. Segundo o Policial Militar 01 (2019), em quase todos os casos os jovens se envolvem com as gangues ainda na infância, ou, no mais tardar, na adolescência, aliciados para exercerem funções mais simples no tráfico de drogas, como a venda direta ao consumidor nos pontos conhecidos como “bocas de fumo” ou “biqueiras”. Esse envolvimento também pode ser observado na narrativa do jovem:

Aí os caras chegavam e perguntavam se eu queria levar a droga pra eles do outro lado. Dava dinheiro. Só que a gente não iria, alguns queriam. Alguns dos meninos não tinham maldade e queriam e pegavam. E depois que começou a entregar a droga, começou a vender. Depois que começou a vender, começou a matar. Acabou que vários deles morreram. Só que não eram muito colados comigo, não. Mas, acabou morrendo (Mestre sem título *apud* SANTOS, 2011, p. 97)

Para o Policial Militar 03 (2019), não raras vezes, o envolvimento se dá para que, por meio da remuneração pelo serviço de venda das substâncias, o jovem possa fazer uso das drogas, já que a situação financeira familiar e a ausência de emprego lhe impossibilitam a sua aquisição. Essa percepção também condiz com a narrativa do jovem:

[...] Eu entrei foi fumando bagulho. Comecei a vender pros outros. Comecei a ser aviãozinho, vapor. Depois passei pra isso tudo aí. Depois, quando eu comecei a vender, pros outros ficar me devendo [...]. Igual, eu falei assim: ocê escolhe. Ou ocê mata ou ocê morre. Aí, ocê tem que ir atrás do cara. Vai deixar o cara chegar e matar ocê por um menos de R\$5,00? (Cabeça *apud* SANTOS, 2011, p. 64)

Essa perspicácia do jovem, ainda criança, sobre a renda possibilitada pelo tráfico de drogas a outros de sua faixa etária, sem que disso seja exigido demasiado esforço físico ou intelectual, é outro fator que os atrai para o “mundo do crime” onde,

com o passar do tempo, se envolvem com homicídios, seja como autores, seja como vítimas.

A dificuldade financeira pela qual as famílias passam, assume relevância na fala dos jovens no que se refere à tomada de decisão quanto ao seu envolvimento com a criminalidade. A pobreza é apontada na Teoria da Frustração (ZALUAR, 1997) como fator de privação absoluta do jovem ante à desigualdade entre seus desejos de ascensão social e as oportunidades concretas existentes na sociedade para que as alcance. Nesse contexto, a violência é um processo de frustração daqueles que não conseguiram superar legitimamente as questões econômicas (BEATO, 2012):

Tem o cara que já tá no crime, tá no sangue, é de família já. Se falar vamos, vamos. Tem muitos que sofreram quando eram pequenos, passou necessidade, passou fome, e quando ele vê que se ele sair do crime ele vai ter que voltar pra vida, pra miséria, aí cria disposição. Porque o cara não que voltar, né. (Mestre sem título *apud* SANTOS, 2011, p. 95)

Merece destaque o diálogo, separado pelos muros do presídio, entre um jovem assistido pelo Programa Fica Vivo e um detento que se encontrava no interior da Penitenciária Nelson Hungria, o qual foi presenciado pelo entrevistado:

E aí um gritou “oh fulano, beleza?”, “beleza!”, “é... daqui uns dias eu vou fazer dezoito, eu to aí” [...]. Aí eu intervi, eu falei assim “mas por que você quer estar lá?”, “oh, lá tem refeição demais, tem o que não tem na minha casa, lá tem televisão, lá tem vídeo game e lá eu posso ficar a toa o dia inteiro”. (Oficineiro do Fica Vivo, 2019)

Porém, se a questão financeira fosse fator preponderante para o ingresso dos jovens na criminalidade, nas suas famílias seria possível observar melhorias na qualidade de vida. No entanto, não é o que normalmente os entrevistados observaram nas famílias dos jovens que ocupam funções na parte baixa ou média da hierarquia. A fala dos policiais militares e civis sobre isso é baseada nas diversas situações em que se fizeram presentes nas residências dos jovens, seja para realizar buscas, prisões, apreensões ou buscar os responsáveis ou documentos nos casos de flagrante.

De acordo com as entrevistas dos policiais civis e militares e o oficinairo do Fica Vivo, a média de remuneração no tráfico de drogas está em R\$ 3.000 ao mês¹⁷. Conforme a descrição dos ambientes desses jovens pelos policiais civis e militares e a percepção do oficinairo acerca da remuneração dos jovens envolvidos com o tráfico de drogas, mesmo após o ingresso nas gangues, as atividades ilícitas não proporcionam melhorias na qualidade de vida das famílias ou sustento do coletivo. A renda obtida pelo jovem é revertida em benefício supérfluo para ele próprio, de modo a melhorar a sua imagem ante aquela comunidade.

Segundo o Policial Militar 02 (2019), os gastos normalmente estão voltados para o consumo de drogas, festas, mulheres, roupas e apetrechos como colar, relógio, tênis, boné, ostentação e, quando materializado em melhorias no lar, estas se restringem ao seu próprio ambiente pessoal, como uma cama e televisão no quarto. O policial utiliza o adjetivo “hedonista” para caracterizar esse comportamento. A observação feita por um jovem entrevistado por Santos (2011), ao se referir a um amigo envolvido com o tráfico de drogas, corrobora com a perspectiva dos entrevistados nesse sentido:

Ele ganha uns mil a dois mil por dia. Mil é dele e mil é do patrão dele. Aí ele vai lá e compra tudo em roupa, bebidas, sai e cabô. Acaba tudo na hora. [...] Ele nunca para com o dinheiro. É muito difícil você ver um bandido com o dinheiro. O que tem dinheiro mesmo é o traficante, o maior, o traficante maior. Só ele mesmo [...] (Mestre sem título *apud* SANTOS, 2011, p. 97)

Esse sentido de que o dinheiro ganho com o tráfico desaparece rápido, aparece também na fala do Policial Civil 02 (2019) e do Oficinairo do Fica Vivo (2019), que esclarecem que o dinheiro proveniente do tráfico de drogas não torna os jovens ricos, já que não é um dinheiro que vinga e que as melhorias no ambiente familiar são destinadas ao próprio jovem, normalmente na forma de produtos eletrônicos e eletrodomésticos:

Quando ele melhora alguma coisa na casa dele, é a televisão, a câmera de filmagem pra ver quem está passando, por que câmera é status também. Mas moram dentro de um [inaudível] que não tem sofá, não tem nada pra comer na geladeira, mas tem uma televisão, uma corrente e um relógio no

¹⁷ Como a remuneração nas gangues é variável e depende da função exercida e do volume de vendas realizadas (comissão), o valor informado refere-se à média de remuneração para o integrante que exerce a função mais baixa na hierarquia da gangue. As funções serão apresentadas, detalhadamente, na parte final do presente capítulo.

braço. E quando vai ficando um pouquinho mais alto na hierarquia vem o carro com as caixas de som. (Policial Civil 02, 2019)

Se a questão financeira não é a principal fonte de atração exercida sobre o jovem, o “status” que o crime proporciona no ambiente é levado em consideração, mesmo por aqueles que poderiam ter uma vida economicamente mais rentável em outro ramo, como o caso narrado:

Ele era muita disposição. Até demais da conta. E ele era boyzinho, sô. Não precisava de entrar na vida do crime pra roubar, matar e traficar. Ele entra porque é da família mesmo. Ele teve proposta de ir pra São Paulo jogar no time profissional, na categoria de base, pra depois ir pro profissional porque ele era muito novo ainda. E ele falou que não queria. Ele queria vida fácil (Mestre sem título *apud* SANTOS, 2011, p. 96)

Mas mesmo nesses casos muitos utilizam o discurso justificador da necessidade financeira:

Quando você pergunta o cara “ocê caiu nessa por que cara, por que você está nisso aí?”. Aí ele tem aquele argumento preparado que todo mundo fala. Mas que não é um argumento dele. Ele se apropria do argumento que ele ouve, que é o argumento da dificuldade, é o argumento da necessidade, do “é senhor, nós tamo aí no corre aê”. Mas é um argumento que não se sustenta. (Policial Militar 02, 2019)

Na visão do Policial Militar 02 (2019), o jovem que trabalha de carteira assinada e estuda à noite não chama a atenção das adolescentes do bairro. Para ele, mesmo que o jovem tenha carro, se ele não estiver engajado em uma gangue, ele não atrai a atenção, pois é visto “como um trouxa, um comunzeba¹⁸” (Policial Militar 02, 2019), conforme se expressa.

Para não se enquadrar dentre os comuns e chamar a atenção, o Policial Militar 02 (2019) explica que o jovem precisa ter o fenótipo parecido com o adotado pelos jovens integrantes das gangues, que muitas vezes se confunde com a maneira de se vestir, do linguajar e a caracterização do corpo, como o corte de cabelo, a sobrancelha e as tatuagens. Trata-se, do ponto de vista do entrevistado, de um comportamento de sobrevivência, já que para impor respeito perante os demais moradores, o jovem necessita ser reconhecido como pertencente àquele ambiente:

¹⁸ “Comunzeba” trata-se de um neologismo depreciativo para indicar alguém comum, sem destaque dentre a coletividade.

Mas quando o cara vai pra escola, que ele tem essa sacada de, “Pô eu só vou conseguir alguma coisa aqui [...] só vou chamar a atenção da menininha, da novinha, se eu começar a falar “Nó Zé!”, “É nós mano!”, “Aê, pode crê irmão!”, de ostentar arma, de querer mostrar que ele tá engajado [...]”. Faz parte da formação da identidade dele, então o pessoal adota isso até como sentimento de pertencimento. (Policial Militar 02, 2019)

Corroborando com essa visão, destaca-se a fala do entrevistado ao se referir ao comportamento e a autoestima do líder da Gangue do Lajão, diante do assédio exercido pelas mulheres sobre ele:

Ele falava que ele era o Brad Pit de Nova Contagem. “Ah, eu não posso fazer nada Dr., as menina tudo tão querendo me pegar”. Falei “Você pegou uma sapatão esses dias”. E ele “Mas as muié tão na fila Dr. eu não dou conta não, tô andando de carrão”. (Policial Civil 02, 2019)

Segundo o Policial Militar 01 (2019), a presença feminina no tráfico de drogas se dava, nas décadas passadas, em razão de parentesco ou envolvimento afetivo com algum membro da gangue, normalmente ocupante de funções de liderança e gerência. Para o Policial Militar 02 (2019) e Policial Militar 03 (2019), a participação das mulheres no tráfico de drogas tem crescido, principalmente, nas atividades de transporte de armas e drogas, muito na tentativa de despistar a polícia por não se enquadrarem no estereótipo de suspeição.

Sobre a atuação das mulheres e a remuneração na atividade do tráfico, o entrevistado menciona:

Uma adolescente que eu já fiz atendimento dela, ela ganhava mais do que eu no mês. Ela já falou que já chegou, assim, em época festiva tirar uns quatro mil reais, assim, em natal, carnaval, período de semana santa, feriados prolongados. Ela trabalhava na pista¹⁹. (Oficineiro do Fica Vivo, 2019)

De maneira contrária, a participação das mulheres nos crimes de maneira indireta não é algo recente. Muitas atuavam dando suporte no planejamento criminoso, conforme se observa nas narrativas: “A mulher que fazia o esquema com eles. Elas combinava “ah, tal dia ocê vem passear.” E ele vinha, igual bobo. Chegava lá e nós emboscava ele. Eu e esse colega meu, nós metia bala sem do” (Sorriso *apud* SANTOS, 2011, p. 86).

¹⁹ Na divisão funcional do tráfico de drogas, a “pista” é a função dos jovens que realizam a mercancia da droga nos pontos de venda, diretamente ao cliente, na modalidade varejista. As funções existentes na hierarquia das gangues serão apresentadas na seção seguinte, ainda neste capítulo.

No que se refere à faixa etária dos jovens integrantes de gangues, sabe-se que, de modo geral, não costumam ultrapassar a idade dos trinta anos, já que, normalmente, são mortos em conflitos armados (ROCHA, 2015). Nesse sentido, destaca-se a fala do jovem envolvido com o tráfico sobre as possibilidades para o futuro: “Ou mata ou morre ou, então, ocê vai preso” (Cabeça *apud* SANTOS, 2011, p. 74).

Se o cara tiver trinta anos é por que ficou preso muito tempo, ou então ele é o patrão e não põe a mão no negócio, por que já matou muita gente pra estar ali se segurando. Os patrões têm trinta, quarenta, quarenta e cinco anos. Mas no geral, são vinte, vinte e poucos, não passam muito disso não. Quando a gente vê um de vinte e oito a gente fala que ele está velho. Para o tráfico está velho, vinte e oito anos. (Policial Civil 02, 2019)

Com relação a essa consciência do jovem quanto à possibilidade de morrer por estar envolvido na atividade criminosa, observa-se a resposta fornecida por um deles ao ser aconselhado por um dos entrevistados para que saísse do crime para preservar sua própria vida:

E a resposta que ele me deu, até me surpreendeu. Ele disse que se ele ficasse dois, três anos, na vida que ele escolheu, que ele ia comer do bom e do melhor, que ele ia vestir aquilo que ele queria. Então ele preferia dois, três anos no tráfico, mas ter uma vida de rei, uma vida em que ele poderia comer, beber e vestir aquilo que ele quisesse, de ostentação, do que ele sair do crime e as vezes arrumar um emprego pra ganhar um salário. Ou seja, então ele preferia ter dois, três anos de vida, vivendo ali de ostentação, do que procurar um serviço digno e ganhar um salário mínimo pro resto da vida dele. (Policial Militar 03, 2019)

Destaque-se que, não se trata de um desejo de morte do jovem, mas sim da consciência do risco, da possibilidade e de uma decisão que considera na balança este risco e o usufruto, ainda que por pouco tempo, da qualidade de vida proporcionada pela remuneração nas gangues. Apesar da consciência do risco a que estão sujeitos, estes jovens não acreditam que acontecerá com eles. No Direito Penal esta consciência quanto ao resultado possível, apesar da crença de que ele não ocorrerá a doutrina denomina “culpa consciente”.

3.5 A estrutura

Partindo-se dos estudos de Misse (2007) e Zilli (2011) acerca da territorialização dos conflitos e das questões simbólicas que permeiam a formação das gangues, pressupõe-se um nível de organização hierarquizada interna, pautada em normas próprias. Para melhor compreensão acerca da existência e dinâmica da hierarquia verificada no tráfico de drogas no bairro Nova Contagem e imediações, serão tratadas as funções exercidas pelos indivíduos dentro das gangues, de acordo com informações obtidas em entrevistas.

Considerando a localização geográfica do bairro Nova Contagem, situado em área afastada do polo industrial e comercial, adjacente a outros bairros residenciais construídos recentemente, o Policial Militar 02 (2019) acredita que o tráfico de drogas seja destinado ao consumo dos próprios moradores da região, também chamado de auto-consumo. Isso por que Nova Contagem não possui motivos que atraiam a presença de compradores de drogas oriundos de outras regiões da cidade, já que as substâncias podem ser adquiridas em qualquer outro local mais próximo de suas residências ou trabalho. Pelo contrário, a localização geográfica da região, em relação aos centros comerciais, e a grande área rural em seu entorno, são fatores que dificultam o acesso ao bairro.

Mas ainda assim, segundo ele, o comércio movimenta valores razoáveis de dinheiro. Para exemplificar, o entrevistado narra uma apreensão de dinheiro que estava com um adolescente no ponto de venda de drogas: “Na VC Três, por exemplo, vendia tanto, que já chegou ter uma ocasião, que eu apreendi três mil e duzentos reais em dinheiro lá.” (Policial Militar 02, 2019).

Sobre a existência de uma hierarquia no tráfico de drogas em Nova Contagem, o Policial Militar 02 (2019) conta que um integrante de gangue, após ser preso, explicou aos policiais militares o organograma do tráfico de drogas no bairro, mencionando que, naquela época, a droga que abastecia a gangue para o qual trabalhava, era originária da cidade de Três Marias, região central de Minas Gerais:

Teve uma vez que nós pegamos um menino, que ele deu pra nós o organograma do tráfico ali em Nova Contagem. Ele passou pra gente quem era o distribuidor [...] que não ficava lá. Era um cara mais velho, cabelo branco, tal. E até um traficante das antigas, que quando eu era menino esse cara já traficava, a polícia federal já até prendeu ele. (Policial Militar 02, 2019)

Conforme descreve o Policial Militar 02 (2019), no segundo escalão estariam os donos das “bocas de fumo”, vulgarmente conhecidos como “patrão”, os quais lideravam as gangues de acordo com o território. De modo geral, os líderes das gangues iniciaram seu envolvimento no crime, ainda crianças ou adolescentes, exercendo funções executórias e, com o tempo, ascendem na carreira criminal.

Na entrevista realizada por Santos (2011), o jovem que havia liderado uma gangue, ao ser questionado sobre o que é preciso para estar à frente de um grupo criminoso, respondeu ser preciso “ter cabeça demais” e que para isso era preciso “ter maldade” (Cabeça *apud* SANTOS, 2011, p. 64). Entendemos que a maldade a que se refere o entrevistado esteja relacionada à disposição para emprego da violência, ainda que cruel, na regulação das condutas e aplicação de sanções no território, ainda que esta não seja a única característica necessária para a ascensão à liderança da gangue,

No caso do território analisado, os líderes das principais gangues são, em sua maioria, de acordo com os entrevistados e analisando suas fotografias, brancos e pardos, ou seja, com cor muito próxima dos demais moradores do bairro. Conforme descreve o entrevistado: “quase todos eles, comparado com a população de lá, são quase brancos mesmo.” (Policial Civil 02, 2019).

De acordo com o Policial Civil 02 (2019), atualmente, os líderes das gangues da região do bairro Nova Contagem, em sua maioria, possuem idades próximas ou acima de 30 anos. Segundo ele, estes líderes iniciaram as atividades criminosas no início da adolescência e por terem assumido protagonismo nas gangues, tornaram-se alvos dos órgãos públicos de modo a ser possível a sua prisão para retirada do convívio social. O Policial Civil 02 (2019) imputa ao encarceramento a razão por estes traficantes terem sobrevivido para além da média de idade dos demais jovens integrantes de gangues. Conforme explica o entrevistado: “Olha, só chega pra beira dos trinta quem é preso. Quem não é preso morre cedinho, cedinho.” (Promotor de Justiça, 2019).

Para compreender como a gangue consegue coordenar as diversas atividades ilícitas subordinadas a ela, o Oficineiro do Fica Vivo (2019) conta que o trabalho é dividido funcionalmente entre os seus integrantes e assegurado por um fluxo de comunicação eficiente. Sobre essa estrutura hierarquizada, ele conta que os líderes das gangues possuem conhecimento prévio acerca dos crimes de homicídio

cometidos pelos seus comparsas, o que demonstra um controle organizacional do crime pela gangue: “Há uma discussão do fato. Antes de o fato ocorrer, há uma discussão do fato. Ele co-participa com as orientações. É um fluxo que eles seguem, e isso organiza a comunicação deles. É uma comunicação muito organizada.” (Oficineiro do Fica Vivo, 2019).

Ainda conforme as informações passadas pelo jovem ao Policial Militar 02 (2019), no terceiro escalão estariam os gerentes e matadores das respectivas gangues, com idades a partir de quinze anos. Segundo o entrevistado, os gerentes seriam responsáveis por recolher o dinheiro arrecadado nos pontos de vendas e distribuir as drogas para serem comercializadas nas “bocas de fumo”. Por ser uma função com acesso ao estoque de drogas, bem como ao montante do dinheiro, é considerada uma função de confiança, conforme explica:

Gerente é o cara, é o braço direito dele. O cara que gerencia, o cara que faz contato com as mulas, com os olheiros, com o matador. Geralmente gerente recolhe dinheiro, passa lá, recolhe o dinheiro, mas ele não fica na pista não. Não fica no local determinado pra venda. (Policial Militar 02, 2019)

Para melhor compreensão acerca da relação de superioridade exercida pelos gerentes das gangues, o Policial Militar 04 (2019) conta que, em 2019, recebeu informação de que um veículo estaria distribuindo drogas nas bocas de fumo e recolhendo o dinheiro do tráfico da Gangue do Lado B. Após rastreamento, o veículo foi encontrado com o irmão e o sobrinho do líder da gangue, os quais foram presos com drogas e dinheiro (REDS, 2019). Segundo o entrevistado, enquanto aguardavam na delegacia os trâmites do flagrante, os presos conversaram entre si sobre punir o adolescente que estava vendendo drogas próximo do local onde foram abordados, pois esperavam dele a conduta de assumir a posse dos materiais ilícitos já que, sendo menor de idade, não responderia penalmente pelo crime, além de inocentarem dos gerentes.

Ainda de acordo com as informações do Policial Militar 02 (2019), os “matadores” seriam os integrantes das gangues com atribuição de matar pessoas, bem como realizar a segurança dos pontos de vendas de drogas, impedindo que rivais ataquem o território e o ocupem. Segundo ele estes criminosos estariam, constantemente, armados para executarem esta missão, razão pela qual são também presos, repetidas vezes, pelos órgãos de segurança pública por porte de

arma. Cita-se como exemplo um adolescente, integrante da Gangue da VL Dezessete que “era um cara que matava a sangue frio mesmo, matava com força mesmo” (Policial Militar 02, 2019) e que já havia sido preso várias vezes, na média de uma prisão por mês em 2012, pela mesma guarnição policial portando arma de fogo em via pública (REDS, 2012).

O Policial Militar 02 (2019) explica que a estrutura do tráfico conta ainda com olheiros, vulgarmente chamados de “vapor”, que ocupam o quarto escalão da gangue. A função do olheiro é, como o próprio nome remete, a atividade de observar o ambiente e repassar informações aos membros das gangues, seja sobre a presença da polícia, de integrantes de gangues rivais ou sobre o ambiente de modo geral. Os olheiros já foram conhecidos como “fogueteiros” no passado, época em que soltavam foguetes como forma de sinalizar situações de anormalidade no território:

[...] É o fogueteiro que avisa quando a polícia vem. O gerente fica pelo telefone, em casa, se precisar de mais ele traz ou manda buscar. Mas, quem fica na linha de frente tomando conta de tudo é o fogueteiro. E tem que ficar ali o tempo todo. Sempre tem um de dia e outro de noite pra vigiar os que estão vendendo (Mestre sem título *apud* SANTOS, 2011, p. 98)

Porém, conforme explica o Policial Militar 02 (2019), com a disseminação da tecnologia e dos meios de comunicação, a sinalização passou a ser silenciosa e discreta graças a aplicativos de mensagens instantâneas.

Ainda de acordo com suas experiências, o Policial Militar 02 (2019) explica que no quinto escalão da gangue estariam os “pistas” ou “aviõezinhos”, jovens que realizam a mercancia da droga nos pontos de venda, diretamente ao cliente, na modalidade varejista também denominada “formiguinha”. Essa modalidade de venda consiste no vendedor portar consigo pouca quantidade de substâncias, e à medida que realiza as vendas, busca mais mercadorias que estão escondidas em um local próximo de onde se encontra.

Na percepção do Policial Militar 02 (2019), estes jovens que estão nos últimos escalões, em sua maioria esmagadora, são menores de idade, razão pela qual a remuneração deles não é, em si, atrativa. Porém, quando comparada ao trabalhador da atividade formal lícita a remuneração do jovem torna-se atraente, considerando que o fluxo comercial é alto e que cada jovem comercializa, em média, três

“bombas” por dia, sendo remunerado na proporção, o jovem consegue obter uma média diária de cem reais. Corrobora com isso a fala do policial civil:

Isso pra quem não tem estudo, pra quem não tem nada, só fica na rua, isso é dinheiro demais [...]. Em menos de dez dias ele recebe o equivalente a um salário mínimo recebido por um trabalhador de carteira assinada que precisa trabalhar o mês inteiro. Às vezes eles recebem cinquenta reais pra venderem uma “bomba” com treze itens, às vezes eles pegam dois pra si, referente à “bomba” vendida. Se ele não utiliza essa droga e a vende, por trinta reais cada uma, o dinheiro fica como remuneração comissionada. (Policial Civil 02, 2019)

Toda essa descrição acerca das funções exercidas na gangue pode ser observada também na narrativa do jovem entrevistado por Santos (2011):

O cara vai e te faz o convite. E você vai e começa a fazer aviãozinho. Vai entregar a droga no outro bairro, em outra cidade. E depois ele vira traficante. Traficante assim só vende. Tipo um vapor. Ele vai ficar droga lá e a truta vem e sai vazado²⁰. Ai tem o cara que fica vigiando, vigiando o movimento. Quando a polícia vem eles gritam, soltam foguete, avisa e tal. E aí os que estão vendendo, que é os vapor, corre e vai embora. E depois disso aí tem o gerente que toma conta de tudo, da droga, de tudo. Ai depois vem o patrão que é o que manda em tudo mesmo. Mas, ele nunca fica aqui (Mestre sem título *apud* SANTOS, 2011, p. 98)

Sobre a possibilidade de ascensão do jovem no tráfico, um dos entrevistados por Santos (2011) diz que “Tem que mostrar serviço, né. Tem que vender mais, tem que se destacar no meio dos outros. E também tem que ter disposição”, descrevendo a disposição como o ato de “[...] chamar as coisa pra si, matar, roubar [...]” (Mestre sem título *apud* SANTOS, 2011, p. 95). A ascensão na hierarquia do tráfico de drogas não está pautada apenas nessa disposição de cometer crimes e assumir para si a responsabilidade de seus atos e decisões, pois muitos jovens agem desta maneira mas permanecem em nível mais baixos da estrutura. Porém, ao se analisar o histórico de violência de alguns dos líderes de gangues, observa-se que este comportamento agressivo e proativo na resolução das demandas compõe sua personalidade.

²⁰ Esta frase, apesar de incompreensível, foi transcrita desta maneira no texto original.

4 AS GANGUES E AS “GUERRAS”²¹

A partir dos anos de 2006 e 2007, com base no trabalho realizado desde a implantação do GEPAR, foi possível que os órgãos de segurança pública construíssem o organograma das principais gangues atuantes em Nova Contagem e suas vilas. De acordo com o Policial Militar 01 (2019), este trabalho foi possível porque neste período as gangues desenvolveram e fortaleceram a identidade de grupo e a delimitação do território de cada uma.

As principais gangues catalogadas são nomeadas por seus próprios membros com base em características físicas que remetam ao território, como o nome da rua, sua localização ou uma construção, conforme observaram os entrevistados (Policial Militar 01, Policial Militar 02, Policial Militar 03, 2019). Nesse sentido, um deles afirmou: “Os grupos se dividem por ruas. Muito vinculados à questão territorial. E eles tentam respeitar ao máximo isso. Só não se respeita quando é para o conflito entre os grupos.” (Oficineiro do Fica Vivo, 2019).

Em relação à consciência que os integrantes das gangues têm acerca da referência de segurança que o território lhes garante e do acatamento deles às regras informais de limitação de acesso, o entrevistado comenta sobre os períodos de conflito: “Eles não saem para lugar nenhum. Por exemplo, eles podem adoecer, mas se a rivalidade deles está perto da UPA, eles não vão na UPA. Quando estão em conflito, eles ficam muito dentro daquele território. Eles não circulam.” (Oficineiro do Fica Vivo, 2019).

Ao ser questionado com relação a quais moradores se aplica a restrição de acesso a determinados territórios, o Oficineiro do Fica Vivo (2019) respondeu que esta limitação aplica-se apenas aos jovens envolvidos com as gangues e, que os demais moradores que não possuem trajetória de envolvimento com o crime podem circular livremente por todos os territórios da região.

Ao ser questionado sobre quais as principais gangues que atuavam no território, a partir de 2010, o entrevistado enumera:

O Coreto, a Hércules, uma lá da rua quarenta e três [...], mas muito inteligente essa gangue da VL quinze, tinha uma do Beira Campo, dos

²¹ “Relações duradouras de rivalidade violenta entre gangues nas quais as partes envolvidas buscam mutuamente a eliminação dos rivais baseadas em uma série de justificativas morais.” (ROCHA, 2015, p. 289)

Predinhos [...], nossa, como deu trabalho esses predinhos, lá teve muito homicídio com esse pessoal daqui [de Nova Contagem]. (Oficineiro do Fica Vivo, 2019)

IMAGEM 6 – MAPA COM LOCALIZAÇÃO DAS GANGUES NO TERRITÓRIO



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

QUADRO 1 – GANGUES CATALOGADAS NO TERRITÓRIO

NOME	REFERÊNCIA NO TERRITÓRIO	BAIRRO/ VILA
Gangue do Lajão	Laje de imóvel comercial localizado na Av. VP Dois	Vila Renascer e Esmeraldas/MG
Gangue da VC Três	Rua VC Três	Bairro Nova Contagem
Gangue do Retiro	Rua Retiro das Esmeraldas	Bairro Retiro
Gangue da PAS	Rua Patrícia Aparecida dos Santos	Vila Estaleiro
Gangue do Beco São José	Beco São José	Vila Estaleiro
Gangue da Vila Estaleiro		Vila Estaleiro
Gangue do Lado B	Área de circulação da linha de ônibus Nova Contagem “B”	Vila Esperança
Gangue da VL Trinta	Rua VL Trinta	Bairro Nova Contagem
Gangue da Grota	Característica geográfica do terreno próximo à rua VL Trinta	Bairro Nova Contagem
Gangue da Hércules	Rua Hércules e Beco São João Batista	Bairro Nova Contagem
Gangue do Coreto	Praça do Coreto	Vila Feliz
Gangue do Beira Campo	Proximidades do campo de futebol	Bairro Nova Contagem
Gangue do Pasto/ Predinhos	Prédios construídos sobre área de pastagem	Bairro Retiro

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Tal como concluído por Rocha (2015) sobre os conflitos existentes em aglomerado de Belo Horizonte, no território analisado não existe uma disputa única envolvendo um único fato ou objetivo capaz de mobilizar todas as gangues identificadas no território, mas sim diversos conflitos entrelaçados entre si, formando ciclos cada vez mais complexos de homicídios, dificultando a compreensão sobre a origem, ou fato inicial motivador. Nessa guerra “cada participante eliminado integra uma rede ou grupo, cujos aliados eventualmente podem, e provavelmente vão, vingá-lo, atacando seus algozes.” (ROCHA, 2015, p. 289).

Antes da apresentação dos relatos sobre alguns crimes de homicídio ocorridos em Nova Contagem, cumpre esclarecer que não há pretensão em esgotar todos os fatos e concatená-los em uma rede sem embaraços, já que isso não é possível, visto a limitação das fontes sobre os episódios e pessoas, bem como pela impossibilidade absoluta de obter a versão pessoal de todos os envolvidos, ainda que maculada pela máxima de que toda verdade possui dois lados, considerando-se o ponto de vista dos narradores. Destaca-se, portanto que os fatos são apresentados a partir da percepção de integrantes do sistema criminal e de justiça, conforme esclarecido na metodologia. Porém, ao apresentar diversos crimes de homicídio narrados e documentados busca-se corroborar com a afirmação de Rocha (2015), segundo a qual essas trajetórias pessoais precisam ser inseridas em um discurso de revanchismo mais amplo da gangue, compondo assim a cadeia ou rede de crimes anteriores.

Por questões didáticas e visando possibilitar a melhor compreensão sobre a localização de cada uma no território, além de suas relações com as demais gangues, elas serão abordadas em tópicos separados e fora da ordem cronológica, já que a narrativa de fatos conforme a data, por envolver diversos personagens e gangues, dificulta a compreensão do papel de cada uma no contexto geral.

4.1 Gangue do Lajão

Diferentemente das demais gangues situadas na região central de Nova Contagem, o território da Vila Renascer nunca foi palco de rivalidades entre torcidas organizadas, pois de acordo com o Promotor de Justiça (2019), os conflitos ali

sempre envolveram moradores que integravam quadrilhas de roubos e disputas por territórios de tráfico de drogas.

O líder dessa gangue iniciou suas atividades criminosas, no início dos anos 2000, com a venda de drogas, como outro adolescente local, sem relevância no território criminoso ao qual pertencia. Porém, segundo o Promotor de Justiça (2019), em 2005, o vendedor de drogas auxiliou outros dois traficantes na fundação de uma gangue a qual, posteriormente, seria denominada Gangue do Lajão. O nome da gangue faz referência à laje de um estabelecimento comercial, construído na parte baixa do bairro, local no qual eram comercializadas as drogas pelos integrantes da gangue que se formou (Policial Militar 01; Policial Militar 03; Promotor de Justiça, 2019). Os entrevistados não dispunham de informações sobre como se desenvolveram as relações sociais que viabilizaram o surgimento dessa gangue.

Esclarece o Policial Militar 01 (2019), que a Gangue do Lajão possui outros pontos de venda de drogas ao longo da Avenida VP Dois, na região “A” do bairro Nova Contagem, a qual está próxima da Vila Renascer. Um longo trecho desta avenida consiste no marco de divisão territorial entre os municípios de Contagem e Esmeraldas. Sobre a extensão do território dominado pela gangue, e a importância do fator geográfico para seu empoderamento ao longo dos anos, destaca-se:

O Lajão tem a Vila Renascer, o Lajão tem a VP Dois, né? Por que a VP Dois todinha é do Lajão, mais a Vila Renascer. E a Vila Renascer é um território formado, sobretudo, por becos onde as incursões policiais são mais dificultadas, certo? Então o Lajão está encastelado ali. (Promotor de Justiça, 2019)

De acordo com o Policial Civil 01 (2019), a Gangue do Lajão foi, por muito tempo, distribuidora de drogas para as demais gangues parceiras, principalmente no início do envolvimento delas com o tráfico de drogas, no final dos anos 2000. Segundo levantamentos dos órgãos de segurança pública, a droga era adquirida pelos líderes da Gangue do Lajão de criminosos de um aglomerado urbano de Belo Horizonte, com os quais mantinham relações de proximidade e parceria (Policial Civil 01, 2019).

Segundo o Promotor de Justiça (2019), desde sua fundação, a violência é uma das principais características da Gangue do Lajão. Ele explicou que seus integrantes protagonizaram diversos conflitos, nos anos de 2006 a 2009, em especial, contra traficantes da Vila Renascer, até que o líder desta gangue foi

assassinado, em 2010, (REDS, 2010) e a Gangue do Lajão estabeleceu controle sobre todo o território dominado por ela, estendendo tal controle, posteriormente, para os bairros vizinhos, situados na cidade de Esmeraldas.

No mesmo período, a Gangue do Lajão protagonizou conflitos com traficantes da Gangue da VC Três e da Vila Rato Molhado, localizadas na parte “A” de Nova Contagem, conforme relatou o Promotor de Justiça (2010). Porém, após 2010, com a intervenção pública de urbanização e reassentamento das famílias no conjunto habitacional do bairro Retiro, a Gangue da Vila Rato Molhado perdeu quase todo o seu território físico, o que contribuiu para a sua extinção enquanto grupo autônomo e o recrutamento de seus ex-integrantes por outras gangues.

O Policial Militar 01 (2019) e o Promotor de Justiça (2019) apontaram que com o passar dos anos o líder da Gangue do Lajão tornou-se um homicida ferrenho, destacando sua violência com punições aplicadas contra rivais, usuários de drogas que não pagavam suas dívidas e contra membros da própria gangue que se destacavam no grupo a ponto de, aos olhos do líder, ameaçar seu poder por se tornarem referência no círculo social do crime. Sobre esse processo de ascensão e protagonismo:

Lá nos primeiros inquéritos ele era um nada. E, quando eu saí de Nova Contagem, em 2017, ele era o traficante mais, é... o dono do pedaço. Claro que ele já vinha sendo citado, desde o início. Algumas ocorrências citavam ele com um porte de arma aqui, com um tráfico pequeno ali, mas você via que a ascensão dele era muito nítida. Era muito nítido que ele passou por um nível de ascensão dentro do crime. (Policial Civil 02, 2019)

Nos anos de 2013 e 2014, o líder da Gangue do Lajão realizou diversos ataques contra integrantes da Gangue da Vila Estaleiro, já que, após o surgimento desta, os integrantes da Gangue do Beco São José deixaram de se submeter ao domínio da Gangue do Lajão, segundo o Policial Civil 01 (2019). O líder da Gangue do Lajão chegou a ser preso após tentar matar uma das vendedoras de drogas que integravam sua gangue (REDS, 2014), mas, de acordo com o Policial Civil 01 (2019), foi colocado em liberdade, equivocadamente, por erro na baixa dos mandados de prisão.

Vingativo e intolerante foram adjetivos utilizados pelo Policial Militar 01 (2019) para descrevê-lo. De acordo com informações dos órgãos de segurança pública integrantes do GIE (2019), o líder da Gangue do Lajão teria determinado que um dos

membros da gangue fosse morto (REDS, 2016), em razão dos diversos crimes de homicídio que estariam sendo imputados à vítima, assegurando a ela fama e reconhecimento no “mundo do crime”.

Outra característica destacada pelo Policial Militar 01 (2019) sobre o líder da Gangue do Lajão é a habilidade de recrutar integrantes de outras gangues, ainda que rivais, para trabalharem em sua gangue na função de “matadores”. Entretanto, a prática de matar todos os integrantes da própria gangue que se destacavam no crime, também chamada de autofagia, se aplicava, principalmente, aos “matadores” da gangue, já que a ascensão destes baseada nas práticas violentas era entendida pelo líder como ameaça à sua liderança:

Ele tem os matadores dele, mas quando ele vai sentir que os matadores dele estão tendo uma certa força, ele mata, executa, por que eles podem matar ele uê. Ele vai dar mole de ficar? Não dá mesmo. Ele dá asa pro cara, ele dá muita asa pro cara, na hora que ele vê que o cara está chegando num patamar, ele corta a asa dele. (Policial Civil 01, 2019)

Sobre essa prática, o Policial Militar 01 (2019) e o Policial Civil 01 (2019) recordaram sobre um jovem que, segundo os órgãos de segurança, era suspeito de cometer muitos homicídios em nome da Gangue do Lajão, entretanto foi morto sobre a laje que dá nome à gangue e teve seu corpo jogado, em via pública, sendo a autoria atribuída a um representante do líder da gangue, o qual já havia tentado contra a vida da vítima em outras ocasiões (REDS, 2016).

Na percepção do Policial Militar 01 (2019), um dos maiores homicidas existentes em Nova Contagem, um adolescente, integrante da Gangue da VC Três, teria sido recrutado pelo líder da Gangue do Lajão para trabalhar na função de “matador”. O jovem era morador de uma das ruas situadas entre o território dominado pelas duas gangues e já havia sido vítima de tentativa de homicídio (REDS, 2014) cometida por integrantes da Gangue do Lajão, sua então rival e para a qual passou a trabalhar em meados de 2015. No ano de 2015, o adolescente foi apontado como suspeito de cometer diversos homicídios em nome do líder da Gangue do Lajão (REDS, 2015), além de diversos crimes como receptação, tráfico de drogas e posse/porte de armas de fogo. Pelo seu envolvimento com diversos crimes o adolescente foi internado em unidade sócio educativa, no ano de 2016, porém, após fugir, foi morto em frente a casa de seus familiares (REDS, 2017), pelas

mãos do representante do líder da Gangue do Lajão, já que esse encontrava-se preso (Policial Militar 01, 2019).

Segundo o Promotor de Justiça (2019), a ascensão desse adolescente perante os demais integrantes da gangue motivou a autofagia determinada pelo líder da Gangue do Lajão, por que, segundo ele “quanto mais você mata, mais nome você faz e ele acabou se julgando mais relevante do que era.” (Promotor de Justiça, 2019).

De acordo com informações do Policial Militar 01 (2019) e do Policial Civil 02 (2019), o líder da Gangue do Lajão teria recrutado, também, outros três importantes gerentes da Gangue do Beco São José, localizado na Vila Estaleiro, que tiveram trajetórias de ascensão semelhantes na Gangue do Lajão. Em 2014, um deles, que já se encontrava residindo na área de atuação da Gangue do Lajão, ignorando sua vinculação com o território no qual cresceu, qual seja, a Vila Estaleiro, foi morto por diversos disparos de arma de fogo (REDS, 2014). O outro, que de igual maneira havia passado a residir na Vila Renascer, território dominado pela Gangue do Lajão, foi morto, em 2015, dentro de sua residência após receber os assassinos em sua casa para conversarem. Na ocasião, a esposa e o filho da vítima estavam presentes, mas se negaram a informar aos órgãos de segurança quem eram os autores (REDS, 2015). Outro integrante da Vila Estaleiro foi recrutado para trabalhar nas atividades de tráfico de drogas e homicídios para a Gangue do Lajão, porém, de acordo com o Policial Militar 01 (2019) e o Policial Civil 01 (2019), foi preso e retirado do convívio social, razão pela qual não chegou a ser morto.

Rocha (2015) aponta que, como os ataques e os crimes são cometidos de maneira abrupta, de surpresa, a desconfiança, a traição e a covardia são condutas que permeiam o cotidiano dos jovens envolvidos em gangues, e por isso eles buscam se relacionar com pessoas com as quais tenham convivido há muito tempo, como vizinhos e parentes, na tentativa de reduzir as possibilidades de serem traídos ao se envolverem com um recém conhecido. Porém, diante da capacidade do líder da Gangue do Lajão em cooptar integrantes de outras gangues para trabalharem para ele, fica sem explicação o fato destes jovens, acostumados com o ambiente da desconfiança, mesmo cientes do comportamento de autofagia do líder da gangue, se submetem ao risco de pertencer à uma gangue diversa da do seu território de origem.

Segundo informações passadas pelo Policial Militar 01 (2019) e o Policial Civil 02 (2019), as atividades desenvolvidas pela Gangue do Lajão eram apoiadas pela família do líder, em especial seus irmãos que ocupavam funções de gerência e o representavam perante o grupo nos períodos em que o líder estava preso. Em pesquisas realizadas no sistema REDS foram localizadas diversas ocorrências policiais nas quais os parentes próximos do líder da Gangue do Lajão constam como autores de crimes referentes à substâncias entorpecentes e homicídios. Destaca-se, dentre estas, ocasião em que os irmãos do líder da gangue se envolveram em troca de tiros com policiais militares durante operação de repressão e combate ao tráfico de drogas (REDS, 2010). Apesar do fato ocorrido em 2010, o Policial Militar 01 (2019) salientou que esta foi uma das raras ocasiões em que criminosos trocaram tiros com policiais na região do bairro Nova Contagem.

Com a visibilidade adquirida pelo líder da gangue e seus familiares mais próximos, o Policial Civil 02 (2019) explicou que os órgãos de segurança pública e justiça criminal se esforçaram para manterem presos estes criminosos. Porém, segundo o Policial Militar 01 (2019), mesmo de dentro do sistema penitenciário, eles emitem ordens e diretrizes para que seus representantes cometam crimes, em especial de homicídio, conforme se verifica também nas narrativas das testemunhas de diversos boletins de ocorrência (REDS).

4.2 Gangue da VC Três e VL Dezesete

A Gangue do Lajão nutria uma antiga rivalidade, com expoentes de violência em meados de 2012 e 2013, contra os membros da Gangue da VC Três, aponta o Policial Militar 01 (2019). O território ocupado pela Gangue da VC Três corresponde à rua VC Três e adjacências, nas proximidades da rua VL Quinze, além da área onde situava-se a extinta Vila Rato Molhado.

Trata-se de uma antiga gangue cujos fundadores eram cunhados, e tinham rivalidade com outras gangues além do Lajão. Uma delas era a como a Gangue do Coreto. Em 2009 (REDS, 2009), os líderes da Gangue da VC Três foram presos e informaram aos policiais militares que as armas que transportavam no momento da prisão seriam utilizadas para realizarem ataques contra os líderes e integrantes da Gangue do Coreto, já que em tentativa realizada dias antes não tiveram sucesso.

Segundo o Policial Militar 01 (2019), como a Gangue da VC Três possuía rivalidade com a Gangue do Coreto, a qual era inimiga da Gangue do Beira Campo, esta tornou-se parceira da primeira. Apesar da Gangue do Beira Campo e a Gangue da VC Três situarem-se em territórios próximos e contíguos, o que geograficamente poderia proporcionar conflitos por território para a venda de drogas, a rivalidade em comum nutrida por elas contra a Gangue do Coreto tornou-se mais relevante e determinante na relação entre elas do que os conflitos individuais decorrentes da vizinhança.

Segundo o Policial Militar 03 (2019), nem só conflitos externos marcaram a Gangue da VC Três que se destacou tal qual a Gangue do Lajão, pela autofagia. Assim, quando algum integrante destoava em meio aos demais, acabava sendo morto, como no caso de um dos principais homicidas do território que passou a ser ameaçado de morte por integrantes da mesma gangue a que pertencia, sofrendo diversas tentativas de homicídio antes de ser morto (REDS, 2013).

Destaca-se a morte, em 2013, de um adolescente responsável por vários homicídios e que, em um determinado mês “fez ao menos seis vítimas” (Policial Civil 01, 2019). Dentre os crimes cometido por ele, destaca-se a retaliação a um de seus amigos por ter denunciado à polícia o envolvimento do adolescente em diversos homicídios. O Policial Civil 01 (2019) explicou que a denúncia teria sido feita após um desentendimento entre eles, ocasião em que o adolescente teria ameaçado de morte o amigo durante a discussão e o matado horas depois de ter registrado a ocorrência (REDS, 2013).

Como já dito, muitos homicídios não estão relacionados diretamente à atividade comercial do tráfico de drogas, ou seja, compra, venda, dívidas e territórios. Mas o envolvimento com as gangues e a respeitabilidade que se espera impor à sociedade pelo pertencimento ao grupo criminoso, são relacionados pelo Promotor de Justiça (2019), ao menos, indiretamente, com o tráfico de drogas, já que todas as gangues de Nova Contagem têm como atividade essencial o comércio ilícito. Para exemplificar, narra o fato no qual um jovem, não envolvido com gangues do bairro, mas que estava embriagado em uma festa e teria paquerado a namorada do irmão de um integrante da Gangue da VC Três. Assim, integrantes da gangue procuraram o jovem para buscar esclarecimentos sobre o ocorrido. Porém o parente do jovem, que também estava embriagado, teria presenciado a atitude coativa dos

integrantes da gangue, e teria dito a eles que comunicaria o ocorrido ao líder da Gangue do Lajão, momento em que o cunhado da adolescente o matou (REDS, 2016).

O entrevistado conclui que, “quem vira comédia morre, por que comédia qualquer um mata” (Promotor de Justiça, 2019) e que, se o traficante não matasse a vítima naquela ocasião ele se tornaria motivo de chacota, perdendo o respeito dos demais criminosos e da comunidade, impactando assim no domínio que a gangue possui sobre o território do tráfico. Nesse sentido também entende este pesquisador e por isso relaciona indiretamente o tráfico a tal homicídio.

De acordo com o Policial Militar 02 (2019), após a prisão dos líderes da gangue em 2009, a irmã de um deles, que era esposa do outro, assumiu a liderança da gangue enquanto representante deles. Por estar foragida da justiça, não podendo permanecer no território, e considerando a prisão ou morte de diversos outros membros da gangue, o grupo encontra-se, atualmente, sem grande expressividade no cenário local.

Para o Policial Militar 02 (2019), o território dominado pela Gangue da VC Três foi considerado, por algum tempo, um dos locais de maior movimentação e comércio de drogas no bairro Nova Contagem, em razão de sua localização estratégica, e por isso era alvo de consecutivas operações policiais:

Esse tráfico da VC Três, vamos dizer assim, sem arrogância minha, sem pedância nenhuma, a minha guarnição acabou com esse tráfico na VC Três uma época. Por que o tráfico lá era forte, só que nós começamos a bater tanto lá que a gente foi acabando com esse tráfico lá. A gente foi pegando, prendendo, prendendo, prendendo, era quase todo dia a gente prendia lá. E as operações eram, às vezes, muito rigorosas, incisivas. (Policial Militar 02, 2019)

Sobre essa capacidade da pressão policial de impor mudanças nos cenários do tráfico de drogas em áreas pobres, Daudelin e Ratton (2017) se referem como “superpoliciamento” do mercado ilegal. Segundo os autores, essa atuação incisiva cria um paradoxo, segundo o qual possibilita a manutenção e/ou aumento da violência envolvendo os traficantes e usuários, por meio de conflitos pela tomada de poder, dissidências nas gangues e competições territoriais pelo enfraquecimento de algumas delas (DAUDELIN, RATTON, 2017).

Nesse sentido, o Policial Militar 02 (2019) explica que ocorreu o desmantelamento temporário e enfraquecimento da gangue, entretanto, com o

tempo o comércio ilegal acabou migrando para ruas adjacentes, como a VL Dezessete. Além da atuação constante da Polícia Militar no local, outro fator que contribuiu para a migração do principal ponto de tráfico da gangue para a VL Dezessete, na visão do Policial Militar 03 (2019), foram as intervenções urbanísticas desenvolvidas pelo poder público que dificultaram a ação dessa gangue no antigo ponto de venda de drogas:

Atualmente lá tem uma praça, uma quadra poliesportiva feita pela prefeitura, e esses indivíduos traficavam próximo a essa quadra, então dificilmente alguém, de bem, frequentava essa praça e também essa quadra. A prefeitura revitalizou a praça, e hoje se vê cidadão de bem, crianças e idosos frequentando tanto a praça quanto a quadra. (Policial Militar 03, 2019)

A situação delicada de vulnerabilidade e instabilidade da Gangue da VC Três, ocasionada pela perda do território original, a ausência de um representante da gangue pessoalmente no território à frente das atividades ocasionando a perda de identidade central, bem como os sucessivos prejuízos financeiros decorrentes da atuação policial repressiva, viabilizou uma dissidência que culminou com a divisão do grupo e a formação de outra gangue, qual seja a Gangue da VL Dezessete, cujo líder era um dos ex-gerentes da Gangue da VC Três, segundo o Promotor de Justiça (2019) e o Policial Militar 01 (2019).

4.3 Gangue do Retiro

Outra gangue rival da Gangue do Lajão era a Gangue do Retiro, conhecida também pelo nome de seu líder fundador²². Territorialmente ela está localizada na rua Retiro das Esmeraldas, próximo da avenida VP Dois, dominada pela gangue rival. Segundo informações do Policial Militar 01 (2019), a cocaína comercializada pela Gangue do Retiro era considerada a de melhor qualidade pelos usuários.

O Policial Militar 01 (2019) explicou que os órgãos de segurança pública concluíram que essa gangue seria a responsável pela distribuição de armas de fogo e drogas para outras gangues da região, quais sejam, a Gangue da VC Três, a

²² O nome do líder da gangue será omitido, como o de todos os demais envolvidos citados ou entrevistados, buscando preservar suas identidades.

Gangue da VL Dezesete, a Gangue da Vila Estaleiro e a Gangue do Beira Campo. Todas essas, coincidentemente, rivais da Gangue do Lajão.

A rivalidade entre a Gangue do Retiro e a Gangue do Lajão se acirrou nos anos de 2013 e 2014, época em que o líder da Gangue do Lajão teria recebido um grande carregamento de pistolas calibre nove milímetros, oriundas do Paraguai e as vendido para integrantes das diversas gangues parceiras da região, segundo o Policial Militar 01 (2019). Essas armas são de uso restrito das forças armadas, conforme a legislação, e possuem alto poder de fogo, razão pela qual são cobiçadas por criminosos.

Para exemplificar a rivalidade entre elas, o Policial Militar 01 (2019) citou uma troca de tiros presenciada por policiais militares, em 2014, durante patrulhamento no bairro Retiro. Estando em uma rua paralela, os policiais escutaram disparos de arma de fogo e, ao se aproximarem do local, presenciaram diversos jovens com armas de fogo, efetuando disparos ao mesmo tempo em que corriam em busca de abrigos. O entrevistado explicou que alguns deles correram na direção da viatura policial, sem perceberem que se tratava da polícia, de tão concentrados que estavam no conflito. Na ocasião, um dos irmãos do líder da Gangue do Lajão foi atingido por disparo de arma de fogo, tendo que ser socorrido pela viatura policial (REDS, 2014). Segundo o Policial Civil 01 (2019), no inquérito foram juntadas provas de uma interceptação telefônica de traficantes do bairro Barreiro, em Belo Horizonte, na qual o líder da Gangue do Lajão teria contado detalhes dos preparativos para o ataque. Nenhum dos entrevistados mencionou a motivação para a realização de tal ataque, apenas ressaltaram a existência de rivalidade entre as duas gangues envolvidas.

Os entrevistados demonstraram que a Gangue do Retiro não apresenta expressividade em conflitos com outras gangues. Supõe-se que tal afastamento dos conflitos se dê pelo fato da gangue estar localizada fora do contorno traçado pelas avenidas que delimitam o bairro Nova Contagem, o que, consequentemente afasta geograficamente os seus integrantes. O bairro Retiro possuía divisa territorial com a Vila Renascer, território dominado pela Gangue do Lajão, através de uma rua, o que explicaria o conflito entre essas gangues devido à proximidade dos territórios. Sobre o distanciamento cabe apontar que, até 2010, um córrego a céu aberto separava os bairros Nova Contagem e Retiro, dificultando ainda mais o fluxo de pessoas entre eles.

4.4 Gangue da rua Patrícia Aparecida dos Santos (PAS)

A Vila Estaleiro está situada na área de Nova Contagem atendida pela linha B do transporte público e geograficamente ao lado da Penitenciária Nelson Hungria. Conforme o Policial Militar 01 (2019), uma das ruas da vila que margeia a penitenciária é a Rua Patrícia Aparecida dos Santos, local onde se formou uma gangue envolvida com o tráfico de drogas, cujo nome é a abreviação das iniciais do nome da rua, qual seja PAS.

Sobre o envolvimento da Gangue da PAS com os conflitos de torcidas organizadas ocorridos nos anos 2000, o Policial Militar 01 (2019) explica que muitos integrantes da torcida organizada do Atlético eram residentes na Vila Estaleiro, especificamente nas ruas Carlos Prates e Campina Verde, e nutriam uma rivalidade oriunda do esporte com os integrantes da torcida organizada do Cruzeiro que possuía sede em Nova Contagem. Um dos líderes da torcida organizada do Cruzeiro, bem como alguns de seus integrantes, eram moradores da Vila Esperança, situada, geograficamente, em frente à Vila Estaleiro, tendo como marco de divisão territorial a Via Principal Um, que dá acesso à penitenciária. A sede da torcida organizada do Atlético estava localizada na Via Principal Um, próximo ao Beco São José, na Vila Estaleiro, onde foram registrados muitos conflitos (Policial Militar 01, 2019).

O entrevistado explicou que a rivalidade entre as torcidas de futebol, com o passar dos anos, se materializou em conflitos armados entre os integrantes de gangues envolvidas com o tráfico de drogas, quais sejam, a Gangue do Lado B e da Grota contra a Gangue da PAS (Policial Militar 01, 2019).

Essa rivalidade e violência levaram muitos jovens a se armarem, conforme explica o entrevistado: “Onde tem tráfico, tem arma de fogo para segurar o território, vai haver conflito, e como ainda tinha essa questão da Máfia Azul contra a Galoucura, nós tivemos uma série de mortes nesse período” (Policial Militar 01, 2019). Nesse mesmo sentido de que a arma de fogo é percebida como instrumento de defesa é a fala do jovem entrevistado por Santos (2011):

Qualquer hora assim que alguém quiser matar ocê. Se oce tá com um ferro na mão, já era. Ocê não pensa não. Ah, se ocê tá com um ferro na mão ocê

está seguro né. É. Se ocê tá [...] vamos supor, igual eu que sou cheio de tumulto. Eu não ando, assim, muito desprevenido não. Não ando, assim, sem revólver não. Mas, eu, assim, depois que cara aí foi preso, não to andando armado não. Porque eu sei que ele está preso né. Agora, no dia que ele sair eu tenho que voltar a andar armado porque é um querendo a cabeça do outro (Sorriso *apud* SANTOS, 2011, p. 84 e 85).

Essa rivalidade entre os moradores da Vila Estaleiro contra os moradores da Vila Esperança e Ipê Amarelo, perdurou durante anos. Tanto que, de acordo com o Policial Militar 01 (2019) e o Policial Militar 01 (2019), em meados de 2012, após o enfraquecimento e extinção da Gangue da PAS, surgiram outras gangues que também não persistiram no território por muito tempo, se rendendo ao controle exercido pela Gangue do Lado B, conforme se verá adiante.

4.5 Gangue do Beco São José

Segundo o Policial Civil 01 (2019), na Vila Estaleiro existia também uma gangue de menor proporção, independente, situada no Beco São José, fundada e liderada pelo primo de um dos homens de confiança do líder da Gangue do Lado B.

No período de enfraquecimento da Gangue da PAS, alguns integrantes da Gangue do Beco São José foram recrutados para trabalharem no território da Vila Renascer, para a Gangue do Lajão, em uma tentativa expansionista conforme percepção do Policial Civil 01 (2019). Alguns dos jovens recrutados foram mortos, posteriormente, por determinação do líder da Gangue do Lajão por terem se destacado nas atividades criminais, conforme já apresentado neste capítulo (REDS, 2014; REDS 2015).

A submissão da Gangue do Beco São José à Gangue do Lajão pode ser percebida em um ataque armado (REDS, 2010) realizado pelo próprio líder da Gangue do Beco São José contra integrantes remanescentes da Gangue da PAS que não aceitavam se submeter ao domínio da Gangue do Lajão, de acordo com as informações do Policial Civil 01 (2019).

Segundo o Policial Civil 01 (2019), nos anos seguintes, em meados de 2011 e 2012, a Gangue da PAS foi extinta, em razão da prisão de muitos de seus integrantes e líderes, bem como por outros terem sido mortos em conflito com membros da Gangue do Lado B, da Grotta e do Lajão. Já a Gangue do Beco São José permaneceu associada à Gangue do Lajão até o fortalecimento de outra

gangue na Vila Estaleiro, em meados de 2012, época em que a parceria entre Lajão e Beco São José foi desfeita.

4.6 Gangue da Vila Estaleiro

Com a iminente extinção da Gangue da PAS, e a submissão da Gangue do Beco São José ao domínio da Gangue do Lajão, o Policial Civil 01 (2019) explicou que, em 2012, surgiu uma pequena gangue na Vila Estaleiro, a qual recebeu o nome de seu líder fundador²³, que abandonou o trabalho lícito para tornar-se traficante depois de adulto. Este se trata de um caso raro em que um adulto abandona o emprego lícito para se envolver com o tráfico de drogas, sem que, durante sua juventude, tenha se relacionado no ambiente do crime.

Tratava-se de um famoso padeiro da vila, o qual era reconhecido na comunidade por seu trabalho de qualidade, porém, em razão de dificuldades para se comunicar, sofria com gozações desde a infância. Segundo o Policial Militar 01 (2019), na percepção dos próprios moradores da vila, essa situação pode ter potencializado nele a necessidade de se ver respeitado naquele território, razão pela qual abandonou a profissão para tornar-se traficante.

Com a expansão e fortalecimento da Gangue da Vila Estaleiro, o líder da Gangue do Beco São José, também situada na vila, desistiu de se submeter ao domínio da Gangue do Lajão e, durante algum tempo, tentou manter-se independente, mas acabou por unificar as duas gangues do mesmo território, explicou o Policial Civil 01 (2019). Acredita-se que o encerramento da submissão tenha estimulado a rivalidade entre a Gangue do Lajão e a Gangue da Vila Estaleiro, a partir de 2013, mas os entrevistados não dispunham de informações que comprovassem tal hipótese.

Segundo o Policial Civil 01 (2019), apesar da Gangue da Vila Estaleiro não possuir vínculos com a extinta Gangue da PAS, o histórico de inimizade que envolvia os moradores da Vila Esperança e os moradores da Vila Estaleiro permaneceu, seja inicialmente pelas torcidas organizadas, seja pelos conflitos armados entre a gangue do Lado B e a Gangue da PAS.

²³ O nome do líder da gangue será omitido, como o de todos os demais envolvidos citados ou entrevistados, buscando preservar suas identidades.

O Policial Militar 03 (2019) e o Policial Civil 02 (2019) explicaram que, no período de 2013 a 2016, o líder da Gangue da Vila Estaleiro desencadeou diversos ataques armados contra integrantes e aliados da Gangue do Lado B, já que essa gangue tentava expandir seu território de atuação, instalando pontos de venda de drogas na Vila Estaleiro. De acordo com o Policial Militar 03 (2019), alguns pontos chegaram a ser instalados, sendo que as iniciais “LB” foram pichadas na fachada dos pontos de vendas de drogas para sua identificação como pertencentes à Gangue do Lado B.

Em um desses conflitos, em 2015, o ex-líder da Gangue do Beco São José, à época uma das lideranças da Gangue da Vila Estaleiro, sofreu tentativa de homicídio cometida por seu próprio parente, o qual era “homem de confiança” do líder da Gangue do Lado B, conforme explicou o Policial Civil 01 (2019). Na ocasião, apesar dos laços de sangue, a residência de parentes dos jovens rivais foi atingida e danificada pelos disparos de arma de fogo.

Além dos conflitos com integrantes das gangues do Lado B e do Lajão, a Gangue da Vila Estaleiro, também tinha que lidar com ataques armados cometidos por integrantes das gangues da Grota e do Coreto. Isso por que, de acordo com o Policial Militar 01 (2019), a gangue da Grota possuía antiga parceria com a Gangue do Lado B, já que seus líderes foram presidentes da mesma torcida organizada quando jovens. Como a Gangue do Coreto também estabeleceu parceria com a Gangue do Lado B, os integrantes da Gangue da Vila Estaleiro tornaram-se inimigos comuns a eles.

Em 2016, o líder da Gangue da Vila Estaleiro foi preso juntamente com um dos gerentes da gangue, após tentarem roubar um policial militar e balearem o servidor e sua filha, à época com três anos de idade (REDS, 2016). Com a prisão do líder da gangue e a intensificação das operações policiais na Vila Estaleiro, a gangue perdeu expressividade no cenário, reduzindo-se os casos de conflitos e homicídios contra gangues rivais. Apesar da diminuição dos conflitos armados, a rivalidade persiste e, em 2018, o irmão do líder da Gangue da Vila Estaleiro foi morto com diversos disparos de arma de fogo e o corpo abandonado em uma área de mata, em outro bairro da cidade (REDS, 2018).

4.7 Gangue do Lado B

O líder da gangue do Lado B era morador da Vila Esperança e, segundo o Policial Militar 01 (2019), quando criança, conviveu com um criminoso contumaz conhecido por cometer diversos homicídios e roubos, além de participar do tráfico de drogas. Quando adolescente e influenciado pelo criminoso, o jovem passou a se envolver com a prática criminosa, em especial com roubos, homicídios e o tráfico de drogas na modalidade varejista, tendo instalado, em meados de 2006 (Policial Militar 04, 2019), um ponto de venda de drogas na rua em que residia.

De acordo com o Policial Militar 01 (2019), com o crescimento das atividades criminais e a autonomia conquistada, o jovem, ainda menor de idade, teria expulsado seu antigo mentor do território, em 2009, tendo cometido contra ele uma tentativa de homicídio (REDS, 2009). Com a saída do antigo criminoso do território, o adolescente assumiu o tráfico de drogas na Vila Ipê Amarelo e na Vila Esperança e passou a coordenar as atividades ilícitas desenvolvidas pela gangue do Lado B. De acordo com as explicações do Policial Militar 01 (2019), o líder da gangue cometeu diversos homicídios antes e depois de assumir o grupo, tendo reduzido seu envolvimento direto nos crimes após atingir a maioridade, momento em que já havia se tornado respeitado e adquirido legitimidade no mundo do crime:

Quando, realmente, o projeto de marginal se tornou marginal, que de fato começou a tomar rédea da situação, acho que por volta de quinze anos, ele começou a ele mesmo cometer os crimes, de tomar iniciativa, principalmente no homicídio. Por que quando menor, ele matou mais. Depois que ele ficou maior de idade, ele criou, o grupo dele já estava mais organizado. (Policial Militar 01, 2019)

Segundo o Policial Militar 01 (2019), as atividades criminosas do jovem foram apoiadas por seus familiares, desde os irmãos até a avó. As mulheres da família, normalmente, realizavam atividades voltadas para o tráfico de drogas e não para os crimes violentos, enquanto os irmãos do adolescente compunham a “cúpula” de liderança da gangue. Os irmãos mais novos e os sobrinhos do líder da gangue iniciaram suas trajetórias no crime quando ainda eram crianças, com idades entre 12 e 13 anos, e com o passar dos anos, galgaram novas funções na hierarquia da gangue (Policial Militar 01, 2019).

Os órgãos de segurança pública, analisando os crimes ocorridos no bairro e as circunstâncias da prisão de muitos jovens, identificaram uma relação de parceria entre integrantes da Gangue do Lado B e da Gangue da Grotta, conforme afirmou o Policial Militar 01 (2019). Esta parceria é atribuída pelos órgãos de segurança pública ao fato de que os líderes de ambas as gangues compunham e lideravam a mesma torcida organizada em meados dos anos 2000.

Um dos crimes que chamou a atenção das polícias para esta relação foi o roubo a um estabelecimento comercial, que terminou com a liberação de diversos reféns pelos negociadores da polícia e a prisão de integrantes das gangues do Lado B e da Grotta (REDS, 2009). Nesse roubo, o líder da Gangue do Lado B permaneceu no lado de fora do estabelecimento para realizar a segurança dos comparsas, mas fugiu quando a polícia chegou ao local. O Policial Militar 01 (2019) explicou que somente durante as investigações a polícia concluiu que o adolescente era o mentor do crime.

A violência e audácia do líder da gangue eram tamanhas que ele teria matado um integrante da própria gangue, em via pública, em 2012 (REDS, 2012), entretanto nenhum dos entrevistados soube esclarecer a motivação do desentendimento. As câmeras de segurança externas da Penitenciária Nelson Hungria registraram tal execução, mas de acordo com o Policial Civil 02 (2019), antes que a Polícia conseguisse extrair dos equipamentos eletrônicos as gravações, o arquivo foi deletado. Durante o lapso de tempo entre a identificação da gravação e a autorização de sua extração, no qual decorreram-se dias, foi cometido um homicídio tentado contra agentes penitenciários que se encontravam na guarita da PNH (REDS, 2013), e que segundo o Promotor de Justiça (2019), trata-se de uma retaliação contra o sistema prisional pela possibilidade de fornecimento da prova do crime.

Em razão deste crime os órgãos de segurança pública e justiça criminal passaram a monitorar esse jovem, em busca de circunstâncias criminais que viabilizassem a sua prisão, conforme explicação do Policial Militar 03 (2019). O líder da Gangue do Lado B foi preso, em 2013, por ordem judicial determinada em processo referente à tentativa de homicídio cometida por ele contra a própria esposa, a qual foi atingida por um disparo de arma de fogo, crime pelo qual foi condenado (REDS, 2013):

Quando a gente soube que ele tinha dado um tiro na perna dela, em via pública, nós corremos com o procedimento. Nós dissemos “nesse agora a gente consegue pegar”. Foi por isso que ele ficou preso. E isso ele com vários pedidos de prisão por tráfico de drogas. (Policial Civil 02, 2019)

Com relação à dificuldade de obtenção de condenação ou prisão preventiva para os líderes do tráfico de drogas, como o caso descrito acima, o Policial Civil 02 (2019) opina:

Os grandes traficantes dificilmente têm acesso à droga. E o poder judiciário tem muita dificuldade de lidar com essa questão de provas que liguem o traficante à droga, fisicamente. Então é muito difícil de você comprovar, pois ninguém vai testemunhar. Os meios de prova que a gente consegue, os meios de investigação estão cada vez mais complicados. (Policial Civil 02, 2019)

Ao dizer que os grandes traficantes não costumam ter acesso à droga, o entrevistado se referiu ao fato de que, normalmente, eles não têm contato físico com as substâncias, não permanecendo em situações que viabilizem a prisão em flagrante, ou seja, não transportam pessoalmente ou vendem as drogas. Desta forma, a polícia tem dificuldade em vincular o traficante à substância material, necessitando, portanto, recorrer a outros meios de provas que os vinculem indiretamente, em razão da estrutura e funcionamento das gangues. Apesar do Código de Processo Penal admitir tais provas concatenadas, muitos juízes preferem as provas de vinculação diretas, tais como a prisão em flagrante, entretanto, como estes traficantes dificilmente são presos nessas circunstâncias acabam por não serem alcançados pela sanção penal.

Segundo o Policial Militar 03 (2019), parte do período em que permaneceu preso, o líder da Gangue do Lado B esteve encarcerado na Penitenciária Nelson Hungria, localizada no território da Vila Esperança, dominado pela própria gangue. E o Policial Civil 01 (2019) esclarece que, desde que o líder foi preso a gangue é representada por um de seus irmãos mais novos, o qual também é apontado como autor de diversos homicídios, desde sua adolescência.

Em 2014, outro irmão do líder, que atuava como gerente da Gangue do Lado B, foi morto por disparos de arma de fogo. Na ocasião outros dois integrantes de gangues também foram mortos (REDS, 2014). Momentos depois do crime, a polícia prendeu dois integrantes da Gangue do Lado B que portavam consigo armas de

fogo que seriam utilizadas para “vingar” as mortes e em troca receberiam, gratuitamente, porções de drogas para serem consumidas (REDS, 2014).

De acordo com o Policial Militar 01 (2019), em 2018, o líder da Gangue do Lado B foi colocado em liberdade, sendo que na data de sua soltura foram realizadas festas, bailes e foguetórios na Vila Esperança. Segundo o entrevistado, ele é admirado pela comunidade local, pois, desde que assumiu o tráfico de drogas, realiza caridade auxiliando famílias com dificuldades financeiras. Dentre as benevolências praticadas por ele, o Policial Militar 01 (2019) destacou a construção de casas e o fornecimento de botijões de gás para as famílias mais carentes.

De acordo com informações dos órgãos de segurança pública, a Gangue do Lajão seria a responsável pelo fornecimento de drogas para serem comercializadas pela Gangue do Lado B. Para o Policial Civil 01 (2019), em razão dessa distribuição da droga, os líderes dessas gangues mantiveram relação de parceria, a qual refletia entre os demais membros das duas gangues, como que uma obediência e acatamento à parceria firmada pelos líderes. De acordo com o Policial Militar 01 (2019), ele nunca teve conhecimento de conflitos armados entre membros dessas gangues.

4.8 Gangue da Grotá/ Gangue da VL Trinta

A rua VL Trinta circula uma grande área territorial, repleta de ruas cujos nomes são números que vão do Trinta e Um ao Trinta e Seis, além de diversos becos e as ruas Hércules e Pôr do Sol. Segundo o Promotor de Justiça (2019), em meados dos anos 2000, o líder da Gangue da VL Trinta possuía “bocas de fumo” também nas ruas VL Trinta e Dois, VL Trinta e Cinco, além das adjacências do beco Nossa Senhora de Fátima e da Escola Municipal Ápio Cardoso, locais que, atualmente, integram o território da Gangue da Grotá.

Na época, moradores da rua Hércules trabalhavam comercializando drogas para o líder da Gangue da VL Trinta, porém, em 2008, ele foi preso após abordagem policial à traficantes na rua Hércules, e de acordo com o Promotor de Justiça (2019), uma dissidência na gangue passou a surgir (REDS, 2008).

Segundo o Promotor de Justiça (2019), meses depois, ao sair da prisão, o líder da Gangue da VL Trinta, teria se desentendido com os jovens traficantes da rua

Hércules que buscavam independência. De igual forma, alguns jovens moradores do território dominado pela Gangue da VL Trinta, que também buscavam independência para a gangue criada no período de ausência do líder da Gangue da VL Trinta, teriam se juntado, em 2009, à Gangue da rua Hércules e matado o líder da Gangue da VL Trinta e sua namorada (REDS, 2009).

Eles atingem a liberdade se estranhando. E aí o pessoal da rua Hércules se junta com o pessoal, assim, maroto, da VL Trinta e Cinco, da VL Trinta e Dois. Se unem com esses meninos, ainda muito jovens. Todos com idades de dezoito, dezenove anos, pra desbancar o Fulano [líder da Gangue da VL Trinta]. O Cicrano [futuro líder da Gangue da Grotta] desbanca o Fulano com um arsenal que é da rua Hércules. E aí, substituindo o Fulano, essa parceria entre a rua Hércules e Grotta continua, mas agora com outra liderança. (Promotor de Justiça, 2019)

O entrevistado se refere a este homicídio como a dramática tomada de poder de um líder que se encontrava no ápice e que “levou até tiro de doze no rosto” (Promotor de Justiça, 2019), em referência ao potente calibre de arma de fogo utilizado no crime, que o desfigurou. De acordo com o Policial Militar 01 (2019), um dos líderes de uma das torcidas organizadas de Nova Contagem teria assumido a liderança da gangue, a qual passou a receber outra denominação, qual seja, Gangue da Grotta, em referência à característica geográfica do terreno onde as “bocas de fumo” estavam localizadas. Salienta-se que 2009 foi um período marcado por conflitos de torcidas organizadas e, ao mesmo tempo, seus integrantes se envolviam em disputas territoriais por pontos de vendas de drogas.

Assim os integrantes da Gangue da rua Hércules continuaram unidos aos jovens traficantes da Gangue da Grotta, radicados nas ruas próximas à VL Trinta e Dois. O Policial Militar 01 (2019) explica que a rua VL Trinta e Cinco separa os territórios do tráfico dominados pelas gangues da Grotta e da rua Hércules.

De acordo com o Promotor de Justiça (2019), os familiares do antigo líder da Gangue da VL Trinta permaneceram no território até serem retirados pelo poder público municipal e reassentados no conjunto habitacional de prédios construído no bairro Retiro, em meados de 2010, porém vários conflitos continuaram existindo:

Ele foi morto, mas a família dele permaneceu. Esses conflitos com a família dele se estenderam ainda ao longo de anos e aos poucos irmãos, sobrinhos, foram saindo, a mãe dele. Mas não saíram totalmente, certo? Até que saíram, mas ainda ficaram ali nas beiradas de Nova Contagem. Foram lá pros predinhos traficar drogas. (Promotor de Justiça, 2019)

A parceria estabelecida entre os integrantes das Gangues da rua Hércules e da Grota perdurou durante anos, de acordo com o Promotor de Justiça (2019) e o Policial Militar 01 (2019), tanto que, em 2015, juntamente com integrantes da Gangue do Coreto, participaram do duplo homicídio (REDS, 2015) que vitimou o sobrinho do antigo líder da Gangue da VL Trinta, um dos quais estava atuando como gerente na Gangue do Pasto/Predinhos.

4.9 Gangue da Hércules

Ao lado do território ocupado pela antiga Gangue da VL Trinta e, posteriormente, pela Gangue da Grota, está localizada a Rua Hércules, local onde, após 2009, instalou-se uma liderança que mantinha e coordenava as “bocas de fumo” da rua e de sua extensão, denominada Beco São João Batista, segundo o Promotor de Justiça (2019). Antes de 2009 os indivíduos residentes nesse território eram vinculados à Gangue da VL Trinta, mas após desentendimentos com o líder da gangue e uma rearticulação com outros jovens, mataram o antigo líder da Gangue da VL Trinta e auxiliaram a criação da Gangue da Grota no território ocupado pelo traficante assassinado. As razões desse desentendimento não foram esclarecidos pelos entrevistados, mas ocorreu após o então líder da Gangue da VL Trinta sem preso na rua Hércules e permanecer encarcerado por um período.

Conforme o Policial Militar 01 (2019), em meados de 2008, uma família composta de três irmãos adolescentes, mudou-se para a rua, vinda de um aglomerado da cidade de Belo Horizonte, por motivo de ameaças sofridas por um deles no local em que viviam. Estes irmãos logo se envolveram com o comércio de drogas no local, e com o passar dos anos, galgaram funções de gerência na gangue.

Inicialmente, no cenário das parcerias e rivalidades, a gangue se posicionava no meio termo, não se envolvendo em “guerras”, focando apenas no comércio de drogas no interior do seu território. Porém, segundo o Policial Militar 01 (2019), após sua participação no conflito de dissidência da Gangue da VL Trinta, a qual possibilitou o surgimento da Gangue da Grota, o “Comando Hércules” tornou-se rival dos familiares do antigo líder da extinta gangue. E, devido à sua aliança com a

Gangue da Grotta, a qual possuía alianças com as gangues do Lado B, Coreto e Lajão, a parceria foi estendida a elas.

4.10 Gangue do Coreto

A Gangue do Coreto também surgiu nos anos de 2006 e 2007, época em que as gangues de Nova Contagem estavam se estruturando e criando identidade. De acordo com o Policial Militar 01 (2019), seu fundador era pedreiro, pai de família e morador da Vila Feliz, que passou a comercializar drogas na Praça do Coreto de Nova Contagem. Esta praça situa-se na Via Principal Um, consistindo a avenida em marco de divisão territorial entre a Vila Feliz e a região “A” do bairro Nova Contagem. Naquela época, como parte do processo de auto-afirmação da identidade da gangue, seus integrantes utilizavam um corte de cabelo com a inscrição “CRT”, em referência ao nome “coreto” (Policial Militar 01, 2019).

Segundo o Policial Militar 01 (2019), inicialmente, a gangue não apresentava rivalidade com as gangues do Lado B, Grotta, rua Hércules e Lajão, apesar de também não se verificarem parcerias entre elas. A Gangue do Coreto era neutra diante dos conflitos existentes na região. Esse não envolvimento em conflitos pode ser um reflexo do fato de que o líder da gangue não ser da mesma idade dos demais líderes de gangues que, naquela época, eram jovens e podem ter transportado rivalidades juvenis não relacionadas ao tráfico de drogas para o interior das gangues. Entretanto trata-se de uma possibilidade que não pode ser confirmada no presente trabalho por falta de dados que a comprovem.

Porém, de acordo com o Policial Militar 01 (2019), em meados de 2007, um dos filhos do líder da Gangue do Coreto, quando ainda era menor de idade, envolveu-se em uma briga de escola. O conflito juvenil envolveu também dois irmãos, moradores do território conhecido como Beira Campo situado a aproximadamente trezentos metros em linha reta da Praça do Coreto, divididos pelo centro comercial de Nova Contagem. Enquanto menor de idade, o filho do líder da Gangue do Coreto foi suspeito de cometer diversos homicídios, razão pela qual era reconhecido, no círculo social do crime, por sua violência (Policial Militar 01, 2019).

Em 2010, o líder fundador da Gangue do Coreto foi preso, durante operação realizada pela Polícia Civil, com grande quantidade de drogas, e em razão do

conjunto probatório, permaneceu encarcerado por muitos anos (REDS, 2010). Segundo o Policial Militar 01 (2019), após a prisão, seu filho assumiu a liderança da Gangue do Coreto, juntamente com seu cunhado. O cunhado do jovem líder era casado com a filha do fundador da gangue e envolveu-se com o crime em razão da proximidade e convivência com o sogro.

Ao assumir a liderança da Gangue do Coreto, o jovem filho do fundador pôde declarar guerra contra os jovens com quem havia se desentendido no período escolar, os quais já ocupavam cargos de liderança na Gangue do Beira Campo, conforme o Policial Militar 01 (2019). A rivalidade iniciada por briga de crianças em ambiente escolar tornou-se conflito armado envolvendo integrantes de gangues envolvidas com o tráfico de drogas. O conflito passou a não envolver apenas seus protagonistas, mas tornou-se uma “questão entre Beira Campo e Coreto”, conforme o entrevistado se expressa (Policial Militar 01, 2019).

Essas situações nas quais uma questão individual torna-se um problema para todo o grupo, com ciclos de violência e vingança, cada vez envolvendo mais pessoas que acabam por agregar valores e experiências pessoais ao conflito, são comuns entre gangues, conforme concluído por Rocha (2015) e Paes Manso (2005).

Segundo o Policial Militar 01 (2019), esse conflito ocasionou diversas mortes dos integrantes de ambas as gangues. Muitas delas foram protagonizadas no centro comercial que divide os dois territórios, em especial, na Praça do ABC, local onde são realizadas feiras nos finais de semana. O filho do fundador da Gangue do Coreto foi preso, em 2014 (REDS, 2014) e, a partir de então, seu cunhado assumiu a liderança da gangue juntamente com o irmão deste, segundo informações do Promotor de Justiça (2019).

A Gangue do Lado B emprestava armas e distribuía cocaína e crack para a Gangue do Coreto, drogas estas recebidas por meio da Gangue do Lajão. Entretanto, a maconha comercializada pela Gangue do Coreto era advinda do Paraguai. Em razão dessas alianças traças pelas gangues, geograficamente a Vila Estaleiro estava ilhada e rodeada por territórios dominados por gangues rivais, pois a Gangue do Coreto também passou a atacar a Gangue da Vila Estaleiro, em solidariedade à Gangue do Lado B (Policial Militar 01, 2019).

Com relação à prática punitiva aos próprios integrantes da gangue, o entrevistado se refere: “E essas gangues de Nova Contagem, principalmente, Lajão

e Coreto, são terríveis. Por que eles fazem autofagia né. O Raul perguntou! Você não acertou! Aí de você se você não pegar seu banquinho e sair de mansinho.” (Promotor de Justiça, 2019). O Promotor de Justiça (2019) cita como exemplo um jovem assassino que estava em ascensão na Gangue do Coreto, principalmente por ter sido atribuído a ele a autoria de um triplo homicídio contra integrantes da Gangue do Beira Campo, o qual foi morto, repentinamente, pelos próprios comparsas.

As sanções aos integrantes da própria gangue eram comuns aos integrantes da Gangue do Coreto, mas a crueldade característica desta gangue era o que mais chamavam a atenção da polícia. O Policial Civil 01 (2019) conta que foram registrados, ao menos, três casos de homicídio nos quais um adolescente matou as vítimas com tiros, jogou os corpos em uma vala de lixo e cortou-lhes a garganta, ateando em seguida, álcool e fogo nos restos mortais. Uma destas vítimas era uma mulher e seu corpo foi encontrado em um bairro vizinho, no município de Esmeraldas, segundo ele.

A punição aos próprios integrantes da gangue pelos prejuízos causados ao tráfico de drogas também era comum. No final de 2013 a polícia apreendeu tablets de maconha na residência de um adolescente, integrante da gangue, ocasião em que ele estava acompanhado de outros dois integrantes (REDS, 2013). Dias depois, um deles foi preso em outro Estado da federação com, aproximadamente, quarenta quilos de maconha adquiridos no Paraguai. O jovem, morador do imóvel onde se deu a primeira apreensão, foi morto por disparos de arma de fogo, e segundo as testemunhas o motivo foi o prejuízo causado ao tráfico local (REDS, 2013). Dias depois, o jovem que havia sido preso em outro Estado, ao retornar para o bairro, também foi morto vítima de disparos de arma de fogo (REDS, 2014).

Após o período sangrento de 2015, quando os principais integrantes, líderes e homicidas das gangues foram presos, a Gangue do Coreto teve sua autonomia enfraquecida, e segundo o Policial Civil 01 (2019), após o líder da Gangue do Lado B ter sido colocado em liberdade, em 2018, passou a instalar pontos de venda de drogas no território da antiga gangue parceira, conforme relata o entrevistado: “Agora a LB, outro dia passei lá no Coreto e vi a sigla LB no ponto deles lá. Onde eles estão tem a pichação da LB. Onde eles estiverem você vai saber que é território deles.” (Policial Civil 01, 2019).

4.11 Gangue do Beira Campo

Havia também a Gangue do Beira Campo, assim intitulada em razão da sua localização às margens de um campo de futebol existente nas proximidades da Av. Ápio Cardoso, na área comercial do bairro Nova Contagem. De acordo com o Policial Militar 01 (2019), os integrantes da Gangue do Beira Campo, além de estarem envolvidos com o tráfico de drogas, realizavam roubos de caminhões de carga e recrutavam criminosos vindos de outras regiões. Possuíam também relações comerciais com criminosos da cidade de Ibitité. Em razão de possuir rivalidade com a Gangue do Coreto, os membros da Gangue do Beira Campo apoiaram a Gangue da Vila Estaleiro nos anos de 2013 a 2016, quando o território desta era disputado e atacado pela Gangue da Grota, Gangue do Lado B e Gangue da rua Hércules.

A Gangue do Beira Campo era liderada por dois irmãos, que contavam com o apoio da família nas práticas criminosas. Com o estabelecimento do conflito contra o jovem líder da Gangue do Coreto, em razão de brigas não relacionadas ao tráfico de drogas, os demais integrantes da gangue “compraram o boi²⁴” dos líderes nessa guerra, de acordo com o Policial Militar 04 (2019).

Um dos líderes da gangue e seu irmão mais novo foram vítimas de tentativa de homicídio nas proximidades do ponto de venda de drogas, tendo o autor sido espancado e preso por pessoas que presenciaram o ataque (REDS, 2012). A motivação da prisão deste autor pelas pessoas que presenciaram o crime não ficou clara, se por solidariedade às vítimas ou por questão de justiça.

De acordo com o Policial Militar 03 (2019) e Policial Militar 04 (2019), mesmo após a prisão do líder da Gangue do Coreto, o conflito entre os integrantes das gangues perdurou. Um dos líderes da Gangue do Beira Campo foi preso, em 2016 (REDS, 2016), por envolvimento na tentativa de homicídio praticada contra um adolescente integrante da Gangue do Coreto. Meses após a sua prisão, um de seus irmãos foi morto por integrantes da Gangue do Coreto com diversos disparos de arma de fogo na cabeça. Na ocasião outro jovem que estava nas imediações do campo de futebol, acompanhando-o, também foi morto (REDS, 2016). Outro irmão dos líderes da Gangue do Beira Campo também foi morto por integrantes das

²⁴ Trata-se de uma expressão utilizada para se referir à atitude segundo a qual pessoas não diretamente relacionadas em uma briga, discussão ou conflito, decidem por apoiar um dos lados envolvidos, tomando parte pessoalmente naquele desentendimento.

gângues do Coreto, Hércules e Grotá, por seu parentesco e envolvimento com a gângue rival (REDS, 2018).

Sobre a relação conflituosa entre as gângues do Coreto e Beira Campo, e as consequências do homicídio para suas estruturas, o Promotor de Justiça (2019) explicou que, após a morte dos irmãos dos líderes da Gângue do Beira Campo, o grupo entrou em declínio e, segundo o Policial Militar 04 (2019), o território passou a ser dominado pela Gângue da Grotá. Apesar do conflito principal envolvendo os integrantes da Gângue do Beira Campo ser com os integrantes da Gângue do Coreto, os quais foram responsáveis por muitos homicídios, após o enfraquecimento da Gângue do Beira Campo o território foi assumido pela Gângue da Grotá, a qual, participou de alguns ataques em apoio à Gângue do Coreto. Acredita-se que a Gângue do Coreto não tenha assumido o território em razão do seu próprio enfraquecimento após 2015, bem como pela dominação da Gângue do Lado B sobre seu território após 2018.

4.12 Gângue do Pasto/ Predinhos

A Gângue do Pasto/Predinhos está situada no bairro Retiro, divisa com a Vila Renascer e com o município de Esmeraldas. De acordo com o Policial Militar 01 (2019), a gângue surgiu em meados de 2009, composta por moradores do bairro, os quais utilizavam uma grande área de pastagem como “laboratório” para refino e *dolagem*²⁵ de drogas. A atuação da polícia sempre foi dificultada pela geografia e extensão desta região. Segundo ele, era difícil realizar abordagens à estes jovens pois a aproximação da polícia era notada de longe, possibilitando tempo para que os jovens fugissem e se espalhassem pelo pasto, inviabilizando prisões. Ademais, era comum que os integrantes da gângue guardassem cobras da espécie cascavel em sacos e caixas, e as soltarem no pasto ao iniciarem a fuga para dificultar ainda mais a atuação da polícia (Policial Militar 01, 2019).

Apesar de estar situada fora da área planejada do conjunto Nova Contagem e não se enquadrar no conceito de vila, mas sim como bairro registrado administrativamente, a gângue existente no bairro possui relação direta com os conflitos ocorridos no período de 2013 a 2017, muito em razão da realocação

²⁵ Termo utilizado para se referir ao processo de acondicionamento da droga em porções destinadas à venda varejista.

populacional decorrente da política habitacional desenvolvida na região a partir de 2010.

Em 2010, a prefeitura construiu um conjunto habitacional de prédios, compostos por, no máximo, dois pavimentos, para realocar famílias em apartamentos populares, os quais passaram a ser denominados “predinhos”. Os prédios foram construídos sobre parte da área de pastagem utilizada pelo grupo como “laboratório” para refino e dolagem de drogas.

Uma das famílias reassentadas foi a dos sobrinhos do antigo líder da Gangue da VL Trinta, que havia sido morto, em 2009, durante uma dissidência do grupo que culminou com o surgimento das gangues da Grota e da rua Hércules, conforme o Policial Militar 04 (2019). De acordo com o Promotor de Justiça (2019), estes familiares alimentavam uma antiga rivalidade, pois os integrantes da Gangue da rua Hércules eram suspeitos de participarem da morte do antigo líder. Porém, segundo o Policial Militar 04 (2019), o então líder da Gangue da rua Hércules também foi reassentado no pequeno conjunto habitacional. Assim, jovens que há anos viviam em rivalidade, mas conscientes de seus limites territoriais, passaram a residir no mesmo espaço físico, por vezes, no mesmo prédio.

Conforme o Policial Militar 04 (2019), ambos os grupos tentaram instalar pontos para tráfico de drogas no conjunto habitacional, mas como o território já era dominado pela gangue local, vários conflitos envolvendo os integrantes das gangues ocorreram. Segundo o Oficineiro do Fica Vivo (2019), o reassentamento dessas pessoas no conjunto habitacional proporcionou um aumento dos homicídios, tanto tentados, quanto consumados:

[...] com a criação daqueles prédios, a polícia, além de dar conta de tudo aqui [em Nova Contagem], teve que dar conta da rivalidade, que antes era um pouco mais separada, mais organizada aqui em Nova Contagem, já que tinham uma delimitação de território. E lá não. Lá é todo mundo junto. E aí que começou a se chocar mais ainda, que os conflitos começaram a acontecer. (Oficineiro do Fica Vivo, 2019)

Enquanto algumas intervenções urbanas contribuem para a redução criminal, outras acabam por contribuir para seu aumento. Deve-se considerar sempre um estudo que envolva os órgãos de segurança pública para conhecer e/ou minimizar os impactos negativos que as intervenções podem causar em determinado ambiente.

O líder da Gangue do Pasto/Predinhos é considerado pela polícia um homem violento que, em 2012, conseguiu expulsar os integrantes da Gangue da rua Hércules e seus familiares do território. Segundo o Policial Militar 04 (2019), dentre os expulsos estava o líder da Gangue da rua Hércules, que retornou para seu antigo território, o qual teve sua extensão reduzida pelas interferências urbanísticas.

De forma inversa, o sobrinho do antigo líder da Gangue da VL Trinta, e rival dos integrantes da Gangue da rua Hércules, se juntou à Gangue dos Predinhos, tornando-se gerente com o passar do tempo, conforme o Policial Militar 01 (2019). Para compor a rivalidade, a Gangue do Coreto, aliada da rua Hércules, passou a apoiar a Gangue da rua Hércules, declarando “guerra” contra a Gangue do Pasto/Predinhos. As alianças formadas pelas demais gangues do bairro também foram empregadas nesses conflitos (Policial Militar 01, 2019).

Ao comentar como os conflitos entre os integrantes dessas gangues se prorrogou no tempo, o Policial Civil 02 (2019) contou que, em certa ocasião, um adolescente de dezessete anos, morador do conjunto habitacional de prédios do bairro Retiro, envolvido com a Gangue do Pasto/Predinhos, compareceu à sede da AISP 26 para prestar declarações junto à polícia. Esse adolescente era primo do gerente da Gangue do Pasto/Predinho, que era sobrinho do antigo líder da Gangue da VL Trinta. Na mesma data um integrante da Gangue da rua Hércules, suspeito de diversos homicídios, estava na AISP prestando declarações em inquérito policial do qual era suspeito. Ele estava acompanhado de outros dois integrantes da gangue. Eram, portanto, considerados inimigos em razão da rivalidade existente entre as gangues a que pertenciam, o que provocou uma discussão no local. Após os procedimentos policiais, que não resultaram na prisão de nenhum deles, os integrantes da Gangue da rua Hércules foram liberados (Policial Civil 02, 2019).

Horas depois, o adolescente integrante da Gangue do Pasto/Predinhos também foi liberado e, ao sair da AISP foi surpreendido pelo rival, com quem havia discutido horas antes, que portava duas armas de fogo nas mãos. O adolescente foi perseguido e morto, em via pública, há poucos metros da unidade policial. Como os disparos de arma de fogo foram ouvidos pelos policiais, esses chegaram ao local a tempo de avistarem o autor do crime fugindo, tendo se iniciado uma perseguição que resultou na sua prisão (REDS, 2014). Conforme o Policial Militar 03 (2019), meses depois, o gerente da Gangue do Pasto/Predinhos, primo da vítima, teria

realizado um ataque contra um adolescente, o qual era irmão de dois gerentes da Gangue da rua Hércules, porém a vítima não faleceu (REDS, 2015).

O fato acima exemplifica o que Rocha (2015) demonstra em seus estudos sobre como cada integrante da gangue possui um fato ou situação individual que justifique a sua participação em uma dinâmica conflituosa pré-existente. Apesar de tratar-se de uma situação de desavença e ofensa que, de fato, envolveu pessoalmente os jovens, ela esteve pautada em uma rivalidade anterior.

Segundo o Promotor de Justiça (2019), em continuidade ao ciclo de vingança, aproximadamente, seis integrantes das Gangues do Coreto, Grotá e Hércules mataram o gerente da Gangue do Pasto/Predinho e seu primo, dentro dos predinhos, diante de seus familiares. Conforme o Policial Militar 03 (2019), as vítimas tentaram reagir com o uso de armas de fogo, mas além de não conseguirem impedir o crime, tiveram as suas armas roubadas pelos rivais (REDS, 2015).

Uma das vítimas era sobrinho do antigo líder da Gangue da VL Trinta, o qual foi morto, em 2009, após uma dissidência no grupo que culminou com o surgimento da Gangue da Grotá. Conforme o Promotor de Justiça (2019), após essas mortes, a família do ex-líder da Gangue da VL Trinta deixou de vez o bairro Nova Contagem, se mudando para a cidade de Belo Horizonte.

Segundo o Policial Militar 03 (2019), horas após o crime, o então líder da Gangue do Coreto foi preso (REDS, 2015), durante diligências da polícia que havia recebido informações sobre a participação dele no duplo homicídio. De acordo com o Promotor de Justiça (2019), ele chegou a ser condenado pelo duplo homicídio, razão pela qual permanece preso até essa data.

Um dos gerentes da Gangue da rua Hércules foi preso, poucos meses depois do crime, por portar arma de fogo ilegalmente, tendo justificado o ato por sua família estar sendo ameaçada e por já terem sido vítimas de tentativas de homicídio (REDS, 2015). Segundo o Policial Militar 01 (2019), ele foi condenado pelo duplo homicídio graças ao depoimento prestado pela namorada de uma das vítimas, a qual já havia se relacionado com o autor, no passado. Já o outro gerente da Gangue da rua Hércules também foi preso nos meses seguintes, em cumprimento à ordem judicial expedida no processo que apurava o duplo homicídio (REDS, 2015).

Conforme o Policial Militar 01 (2019), o ataque conjunto envolvendo integrantes da Gangue do Coreto gerou reação dos aliados da Gangue do

Pasto/Predinhos, quais sejam a Gangue do Beira Campo e da Vila Estaleiro, antigos rivais da Gangue do Coreto que realizaram diversos homicídios tentados e consumados no bairro.

Pouco tempo após o duplo homicídio, foi realizado um ataque à cinco jovens que se encontravam em um estabelecimento comercial no bairro Retiro. Na ocasião três deles morreram e dois ficaram feridos (REDS, 2015). As vítimas eram moradores do conjunto habitacional e envolvidos com a gangue local. Conforme o Policial Militar 03 (2019), a notícia que passou a circular nas ruas atribuía a autoria do triplo homicídio a um adolescente, o qual era irmão de dois gerentes da Gangue da rua Hércules. Segundo o Policial Militar 01 (2019), este mesmo adolescente já havia sido apontado como suspeito de matar, dias antes, o irmão de uma das vítimas (REDS, 2015).

Em consonância com a atenção dada pelo poder público municipal à regional Vargem das Flores, buscando intervir nos espaços públicos para melhorar o ambiente social, foram realizadas também obras de maior impacto. Ao mencionar os reflexos que a política pública de urbanização e habitação causou nos conflitos entre as gangues o entrevistado narra:

E isso que proporcionou vários homicídios. Por exemplo, teve aquele homicídio terrível, que abalou todo mundo, o triplo homicídio lá. Que segundo eles, desencadeou disso, das pessoas terem se mudado pra lá e o pessoal daqui ter mandado ir matar lá. (Oficineiro do Fica Vivo, 2019)

O líder da Gangue do Pasto/Predinho foi preso, em 2014, em cumprimento à ordem judicial, e na ocasião foram apreendidos rádios comunicadores que copiavam as redes de comunicações da polícia (REDS, 2014). Conforme o Policial Militar 01 (2019), desde a prisão do líder da gangue, o grupo esteve representado por seu primo. Estes homicídios ocorridos em 2015 nos Predinhos foram determinantes para que fosse possível realizar a prisão dos principais integrantes das gangues que atuavam em Nova Contagem.

A violência não era utilizada apenas contra os rivais, mas também como sanção interna aos integrantes da gangue e seus próprios parceiros. Como relata o Policial Militar 02 (2019) sobre um adolescente de, aproximadamente, quinze anos, que apesar de pertencer à Gangue do Pasto/Predinhos, estava traficando drogas no território da Gangue da VC Três (REDS, 2012):

Na VC Três, uma vez, a gente pegou um menor que estava traficando crack. Nós achamos com ele, na época, umas cinco, seis, pedras. Nós conversamos com ele e ele mostrou onde estava o resto das pedras, num envelope de plástico assim, com umas vinte. E ele falou que morava nos predinhos. Só que o pessoal dos predinhos estava em guerra com o pessoal da VC Três na época. Era pessoal rival. Então a gente achou estranho. Como que um cara que mora nos predinhos está vendendo aqui na VC Três? (Policial Militar 02, 2019)

Na ocasião, o adolescente forneceu informações à polícia que os levaram ao esconderijo de drogas e armas, que estavam escondidas em área de mata fechada. Segundo o Policial Militar 02 (2019), ao questionarem o adolescente sobre a propriedade dos materiais ilícitos, ele afirmou serem do líder da Gangue dos Predinhos e que, apenas os dois sabiam do local onde estavam escondidas. Esse adolescente já havia sido apreendido outras três vezes por tráfico de drogas no período de, aproximadamente, um mês (REDS, 2012), causando prejuízo para a gangue.

De acordo com o Policial Civil 02 (2019), quando da última apreensão do menor, o órgão policial, ciente da dinâmica e da penalização imposta pelo tráfico de drogas, fundamentou pedido para que o jovem fosse mantido internado, visando a preservação de sua vida, entretanto o pedido foi negado conforme explica:

Um caso que me marcou demais foi de um menor, que, por coincidência eu estava de serviço no dia que ele foi apreendido pela quarta vez com droga. E era muita droga, era uma mochila inteira, tinha barras e tinha munição de calibre doze. Foi com muita coisa que ele foi pego, só que ele era menor. Chegamos a fazer o auto de apreensão em flagrante dele, justificando pelo ECA²⁶, que não seria crime sem violência. Mas ele não ficou internado muito tempo, já que no tráfico não fica mesmo. E quando fizemos o procedimento dele, falamos assim “ele vai ser morto”, por que já é a terceira vez no mês que ele é apreendido. Fizemos o auto de apreensão dele e torcemos pra ele ficar preso, por que sabíamos que ele seria morto. (Policial Civil 02, 2019)

Como, de fato, o adolescente não permaneceu apreendido, no dia seguinte ele foi morto, próximo de sua residência, com um tiro na testa e teve seu rosto incendiado (REDS, 2012). Estes homicídios praticados de modo a chamar a atenção da comunidade, chocando a todos, com grande quantidade de disparo de arma de

²⁶ Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Trata-se de marco legal regulatório que dispõe sobre requisitos para a internação de adolescentes autores de atos infracionais, dentre os quais, os atos infracionais cometidos com violência ou grave ameaça, conforme dispõe o art. 122, inciso I.

fogo, uso de produto incendiário, decapitação, dentre outros, são uma maneira de demonstrar a aplicação da sanção, com vistas a prevenir que outros indivíduos infrinjam as normas informais de regulação de condutas no território.

A violência, enquanto sanção é comum em todas as gangues, pois a criminalidade impõe ao grupo social uma conduta de “dever ser” que gera uma obrigação de não fazer, qual seja, a de não repassar informações para autoridades policiais, que, caso seja descumprida é sancionada com morte sumária, cruel e vexatória. Segundo o Policial Militar 02 (2019), essas pessoas deladoras são conhecidas como X9, independente de serem ou não integrantes de gangues.

Essa conduta normatizada e sancionada pelo crime envolve as informações fornecidas não só às autoridades, mas também a outros integrantes de gangues: “Se você faz parte desse grupo e leva ou transmite alguma comunicação com o grupo rival. Essa pessoa que transmite essa comunicação entre os grupos, também sofre algum dano. Muitas das vezes ela é executada” (Oficineiro do Fica Vivo, 2019).

4.13 O impacto na redução dos homicídios

Analisando o histórico de violência no bairro Nova Contagem e suas vilas adjacentes, concluímos que a redução dos homicídios após 2015 é multifatorial. De igual maneira, não é possível afirmar, em que medida, qual fator de intervenção pública ou relacional endógena às gangues contribuiu para esse processo. Assim, apresentaremos as percepções dos entrevistados sobre a redução dos homicídios, os quais destacaram as relações de parcerias entre os líderes de gangues com o fim das “guerras” declaradas, a percepção do prejuízo financeiro ao tráfico de drogas causado pelo homicídio e a política de encarceramento voltada para os líderes e principais autores de homicídios das gangues.

Segundo o Policial Militar 01 (2015), no ano de 2015, o comandante do GEPAR Nova Contagem foi chamado para prestar esclarecimentos ao órgão colegiado sobre a tendência de aumento dos homicídios na área de atuação do GEPAR, já que o gráfico destoava da redução observada no Estado desde 2013. Na ocasião, o policial explicou sobre a existência das diversas gangues do território e suas antigas rivalidades e parcerias, as quais se formaram, inicialmente, por motivos não relacionados ao domínio de territórios do tráfico de drogas. Dentre as situações

pontuam-se a relação de torcida organizada de time de futebol, brigas de escola e política pública habitacional realizada sem consulta aos órgãos de segurança pública (Policia Militar 01, 2015).

A existência de alianças entre indivíduos e gangues é um fato que não pode ser negado, apesar dos órgãos de segurança pública e justiça criminal não conseguirem precisar a maneira segundo a qual todas elas surgem. Sabe-se, porém, que algumas delas são mais constantes e perenes, enquanto outras são mais efêmeras, temporárias. Sobre a perenidade de algumas relações fundadas em torcidas organizadas, o entrevistado explica:

A gente via os meninos de quatorze, quinze anos, empolgados com time, eles, brigavam, discutiam, um atiravam no outro, essas coisas. Eles foram crescendo, descobrindo o mundo do tráfico, cada um foi lá e montou sua boca. E talvez, se não fosse a inimizade anterior pela questão da torcida organizada, eles pudessem ser aliados. Como existem muitas gangues que são aliadas entre elas. (Policia Civil 02, 2019)

Durante meados dos anos 2000, notou-se que tanto as gangues quanto os territórios eram delimitados e, de maneira geral, os integrantes das gangues respeitavam seus limites de atuação, mas quando ocorriam “invasões”, eles reagiam com uso de violência armada. Essa invasão, não necessariamente estava relacionada à tentativa de tomada do território, mas sim a uma afronta ao grupo rival, como explica o Policia Civil 02 (2019), ao mencionar falas de integrantes de gangues: “o cara do Estaleiro veio aqui pra me afrontar, então eu vou lá e vou dá um tiro nele. Eu não quero a boca dele, eu só quero mostrar pra ele que no meu pedaço, quem manda sou eu.”. Corrobora com essa percepção a narrativa do jovem entrevistado por Santos (2011):

A gente juntou e resolvemo vender droga. Aí beleza, nós começamo, tava indo bem. Aí, chegou mais dois caras não sei da onde e começou a vender também. Mas aí beleza. Eles foi lá, conversou com a gente e tal e tal, ninguém atravessa a área de ninguém. E esses cara acabou e atravessando a nossa área. Aí nós foi lá e meteu bala neles. Aí eles revidaram também. Aí já armou aquela guerra, tumulto. Aí nós começou a trocar tiro, todo dia era pipoco comendo, era um caindo morto (Sorriso *apud* SANTOS, 2011, p. 83)

Na década seguinte, ocorreram tentativas de ampliação do território por uma gangue ou outra para ampliação do comércio ilícito de drogas ou em razão de dissidências em busca de independência. Entretanto segundo o Policia Militar 02

(2019), na maioria das vezes a expansão não se concretizava, pois os integrantes das gangues possuíam forte relação de identidade com as gangues em razão do território ocupado. Essa busca pela ampliação de território, na visão do entrevistado, se dava muito em razão da visão econômica e comercial do tráfico de drogas, como se observa no relato sobre as confissões dos jovens: “Quando o ponto de fulano era melhor, tava vendendo mais, e eu queria vender mais, eu tentava tomar aquele ponto. Aí acontecia o conflito.” (Oficineiro do Fica Vivo).

Sobre alguns conflitos ocorridos no final da década de 2000 terem surgido em razão de disputas de gangues por pontos de tráfico de drogas, destaca-se a fala de um dos líderes de gangues, entrevistado por Santos (2011): “Teve uma vez que os meninos deram tanto tiro aí. Até um chegado meu saiu picado. Tem uns 6 anos, mais ou menos, isso aí. Começou uma disputa de ponto, de quem vendia mais do que o outro.” (Cabeça *apud* SANTOS, 2011, p. 66).

Mas este cenário passou a mudar quando se passou a observar que as gangues, apesar de possuírem identidade própria, relacionadas com o território, se permitiam atuar conjuntamente com outras gangues, firmando parcerias para além do local geográfico ocupado. Como exemplo destacamos a parceria firmada entre a Gangue da rua Hércules e a Gangue do Coreto, e entre a Gangue do Lado B e a Gangue da Grota. Tais parcerias e associações, ainda que indiretamente, definiam também as rivalidades que as gangues estabelecerão com outras. Isso por que, esse associativismo parece estar pautado na lógica das inimizades comuns. Assim, se “A” é rival de “B” e eu sou parceiro de “A”, logo serei inimigo de “B”. Não tratar-se de um imperativo categórico, que determina todas as relações entre gangues, mas foram observadas em diversas relações envolvendo as gangues do território estudado.

Hoje em dia, o homicídio que ocorre é esse aí. Eles não têm que brigar por espaço mais. As gangues continuam as mesmas. Tem a Gangue do Coreto, a do Estaleiro [...]. Mas um só coordena, entendeu? O pessoal [...] vende no Coreto, vende no Estaleiro, vende na VL Trinta. É tudo do mesmo dono. (Policia Militar 04, 2019)

Muitos entrevistados (Policia Militar 02, 2019; Policia Militar 04, 2019; Promotor de Justiça, 2019) atribuem a redução dos homicídios, a partir 2015, à melhor organização das gangues e acesso delas ao mesmo distribuidor de drogas, já que, para este interessa apenas a constância e volume de vendas que assegurem

a lucratividade do comércio. Ao que se observou, no início dos anos 2000, enquanto alguns jovens estavam envolvidos em conflitos de times de futebol, outras gangues formadas na periferia do bairro Nova Contagem, já estavam envolvidas na prática de crimes, enquanto quadrilhas. Uma das atividades desenvolvidas era o tráfico de drogas. O pioneirismo destas gangues parece ter favorecido sua estruturação, já que, quando os conflitos de torcidas assumem o viés do tráfico, as novas gangues adquiriam o produto de outras gangues mais antigas, como a Gangue do Lajão e Gangue do Retiro.

[...] o pessoal da Hércules, o pessoal do Lado B, do Coreto e do Lajão, eles têm uma unificação entre essas gangues, por que a gente procurou algumas informações, eles têm o mesmo fornecedor de drogas. Ou seja, o mesmo fornecedor que fornece pro Coreto, é o que fornece pro Lado B, pro Lajão e pra Gangue da Hércules. (Policia! Militar 03, 2019)

Essa relação de parceria é percebida pelos órgãos de segurança pública, no cotidiano, com a crescente dificuldade de obtenção de informações fornecidas por uma gangue sobre a gangue rival. Isso explica, em certa medida, a redução no volume de drogas e armas de fogo apreendidas pelos órgãos de segurança no período de redução dos conflitos e homicídios. Soma-se a isso, a expertise adquirida pelos integrantes de gangues sobre os procedimentos penais para a prisão em flagrante mudou o modo como os jovens comercializam as drogas. Segundo o Policia! Militar 02 (2019), os “pistas” não mais portam consigo as substâncias entorpecentes, deixando-as, em contrapartida, espalhadas, em pequenas porções, no ambiente em que se encontram, dificultando assim que sejam vinculados às eventuais substâncias localizadas no ambiente quando de abordagens policiais.

Outro fator ao qual se atribui a redução dos homicídios é à percepção, da própria criminalidade, de que a ocorrência de homicídios atrai a presença policial no território para realização de operações de repressão qualificadas, voltadas para a apreensão de armas, drogas e prisões, que geram como consequência, prejuízo financeiro para a atividade ilícita.

Para o Policia! Militar 02 (2019), essa percepção das consequências gera, concomitantemente, prevenção indireta aos homicídios. Isso por que, segundo o Promotor de Justiça (2019), o tráfico de drogas regula as condutas dos moradores de acordo com suas normas:

Se a polícia está presente a biqueira funciona mal, não funciona mal? Menos ostensivamente num é? Então o que o tráfico faz? Mata o ladrão, mata o esturpador, mata o cara que bate na mulher, por que isso lombra²⁷ a biqueira. [...] E é por isso que a gente tem a certeza de que, quando morre alguém no território, o dono, o patrão, autorizou. Então a gente tem a certeza. Não é assim, um soldadinho quis fazer por conta própria. Não. Uma cadeia de comando foi observada e a gente não tem dúvida de que o mandante é o chefe, ou pelo menos o gerente. Pelo menos autorização, pelo menos o “pode fazer” [...]. Tem que condizer com os interesses do tráfico essas mortes. (Promotor de Justiça, 2019)

Mas o principal fator apontado pelos entrevistados como causa para a redução dos homicídios foi a retirada da sociedade de integrantes de gangues que possuíam muita disposição para matar. Essa retirada se deu, em especial, por três vertentes: o encarceramento, a morte ou a fuga do território em razão da expedição de mandados de prisão. A morte está relacionada aos conflitos armados envolvendo integrantes das gangues rivais. Já o encarceramento e fuga do território estão relacionadas à atuação dos órgãos de segurança pública e, especialmente, de justiça criminal. A fuga é uma reação do indivíduo ante a ação de expedição de mandados de prisão que objetivam a sua prisão. Muitos destes mandados de prisão foram expedidos com base no trabalho conjunto realizado pelos órgãos integrantes do GIE. Sobre como o GIE trabalhava em busca do encarceramento dos criminosos como forma de prevenção ao homicídio, o delegado explica:

Na intenção de prevenir o homicídio [...]. Quase todos eles já tinham processo. Então, às vezes, a gente passava pro promotor, ele dava uma olhada no processo e falava assim “ah, você tem uma ocorrência dele, falando que ele estava armado, não sei o que?”. “Tem!”. “Então trás pra gente que vamos pedir a regressão da pena dele”. Aí então ele voltava pro presídio. A gente fazia tudo isso pra evitar o homicídio. Essas medidas foram muito eficazes durante um bom tempo em Nova Contagem. (Policia Civil 02, 2019)

Além disso, nos anos de 2016 e 2017, a redução dos homicídios e, aparente, trégua entre as gangues modificou o cenário observado no uso dos espaços públicos. Segundo o Policial Militar 01 (2019) e o Policial Civil 02 (2019), atualmente, as praças de lazer e convivência do bairro são ocupadas, principalmente, ao anoitecer, pelos moradores, famílias e crianças. Nos anos anteriores não era

²⁷ Lombra é o termo utilizado por usuários de drogas para indicar que o efeito produzido pelo uso da droga, modificando as sensações do organismo. Caracteriza algo que teve seu funcionamento normal modificado. Nesse sentido, a palavra empregada pelo entrevistado significa atrapalhar o funcionamento da “boca de fumo”, e consequentemente a sua lucratividade.

possível tal uso, pois os ambientes públicos eram utilizados pelas gangues como territórios de venda e uso de drogas.

Foram vários fatores, foi uma ação repressiva, uma ação investigativa. Só essas intervenções urbanas não seriam suficientes. Foi o GIE. Foi o trabalho conjunto da Polícia Civil com a Polícia Militar. Foi com o Ministério Público. Quando o espaço passou a ser ocupado e organizado, o reflexo foi muito imediato. (Policia Civil 02, 2019)

Destacamos também como a política de encarceramento contribuiu enquanto ferramenta de viabilização e manutenção das relações de parceria entre integrantes de gangues. Ao relatar um diálogo que presenciou entre um jovem participante da oficina do Fica Vivo e um detento da Penitenciária Nelson Hungria, situada ao lado do projeto social, no qual o jovem manifesta interesse e entusiasmo com a possibilidade de completar a maioridade para ser preso, o entrevistado explica: “Era um jovem muito articulado, e eu entendi também, que lá [na penitenciária] dá pra fazer muitas articulações, com eles lá dentro, não com o de fora, mas com eles lá dentro.” (Oficineiro do Fica Vivo, 2019).

Grande parte do período em que o líder da Gangue do Lado B esteve preso, sua custódia se deu na Penitenciária Nelson Hungria, especificamente, no pavilhão destinado para presos ligados à organização criminosa PCC e outros de maior periculosidade. Precisamos considerar a possibilidade de que ele tenha sido “batizado” junto à maior organização criminosa do país, conforme se posiciona o entrevistado: “Eu acho muito pouco provável que alguém entre e permaneça no pavilhão do PCC e não seja batizado. Podemos afirmar “foi batizado”, não podemos. Mas é muito pouco provável que não tenha sido.” (Promotor de Justiça, 2019).

Destaca-se ainda a suspeita de que integrantes da Gangue do Lado B teriam fornecido apoio à integrantes do PCC que fugiram da Penitenciária Nelson Hungria nos anos de 2017 e 2018. Cita-se a ocasião em que os órgãos de segurança tomaram conhecimento de uma fuga de presos ligados ao PCC que havia sido planejada e estava por ocorrer. Segundo o Policial Militar 01 (2019), no dia previsto para a fuga, o veículo que seria utilizado na ação foi localizado no território dominado pela Gangue do Lado B, bem como armas de fogo.

Com o encerramento das “guerras” e a redução dos homicídios, as reuniões do GIE que têm como finalidade a atuação estratégica em ambientes com altas concentrações de homicídio, em especial o encarceramento, tornam-se ineficaz do

ponto de vista do Policial Civil 02 (2019) e do Promotor de Justiça (2019). Isso por que se não está ocorrendo homicídio por ausência de conflitos no território, se os principais líderes de gangues ou matadores encontram-se presos, as reuniões limitam-se às discussões sobre “alvos neutralizados”, ou seja, sobre indivíduos que estão fora do convívio no território. O entrevistado descreve como são as reuniões: “Tem os alvos de Nova Contagem que todo mundo já sabe quem são há dez anos. Fulano que está preso. Fulano que vai ser preso. Fulano que vai continuar preso. Fulano que está foragido. Entendeu? Aqueles de sempre são os alvos.” (Promotor de Justiça, 2019).

Isso acontece por que os crimes de homicídio e a atuação de gangues só podem ser tratados nas reuniões do GIE se estiverem relacionados a um território onde esteja implantado o Programa Fica Vivo. Como existem diversos outros locais que atualmente apresentam índices de violência maiores do que os de Nova Contagem, esses crimes não podem ser discutidos pela ausência do programa no território, como no caso do bairro Estrela Dalva, em Contagem. Para resolver essa questão, seria interessante maior flexibilidade na inclusão, no rol de “alvos” monitorados pelo GIE, de criminosos contumazes que estejam afetando direta e exponencialmente, a criminalidade violenta na cidade. Porém, para tanto seria necessário desvincular a atuação do grupo da exigência do Programa Fica Vivo no território cujo crime aconteça. Caso contrário as reuniões se limitam a monitoramentos de locais cuja criminalidade não apresente índices altos de homicídio:

A gente não tem homicídio no aglomerado, mas isso não quer dizer que o aglomerado esteja tranquilo. Então a gente vai pra reunião do GIE pra falar o seguinte: “Como é que está Fulano?”, “Traficando!”, “Como é que está Cicrano?”, “Traficando, roubando!”. “Ah, ele não é inimigo de Fulano não?”, “Não, agora eles estão fazendo consórcio pra comprar droga juntos”. (Policial Civil 02, 2019)

Sobre a percepção equivocada segundo a qual a regulação dos homicídios ou ausência em seus registros signifique tranquilidade e pacificação, Zilli (2011) explica que como a violência ou a possibilidade de seu uso, são utilizadas como meio de regulação de condutas e resolução de conflitos, isso definitivamente não pode ser considerado estabelecimento de paz em uma sociedade. Portanto, não se propõe aqui o encerramento de estratégias policiais de policiamento preventivo e repressivo,

como a atuação do GEPAR, mas sim a possibilidade de ampliação do cenário de discussões do GIE, com vistas a melhorar sua eficácia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo verificar como as modificações nas relações de dominação dos territórios urbanos da regional Vargem das Flores impactaram na incidência dos crimes de homicídios, tentados e consumados, no período de 2013 a 2017. Para tanto, foi preciso perpassar três objetivos específicos: o mapeamento dos índices criminais na regional Vargem das Flores quanto ao crime de homicídio; a identificação das principais gangues atuantes no território e a análise do histórico da violência no local.

No que se refere ao mapeamento dos índices criminais do território estudado, verificou-se que, desde 2011, ocorreu aumento nos registros de homicídios tendo, o ano de 2015, apresentado a maior incidência deste tipo de crime. Desde 2016, porém, observou-se uma vertiginosa redução nos registros desta natureza, com variação de -59,43% entre 2015 e 2017 (REDS).

Quanto à identificação das principais gangues atuantes no território estudado, verificou-se que elas possuem forte vínculo à questão territorial. Misse (2007) explica que a territorialização constitui redes de sociabilidade a partir das relações de poder que delimitam os territórios de cada gangue. As principais gangues identificadas foram: Gangue do Lajão, Gangue da VC Três e Gangue da VL Dezessete, Gangue do Retiro, Gangue da Rua Patrícia Aparecida dos Santos (PAS), Gangue do Beco São José, Gangue da Vila Estaleiro, Gangue do Lado B, Gangue da VL Trinta e Gangue da Grota, Gangue da Rua Hércules, Gangue do Coreto, Gangue do Beira Campo e a Gangue do Pasto ou dos Predinhos.

Na composição dessas gangues, verificou-se uma hierarquia que lhes proporciona certo grau de organização interna a partir de uma liderança ou cúpula de liderança denominada “patrão(ões)”, que em muitos casos possui vínculos familiares que lhes asseguram confiabilidade e segurança nas relações interpessoais. Rocha (2015) também identificou laços familiares entre os integrantes centrais das gangues em estudo realizado em Belo Horizonte. Esse vínculo familiar foi o que possibilitou que uma mulher assumisse a liderança da Gangue da VC Três durante um longo período no qual seu irmão e esposo estiveram presos. Nos demais níveis da hierarquia não se verificam vínculos familiares tão marcantes. As funções de gerência, olheiros e vendedores de drogas na modalidade varejista são ocupadas

por jovens que, conforme Zilli (2011), se associam com as gangues, gradativamente, a partir da infância e de um processo de aprendizagem social.

Zilli (2011) explica que esse processo de aprendizagem social envolve questões subculturais e simbólicas de um conjunto normativo próprio que regula as condutas de “dever ser” dos integrantes das gangues. Uma delas é a adesão às formas privadas de violência na resolução de conflitos, como as agressões e homicídios que reforçam as normas de regulação social informais (ZILLI, 2011; BEATO, 2012). Para Machado da Silva (2010), estes jovens desenvolvem uma sociabilidade violenta, segundo a qual a força física coordena e orienta as ações de violência que consistem em um fim em si mesma.

Esse ambiente das gangues é predominantemente ocupado por jovens do gênero masculino, residentes em áreas de concentração de pobreza e vulnerabilidade de direitos sociais. No trabalho foi possível verificar que as mulheres têm ocupado mais espaço nas gangues ao longo dos anos e que, em sua maioria, os líderes das gangues têm uma história de envolvimento com gangues que vem desde a infância, e, aqueles que atingiram idades superiores a trinta anos, em geral ficaram presos parte desses anos. Segundo o que se verificou, o encarceramento proporciona segurança aos presos, ao mesmo tempo em que não impede que administrem as gangues de dentro dos presídios, com apoio de sua rede ou cúpula de confiança.

No que se refere a análise do histórico de violência nos bairros e vilas da regional Vargem das Flores, foi preciso apresentar uma breve história sobre o processo de urbanização e metropolização dessa regional. A ocupação teve início na década de 1970, incentivada por políticas públicas de habitação implantadas para proporcionar moradia à população de baixa renda que residia nas regiões industriais que se expandiam, mas também aos desabrigados. A ocupação não foi acompanhada, porém de instalação e prestação de serviços públicos de assistência social, saúde e educação básicos. A questão periférica da regional, situada no limite territorial dos municípios de Esmeraldas, Betim e Ribeirão das Neves, bem como a ausência de investimentos públicos e privados, e a instalação da Penitenciária Nelson Hungria, no final da década de 1980, atraindo familiares de presos, contribuiu para o processo de ocupação desordenada do território e favelização.

A desorganização social, segundo Zaluar (1997), em especial a ocasionada pela realocação de grandes quantidades de população contribui para o enfraquecimento da capacidade de regulação pelas instituições informais, como a família e a vizinhança. Para Beato (2012), nas áreas urbanas desorganizadas verifica-se baixo grau de eficácia coletiva do controle social exercido pelas instituições usuais, como a família, a escola e o poder público. Adorno (2002) concluiu que estes ambientes proporcionam mais condições para a existência de conflitos sociais e interpessoais.

No bairro Nova Contagem e nas vilas que se formaram ao seu entorno, na primeira década dos anos 2000, jovens se uniam em grupos de torcidas organizadas de times de futebol protagonizando conflitos armados e diversos homicídios. Ao mesmo tempo, quadrilhas de roubos e tráfico de drogas também se expandiam pelas vilas e bairros como Nova Contagem e Retiro. Zaluar (1997) explica que nas áreas com maior concentração de pobreza essas formas associativas relacionadas à divisão do espaço urbano são comuns, bem como a sua evolução ao longo do tempo para outras associações, tais como as gangues.

No final dessa década, em meados de 2010, os conflitos entre torcidas organizadas deram lugar aos conflitos entre integrantes de gangues de jovens envolvidas com o tráfico de drogas. Muitos jovens, antes integrantes de torcidas passaram a compor as gangues. Essa migração impactou, nos anos seguintes, a relação de parceria e rivalidade entre algumas gangues. Isso por que, alguns jovens que desenvolveram relações de camaradagem por terem integrado a mesma torcida organizada, ao assumirem funções de chefia e liderança nas gangues do tráfico de drogas, mantiveram as relações de amizade. Isso foi verificado entre as gangues do Lado B e da Grotá, cujos líderes teriam integrado a mesma torcida organizada.

De igual maneira, as relações de rivalidade iniciadas entre times de futebol, refletiram nas guerras declaradas entre as gangues nos anos seguintes. A rivalidade entre as três gangues existentes na Vila Estaleiro (Gangue da PAS, Gangue do Beco São José e Gangue do Estaleiro), antiga sede de uma torcida, contra as gangues do Lado B e da Grotá pode ser explicada, inicialmente, a partir das questões futebolísticas. Destaca-se que essa transição da natureza da rivalidade consistiu em um processo, não sendo possível precisar um momento a partir do qual os conflitos entre torcidas deram lugar às guerras. Nesse processo, alguns

envolvidos em homicídios integravam tanto as torcidas quanto às gangues, o que contribuiu para a formação da identidade coletiva de “rivals” e “parceiros”.

Mesmo as quadrilhas de roubos e tráfico de drogas existentes na primeira década dos anos 2000, não envolvidas em conflitos de torcidas organizadas, passaram por processo de mudança quanto à natureza de suas atividades, expandindo o tráfico de drogas e dominando o comércio em alguns territórios. Foi o que se observou ter havido com a Gangue do Lajão, da VC Três e do Retiro.

Tanto no caso do enfraquecimento das torcidas organizadas, quanto no caso da prioridade dada pelas quadrilhas ao tráfico de drogas, entende-se que a questão econômica da lucratividade da venda de drogas tenha colaborado para esse processo. Para Zilli (2011), quanto mais racional e econômica a explicação para os conflitos, ou a ausência deles, mais organizada a gangue está e quanto mais as questões pessoais ou comunitárias influenciarem nos conflitos, menos organizada.

Segundo Zaluar (2007), as arma de fogo e as drogas estão relacionadas ao aumento da quantidade de homicídios, em muitos casos, pois as armas são utilizadas como instrumento de demonstração de poder e força, enquanto as drogas possibilitam o crescimento do lucro do mercado ilícito, o que gera competitividade. Destaca-se que as armas possuem um significado prático na questão das guerras entre as gangues e não apenas simbólicos, pois elas, de fato, determinam a vida ou a morte dos jovens (ZALUAR, 1995). Zilli (2011) explica que o processo de reforço na formação da identidade coletiva coincide com os períodos de conflitos.

Verificou-se que as gangues que iniciaram suas atividades no tráfico de drogas primeiro, especialmente no período em que algumas ainda se ocupavam com conflitos de torcidas organizadas, tiveram vantagem no processo e nas relações comerciais. Isso por que, as gangues recém criadas adquiriam drogas e armas das gangues criadas nos anos anteriores. A Gangue do Lajão fornecia drogas e armas para a Gangue do Lado B, A Gangue do Retiro fornecia armas para as gangues parceiras. Acredita-se que esse tipo de relação comercial tenha possibilitado a manutenção das relações de parceria entre as gangues, já que, não foram observadas mudanças nessas relações ao longo dos anos. Atualmente, quem comprava de “A”, permanece parceiro de “A”.

Apesar de algumas gangues terem se enfraquecido ou deixado de existir ao longo dos anos, como a Gangue do Retiro, Gangue da VL Trinta e Gangue da VC

Três, o papel assumido por elas nas relações comerciais entre outras gangues acabou sendo assumido por uma terceira gangue. Observa-se assim como as relações comerciais que envolvem a cúpula de liderança das gangues reflete nas relações de conflito ou parceria entre os demais integrantes das gangues, como que em um espelho.

Os conflitos por pontos de vendas de drogas e territórios também ocorreram, porém, em muitos deles, ao se analisar o histórico de violência e rivalidade, observou-se que a origem estava relacionada a questões não referentes ao tráfico de drogas. A rivalidade entre as gangues da Vila Estaleiro (Gangue da PAS, Gangue do Beco São José, Gangue do Estaleiro) e a Gangue do Lado B, construída a partir da rivalidade entre torcidas de times de futebol, anos depois se transformou em disputas por pontos de vendas de drogas. A rivalidade entre a Gangue do Coreto e a Gangue do Beira Campo, construída a partir de brigas de crianças em período escolar assumiu o viés de disputa por pontos de vendas de drogas quando os envolvidos cresceram e assumiram posições de liderança nas respectivas gangues.

Não se trata aqui de dizer que não há ou houve disputas por pontos de vendas de drogas, pois elas ocorreram, mas sim que, em alguns casos, a rivalidade e a identificação do outro enquanto inimigo consistiu em um processo de relações anteriores, que, por vezes, não foi vivenciado pessoalmente pelos envolvidos no conflito. Assim, um jovem integrante da Gangue da Vila Estaleiro carrega consigo uma rivalidade contra integrantes da Gangue do Lado B, participando de conflitos por disputas de pontos de venda de drogas, sem se dar conta que, não fossem as questões de rivalidade de times de futebol não vivenciadas por ele, poderiam todos participarem da mesma gangue ou, no mínimo, manterem relações de amizade. Acredita-se que assim se deu a relação entre a Gangue do Coreto e Gangue do Lado B. A Gangue do Coreto tendo como fundador um indivíduo adulto, cuja diferença de idade entre ele e os jovens que participavam de conflitos de torcidas organizadas possibilitou, nos anos seguintes, a sua aproximação junto à Gangue do Lado B.

No início da década seguinte, com a intervenção pública no território do bairro para realocação da população de Nova Contagem residente em área de risco para o conjunto habitacional construído no bairro Retiro, iniciou-se uma série de conflitos envolvendo diversas gangues. Dentre elas destaca-se a Gangue do Pasto/Predinho,

a Gangue da Rua Hércules, a Gangue do Coreto e a Gangue do Lajão. Esse período coincide com os anos de aumento na incidência de homicídios nos bairros e vilas analisados. Conforme se verificou, a realocação da população, sem consulta ou participação dos órgãos de segurança pública, os quais já conheciam e monitoravam as rivalidades entre as gangues, possibilitou que gangues perdessem parte de seus territórios, integrantes e líderes de gangues rivais passassem a residir no mesmo conjunto habitacional, construído sobre o território dominado por outra gangue.

Enquanto algumas intervenções públicas possibilitam a redução criminal, outras contribuem para o aumento. Acredita-se que um trabalho conjunto de planejamento urbano que envolva também os órgãos de segurança pública e justiça criminal poderia mitigar a proporção assumida pelos conflitos. Assim, evitar-se-ia o convívio de líderes de gangues rivais no mesmo ambiente, apesar de não impedirem os conflitos, dada a materialidade dos prejuízos financeiros causados às gangues pela redução de seus territórios, o que, por si só seria capaz de motivar novas guerras, poderia ao menos amenizar os efeitos da realocação.

Dado o ciclo de violência e revanchismo que envolvia os conflitos de integrantes das gangues, em 2005, foi instalado o GEPAR para catalogar e monitorar as relações conflituosas entre integrantes de gangues, com vistas a prevenir os homicídios. Em 2006, foi instalado o programa Fica Vivo como parte da política pública de redução de homicídios. Nos anos iniciais foi realizado um minucioso trabalho de identificação e catalogação de relações entre integrantes de gangues.

Isso, porém não foi suficiente para conter ou reduzir a violência em Nova Contagem, já que, concomitantemente diversos fatores incidiam modificando as composição e as relações entre as gangues. Após o crescente aumento nos registros de homicídios observado a partir de 2010, os órgãos de segurança pública passaram a trabalhar em conjunto. O objetivo geral das polícias era a prisão, condenação e encarceramento dos líderes das gangues e principais homicidas, também conhecidos como “matadores”.

Concluiu-se que, até o ano de 2016, quase todos os alvos das ações policiais foram presos, alguns permaneceram, outros tiveram breve e sucessivas passagens pelo sistema prisional. Apesar da política de encarceramento não ter culminado na extinção das gangues, possibilitou modificações nas relações entre os seus

integrantes. As prisões possibilitaram a retirada de criminosos da sociedade, enfraquecendo em certa medida as gangues que não dispunham de uma rede de confiabilidade na cúpula de liderança. Nas gangues cuja cúpula de liderança não estava baseada em relações de alta confiabilidade as prisões possibilitam uma reorganização, por vezes conflituosa; externamente, elas enfraquecem algumas gangues ao passo que possibilitam sua dominação por outras que acabam por dominarem um território maior.

Destaca-se o que se verificou com a Gangue do Lado B, desde 2018, com expansão sobre os territórios anteriormente dominados pela Gangue do Coreto e Gangue da Vila Estaleiro, que tiveram suas lideranças enfraquecidas, bem como pela redução nos registros de uso de violência nesse processo de dominação. Observa-se certa semelhança neste processo com a investigação de Zilli (2011) sobre as fases evolutivas de organização e estruturação social das atividades desenvolvidas pelas gangues. A primeira fase é marcada pelos conflitos que envolvem relações pessoais e desorganização criminal. A segunda fase é marcada pelos conflitos violentos pautados na lógica econômica e racional da manutenção da lucratividade do tráfico de drogas. Já a terceira fase é marcada pela extinção

Apesar de, a longo prazo, essa reconfiguração nas relações impactar positivamente na redução dos homicídios, não se deve deixar de observar que o fortalecimento de líderes de gangues em territórios nos quais não haja rivais à sua altura são cenários nos quais se formaram grandes facções ou comandos do crime organizado em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Assim, por vezes, a redução dos homicídios pode ser interpretada como resultado direto de ações e políticas de segurança pública, quando em verdade podem ser uma consequência do empoderamento de uma ou mais gangues que optam por não utilizarem a violência como meio de resolução de conflitos. O que não significa afirmar ausência de crimes ou presença de segurança proporcionada pelo Estado. Feltran (2012) explica que essa regulação do homicídio em São Paulo, mantida pelo PCC, consiste na terceirização da segurança pelo poder público. Segundo ele, o homicídio é um tipo de crime que dá visibilidade negativa ao Estado, transparecendo ausência de segurança e ordem pública. Na medida em que o PCC regula as relações conflituosas, quebrando ciclo de revanchismo da justiça privada, o Estado se beneficia dos baixos índices. Zilli (2011) esclarece que não se trata de

pacificação ou de segurança pública, mas de controle e dominação das relações sociais por organismos não oficiais.

Compreender como outros fatores sociais diversos das ações dos órgãos de segurança pública e justiça criminal são capazes de impactar nos índices criminais pode ajudar os órgãos públicos a interpretar os dados estatísticos, identificar novos desafios a serem vencidos em prol da melhoria na segurança pública e desenvolver estratégias mais eficientes. Assim, a análise dos resultados das políticas públicas não deve envolver apenas dados matemáticos, estatísticas, comparações e ações desenvolvidas.

Não se trata aqui de negar os resultados positivos obtidos pelas ações na área de segurança pública e justiça criminal, mas de demonstrar que o trabalho não se encerra com a redução ou ausência de crimes, mas com a efetiva segurança pública e pacificação dos territórios. E que, portanto, as polícias, ministério público e poder judiciário possuem um longo caminho pela frente, visando agora algo por vezes não percebido materialmente, mas que afeta os direitos individuais e sociais dos cidadãos residentes em áreas dominadas pelo poder paralelo que impõe medo, obrigações ilegais e coações. Deve-se trabalhar no sentido de evitar que a dominação das gangues nos territórios dos bairros e vilas da regional Vargem das Flores não evolua para este cenário de insegurança jurídica.

Partiu-se da hipótese central segundo a qual as relações de parcerias e rivalidades estabelecidas entre os integrantes das gangues, baseadas na concentração do poder sobre o território influenciariam a variação da estatística criminal dos homicídios. Concluiu-se que as relações estabelecidas influenciam nos registros, especialmente pelo de que os membros das gangues optam pela resolução dos conflitos de maneira privada e violenta. Porém, não é possível determinar em que medida se pode atribuir a variação criminal à essas relações, já que outros fatores como intervenção pública, fatores psicológicos, de justiça criminal e pessoais.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 84-135, jul/dez, 2002.

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. In *Estudos avançados*, v. 21, n. 61, set/dez 2007.

AGÊNCIA MINAS GERAIS. Fundação divulga IDH da Região Metropolitana de Belo Horizonte. 2006. Disponível em: <<http://www.2005-2014.agenciaminas.mg.gov.br/noticias/fundacao-divulga-idh-da-regiao-metropolitana-de-belo-horizonte/>>. Acesso em 10/05/2019.

ANDRADE, Luciana Teixeira; MENDONÇA, Jupira Gomes de; DINIZ, Alexandre Magno Alves (Ed.). Belo Horizonte: Transformações na ordem urbana. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório de Metrôpoles; Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2015.

BEATO, Claudio Chaves. Crime e cidades. Determinantes da criminalidade em comunidades urbanas (capítulo 3). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. Cap 3, pag. 144-192. II. (Segurança e Espaços Urbanos).

BEATO, Cláudio; ZILLI, Luis Felipe. A estruturação das atividades criminosas. Um estudo de caso. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 27, n. 80, p.71-88, Out/2012.

BRASIL. Lei 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 12/05/19.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Brasil. 2019. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>. Acesso em 10/05/2019.

DAUDELIN, Jean; RATTON, José Luiz. Mercados de drogas, guerras e paz no Recife. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 29, n. 2, p. 115-133, Ago/2017.

DIÁRIO DE CONTAGEM. Contagem ganha nova unidade de segurança integrada. 2010. Disponível em: <<http://www.diariodecontagem.com.br/Materia/2122/15/Contagem-ganha-nova-unidade-de-seguran%C3%A7a-integrada/>>. Acesso 08/04/2019.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Ocupando as brechas do direito formal: o PCC como instância alternativa de resolução de conflitos. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, [s.l.], v. 4, n. 2, p. 83-106, 2009

DIAS, Camila Caldeira. Nunes. Cronologia dos “Ataques de 2006” e a nova configuração de poder nas prisões na última década. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. v. 10, n. 2, p. 118-132. Ago./Set. 2016.

DINIZ, Alexandre Magno Alves; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Nota metodológica: configuração dos vetores de expansão da RMBH. In: ANDRADE, Luciana Teixeira; MENDONÇA, Jupira Gomes de; DINIZ, Alexandre Magno Alves (Ed.). *Belo Horizonte: Transformações na ordem urbana*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório de Metrópoles; Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2015. P. 33-47.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Atlas da violência. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/10/infografico2017-vs8-FINAL-.pdf>>. Acesso em 05/06/2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Atlas da violência. 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas-da-Violencia-2019_05jun_vers%C3%A3o-coletiva.pdf>. Acesso em 11/06/2019.

FELTRAN, Gabriel Santis. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. Caderno CRH, Salvador. v. 23, n. 58, p.59-73, jan./abr. 2010.

FELTRAN, Gabriel Santis. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992 – 2011). Rev. Bras. Segur. Pública. São Paulo v. 6, n. 2, p. 232-255, ago./set. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Panorama de Contagem. 2010. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/contagem/panorama>> . Acesso em 29/11/17.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas da violência. Homicídios. 2017. Disponível em <<http://ipea.gov.br/atlasviolencia/>>. Acesso em 12/12/17.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. “Violência urbana”, segurança pública e favelas – o caso do Rio de Janeiro atual. Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 59, p.283-300. Maio/Ago. 2010.

MARINHO, Marco Antônio Couto. Vida social e marginal: trajetórias juvenis na periferia metropolitana de Belo Horizonte. Mestrado. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2016.

MARINHO, Marco Antônio Couto; ANDRADE, Luciana Teixeira. O sobe e desce das taxas de homicídio na Região Metropolitana de Belo Horizonte: Armas de fogo, drogas e políticas de segurança pública. DILEMAS - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. v. 4, n. 2, p. 229-259, abr./maio/jun. 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7224>> .

MENANDES, Eduardo de Sousa; LIBERATO, Rita de Cássia. Nova Contagem: Percepção de jovens residentes em áreas segregadas. 2010. Monografia. Bacharelado em Geografia. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2010.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. Instrução n. 3.03.20/2016-CG. Regula o emprego do Grupo Especial de Policiamento em Área de Risco (GEPAR)/ Polícia Militar de Minas Gerais – Comando Geral. 2.ed. rev. Belo Horizonte: Seção Estratégica de Emprego Operacional (EMPM/3). 2016.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. Revista de Estudos Avançados. São Paulo, v. 21, n. 61, p.139-157, 2007 .Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300010&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 10/01/2018.

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Civitas. Porto Alegre. v. 8. n. 3. p.371-385, set./dez. 2008.

MISSE, Michel. Crime comum e crime organizado no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 19, p. 13-25, 2011.

PAIXÃO, Antônio Luiz. Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). Crime, violência e poder. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PREFEITURA DE CONTAGEM. Atlas Escolar Histórico, Geográfico e Cultural. Secretaria de Educação e Cultura, 2009. Disponível em <<http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/comunicacao/atlascontagem.pdf>>. Acesso em 05/06/2018.

REVISTA HISTÓRICA CONTAGEM. Comemorativa dos 106 anos de emancipação política. Contagem, Editora Folha, 2017.

ROCHA, Rafael Lacerda Silveira. A guerra como forma de relação: Uma análise das rivalidades violentas entre gangues em um aglomerado de Belo Horizonte. DILEMAS - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. v. 8, n. 2, p. 277-301, abr./maio/jun. 2015.

SANTOS, Alessandro Pereira dos. Por que matarás? Sobre o processo de subjetivação de jovens membros de gangues que cometem crime de homicídio doloso. Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2011.

SAPORI, Luiz Flávio; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da; SENA, Lúcia Lamounier. A relação entre o comércio do crack e a violência urbana na região metropolitana de Belo Horizonte. In: SAPORI, Luiz Flávio; MEDEIROS, Regina (org.). Crack: um desafio social. Belo Horizonte: Editora PUC Minas; 2010.

SIMMEL, Georg. 1964. O conflito como sociação. (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 10, n. 30, p. 568-573. ISSN 16768965. <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>.

SOUZA, Fátima. PCC – A facção. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2007.

ZALUAR, Alba. A ilusão dos jovens e o crime organizado. In Comunicação e política. Ano 1, v. 1, n. 2, Dez/ 1994 – Mar/1995. Nova série. Rio de Janeiro: Ed. Cebela. 1995.

ZALUAR, Alba. Gangues, galeras e quadrilhas. In VIANNA, H. (Org.). Galeras Cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais. Editora da UFRJ. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. In Estudos avançados, v. 21, n. 61, set/dez 2007.

ZILLI, Luís Felipe. “O bonde ta formado”: Gangues, ambiente urbano e criminalidade violenta. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2011.

ZILLI, Luís Felipe. O “mundo do crime” e a “lei da favela”: aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana de Belo Horizonte. *Etnográfica*. Revista do Centro em Rede de Investigação Antropologia. v. 19, n. 3, p. 463-487, 2015.

APÊNDICE

REGISTROS DE EVENTOS DE DEFESA SOCIAL	
2008-000112068-001	2013-025014091-001
2008-000179321-001	2014-000636686-001
2009-000013426-001	2014-000765355-001
2009-000144435-001	2014-002052133-001
2009-000178059-001	2014-002713720-001
2009-000213418-001	2014-010292811-001
2009-000399436-001	2014-011314695-001
2009-000697863-001	2014-014805055-001
2010-000066245-001	2014-014804637-001
2010-000093783-001	2014-017905172-001
2010-000138632-001	2014-019994457-001
2010-000161080-001	2014-020857900-001
2010-000179321-001	2015-002281937-001
2010-000211934-001	2015-004208431-001
2010-000488505-001	2015-004206811-001
2010-000691362-001	2015-011981698-001
2011-002186355-001	2015-012849966-001
2012-000205382-001	2015-012887276-001
2012-001671710-001	2015-016281530-001
2012-001899808-001	2015-017409770-001
2012-002110177-001	2015-018645000-001
2012-002341831-001	2015-021215481-001
2012-002140219-001	2015-021620386-001
2012-002179738-001	2015-023335048-001
2012-002215380-001	2015-026851919-001
2012-002404015-001	2016-005636695-001
2013-000331123-001	2016-009675005-001
2013-025794005-001	2016-017081772-001
2013-017162259-001	2016-021787571-001
2013-017690170-001	2016-026980540-001
2013-017700634-001	2017-020999910-001
2013-021180700-001	2018-004299645-001
2013-023537968-001	2018-049151821-001
2013-024876554-001	2019-011588703-001